

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

MIRIAN FABIANE DICKEL STRATE

**PRÁTICAS ALIMENTARES, RESISTÊNCIA COTIDIANA E A CONSTRUÇÃO DE
NOVOS MERCADOS NO VALE DO TAQUARI, RIO GRANDE DO SUL**

Porto Alegre

2018

MIRIAN FABIANE DICKEL STRATE

**PRÁTICAS ALIMENTARES, RESISTÊNCIA COTIDIANA E A CONSTRUÇÃO DE
NOVOS MERCADOS NO VALE DO TAQUARI, RIO GRANDE DO SUL**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Antônio Conterato.

Co-orientador: Prof. Dr. Paulo André Nierdele.

Porto Alegre

2018

CIP - Catalogação na Publicação

Strate, Mirian Fabiane Dickel
Práticas alimentares, resistência cotidiana e a
construção de novos mercados no Vale do Taquari, Rio
Grande do Sul / Mirian Fabiane Dickel Strate. --
2018.
144 f.
Orientador: Marcelo Antônio Conterato.

Coorientador: Paulo André Nierdele.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas,
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural,
Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. Agricultura familiar. 2. Práticas sociais. 3.
Cadeias curtas. 4. Mercados. I. Conterato, Marcelo
Antônio, orient. II. Nierdele, Paulo André,
coorient. III. Título.

MIRIAN FABIANE DICKEL STRATE

**Práticas alimentares, resistência cotidiana e a construção de novos mercados no Vale do
Taquari, Rio Grande do Sul**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-
Graduação em Desenvolvimento Rural da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul-
UFRGS.

Aprovada em: Porto Alegre, 14 de junho de 2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcelo Antônio Conterato – Orientador
UFRGS

Prof. Dr. Elaine Biondo
UERGS

Prof. Dr. Sérgio Schneider
UFRGS

Prof. Dr. Maycon Schubert
UFRGS

O Cio da Terra

Debulhar o trigo

Recolher cada bago do trigo

Forjar no trigo o milagre do pão

E se fartar de pão

Decepar a cana

Recolher a garapa da cana

Roubar da cana a doçura do mel

Se lambuzar de mel

Afagar a terra

Conhecer os desejos da terra

Cio da terra propícia estação

E fecundar o chão

(Milton Nascimento)

AGRADECIMENTOS

A agricultura familiar faz parte de minha trajetória profissional desde o nascimento, a infância em uma comunidade rural de descendentes de imigrantes alemães, no interior de Teutônia, sempre me motivou a indagar e questionar o mundo à minha volta. A realização do mestrado, além de um desejo pessoal, trouxe a possibilidade de investigar a trajetória da agricultura familiar no Vale do Taquari.

A realização de um mestrado é um processo profundo de construção do conhecimento, que exige dedicação de tempo e energia vital, neste sentido o carinho e a compreensão daqueles que nos rodeiam é fundamental. Por esta razão, gostaria de agradecer a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), especialmente ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, que me abriu as portas para aprimorar conhecimentos em sala de aula e interagir com professores e colegas do programa, em encontros e eventos acadêmicos, foram momentos riquíssimos de aprendizagem.

Agradeço aos professores do Programa, em especial a meu orientador Professor Dr. Marcelo Antônio Conterato e ao co-orientador professor Dr. Paulo Niederle, pelo incentivo, conhecimento e sabedoria que enriqueceram este trabalho e apoio nos momentos de dificuldade e desânimo.

Agradecimento aos funcionários do programa, em especial à Dona Marlene, pelo carinho e abraço apertado, e a Macarena e Danielle, que, com muita agilidade, não mediam esforços para me auxiliar sempre que precisei.

Aos professores, membros da banca examinadora, que atenderam prontamente o convite de participação para a defesa da dissertação, cujas contribuições são muito valiosas para esta pesquisa.

A todos os colegas da turma de Mestrado e Doutorado 2016, pelos momentos e experiências vivenciadas nesse período, que permanecerão sempre presentes em minhas lembranças. Agradeço especialmente a Fernanda, pela parceria em diversos trabalhos acadêmicos e partilha em momentos de angústia. À amiga Adria, que me acolheu em sua casa na capital, diminuindo as viagens entre Teutônia e Porto Alegre.

Aos agricultores familiares e proprietários de agroindústrias familiares do Vale do Taquari, mediadores sociais da EMATER, do CAPA, do APL Agroindústria, os quais contribuíram, de forma mais direta para a concretização deste trabalho, me acolherem em suas

propriedades e instituições durante a realização da pesquisa, compartilhando não apenas informações, conhecimentos, opiniões, mas experiências de vida.

Meus agradecimentos mais sinceros à minha família, que tanto amo. A meu esposo Mário, meus filhos Carolina e Frederico, que sempre me incentivaram e apoiaram, compreendendo os momentos de ausência e dedicação durante a realização desta pesquisa.

A meus pais Olavo e Delsi, que desde a infância me mostraram a importância do conhecimento, também a irmã Michele, que sempre me incentivou a continuar estudando. À minha avó Erna e meu avô Reinoldo, que faleceu durante esta caminhada, exemplos de vida e luta. Amo vocês incondicionalmente.

RESUMO

Comer é mais que ingerir alimentos, compreende as relações pessoais, sociais, culturais, econômicas e políticas que estão envolvidas no ato de alimentar-se. Práticas alimentares são um patrimônio cultural, imbuídas de valor simbólico, de grupos sociais específicos, inseridos em seu território. Elas evoluem no tempo e conectam-se entre si, são responsáveis pela criação e manutenção de estratégias de trabalho e reciprocidade que visam dar continuidade ao modo de vida camponês. A agricultura familiar constitui a base do desenvolvimento econômico e social do Vale do Taquari. A diversidade cultural presente desde a ocupação do território e a heterogeneidade das práticas alimentares, contribuíram para a construção do conhecimento local acerca dos sistemas de produção, agroindustrialização, bem como para a construção da estrutura social, que tem no associativismo sua sustentação. A modernização estimulou a mercantilização da agricultura, a qual, resultou na consolidação de um mercado agroalimentar hegemônico, orientado pela escala e distanciamento entre agricultores e consumidores. A presente pesquisa teve como objetivo analisar como as práticas sociais ligadas à alimentação, como a produção agroecológica e agroindustrialização, enraizadas na cultura local, estimulam o movimento contra hegemônico, no Vale do Taquari, RS, contribuindo para a construção social de novos mercados e o para o desenvolvimento rural. A pesquisa aliou aspectos quantitativos e qualitativos, combinando a pesquisa bibliográfica, documental e a pesquisa de campo, realizando um estudo de caso com agricultores agroecologistas de Arroio do Meio e agroindústrias integradas ao Arranjo Produtivo Local - Agroindústria do Vale do Taquari (APL). A agricultura familiar contribui de maneira decisiva na produção de alimentos, já que representa 93,9% dos estabelecimentos e a população rural representa 26,42% da população total do território. O território possui 215 agroindústrias cadastradas na Secretaria de Desenvolvimento do Estado do RS e 40 propriedades com certificação orgânica, registradas no Ministério da Agricultura. Diante deste cenário, pode-se perceber a importância dos agricultores e mediadores sociais que estão redescobrando antigas práticas de produção de alimentos, ressignificando e integrando-as a novos arranjos. Políticas públicas de apoio e fomento constituem estratégias que podem fortalecer a agricultura familiar, promovendo a construção e o acesso a novos mercados, a criação e o desenvolvimento de novos produtos, diversificando as atividades produtivas, agregando valor, promovendo novos arranjos sociais e estruturas de governança horizontalizadas. O associativismo e a integração entre as práticas, agroecológicas e de agroindustrialização, com o turismo, bem como a criação de selos de origem e identificação, podem acelerar o processo

de transição, criando roteiros que valorizem a gastronomia local, associada à paisagem e ao ecoturismo. O associativismo, a integração entre os sistemas de governança (APL, AAVT, AMTURVALES), e a atuação dos mediadores sociais, é fundamental para a criação de estratégias que podem contribuir para a realocação da produção de alimentos e a construção de um modelo de desenvolvimento rural sustentável para o território do Vale do Taquari.

PALAVRAS-CHAVE: Agricultura familiar. Práticas sociais. Cadeias curtas. Mercados.

ABSTRACT

Eating is much more than the ingestion of food, because it comprehends personal, social, cultural, economic and political relationships between people, that are involved when we act to feed ourselves. Nourishment practices are cultural heritage, filled with a symbolic value of specific social groups, that are linked to a defined territory. They may evolve in time and connect each other and are responsible for creation and maintenance of work strategies and reciprocity, that aim to give continuity to the peasantsway of living. Family farming builds the base of social and economic development in the Vale do Taquari territory, also the cultural diversity that exists since the occupation of the territory and the heterogeneity of nourishing practices, like they contributed to build local knowledge around production systems, agro-industrialization, as well as for the construction of social structures, that is embraced by associativism. Modernization stimulated commoditization in agriculture, which resulted in the consolidation of an hegemonic agrifood market. It has been oriented for high scale markets, that separate farmers from consumers. This research have the objective of analyze how social practices, which are related to nourishment, like the production of organic food and its industrialization, that are embedded in local culture and stimulate movements counter-hegemonic in the Vale do Taquari, RS, contributing for the social construction of new markets and rural development. The research allied quantitative and qualitative aspects, combining bibliographical, documentary and field research, carrying out a case study with Arroio do Meio farmers and agroindustries integrated to the Local Productive Arrangement – Taquari Valley Agribusiness (APL). The family farming contributed in a decisive way in the production of food considering it represents 93,9% of farms, and the rural population represents 26,42% of total population of the territory. The Vale has 215 agro-industries registered in the Secretaria do Desenvolvimento do Estado do RS, the RS federal state department of development, 40 establishments with organic certification registered in the Ministry of Agriculture. Given this scenario, one can perceive the importance of farmers and social mediators who are rediscovering old practices of food production, re-signifying and integrating them into new arrangements. Public policies of credit and support are strategies that can strengthen family farming, promoting the construction and access to new markets, the creation and development of new products, diversifying productive activities, aggregating value and promoting new social arrangements and flat governance structures. Associativism and integration between agro-ecological and industrial practices, also tourism, as well as the creation of seals of origin and identification can accelerate the transition process and create

tourism routes that valorize local gastronomy, being associated to landscapes and ecotourism. Associativism, the integration of governance systems (APL, AAT, AMTURVALES) and the action of social mediators are fundamental for the creation of strategies that can contribute for the re-localization of food production and the construction of a sustainable rural development model for the Vale do Taquari territory.

KEYWORDS: Family Farming. Social Practices. Short Chains. Markets.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Relação dos entrevistados no território Vale do Taquari, 2017	22
Quadro 2 - Caracterização da agricultura familiar do território Vale do Taquari e 2015	48
Quadro 3 - Organização do sistema agroalimentar do Vale do Taquari, 2017	55
Figura 1 - PIB por Município no Território do Vale do Taquari, RS, 2014.....	54
Figura 2 - Tipo de certificação dos agricultores orgânicos do Vale do Taquari, 2017	62
Figura 3 - Distribuição de agricultores com certificação orgânica do Vale do Taquari por municípios, 2017	63
Figura 4 - Encontro da Articulação de Agroecologia do Vale do Taquari em 2017.....	65
Figura 5 - Horta e espaço de comercialização da Agroecologia Ferrari, 2017	71
Figura 6 - Horta da diversidade, 2017	75
Figura 7 - Folder de divulgação do roteiro Caminhos da Forqueta, 2017.....	78
Figura 8 - Número de turistas que visitaram o Vale do Taquari(2009-2016)	81
Figura 9 - Feira da agricultura familiar de Arroio do Meio, 2017.....	87
Figura 10 - Alimentos produzidos na Agroindústria Nostro Lavoro.....	102
Figura 11 - Alimentos produzidos na Agroindústria Brandão	107
Figura 12 - Produtos da Agrosalsicharia	112
Figura 13 - Produtos agroindustrializados no APL/VT em 2017	116
Figura 14 - N° de agroindústrias do APL/VT por município	117
Figura 15 - Reunião e visita técnica do APL - Agroindústria Vale do Taquari	120

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População por município nos anos 2000, 2010 e 2015, do território Vale do Taquari.....	48
Tabela 2 - População rural e urbana do Território do Vale do Taquari, RS, 2000 e 2010.....	50
Tabela 3 - VAB total e por setores do Vale do Taquari, RS, 2014	55

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAVT -	Articulação de Agroecologia do Vale do Taquari
AFUBRA -	Associação dos Fumicultores do Brasil
AFVT -	Agroindústrias Familiares do Vale do Taquari
AMTURVALES -	Associação dos Municípios de Turismo da Região dos Vales
APL -	Arranjo Produtivo Local
ARLA -	Associação Rural de Lajeado
CAPA -	Centro de Apoio a Pequenos Agricultores
CERTAJA -	Cooperativa de Eletrificação Taquari e Jacuí
CERTEL -	Cooperativa de Eletrificação Rural Teutônia
CISPOA -	Serviço Estadual de Inspeção
CPT -	Comissão Pastoral da Terra
CODETER -	Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Vale do Taquari
CODEVAT-	Conselho de Desenvolvimento do Vale do Taquari
CONSEA -	Conselho Nacional de Segurança Alimentar
COSUEL -	Cooperativa de Suinocultores de Encantado
EMATER –	Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural
FEE -	Fundação de Economia e Estatística
FETAG -	Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul
FEAPER-	Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais
IBGE -	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA -	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IFDM -	Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal
MAPA -	Ministério da Agricultura e abastecimento
MDA -	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MPA -	Movimento dos Pequenos Agricultores
OCS -	Organização de Controle social
OPAC -	Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade
OASE -	Ordem Auxiliadora de Senhoras Evangélicas
PAA -	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE -	Programa Nacional de Alimentação Escolar

PEAF –	Programa Estadual de Agroindústria Familiar
PIB -	Produto Interno Bruto
POA -	Perspectiva Orientada ao Ator
PNAPO -	Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PNUD -	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRONAF-	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SAF -	Sistema Agroflorestal
SAN -	Segurança alimentar e nutricional
SDR -	Secretaria de Desenvolvimento Rural
SDT -	Secretaria de desenvolvimento territorial
SEAPA -	Secretaria de Agricultura/Pecuária e agronegócio
SEBRAE -	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAR -	Serviço Nacional de aprendizagem rural
SICREDI -	Sistema de Crédito Cooperativo
SIM -	Sistema de inspeção municipal
SUSAF -	Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte
VAB -	Valor adicionado bruto
UERGS -	Universidade Estadual do Rio Grande do Sul
UNIVATES -	Universidade do Vale do Taquari

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	PRÁTICAS SOCIAIS E RESISTÊNCIA COTIDIANA	24
2.1	TEORIAS DAS PRÁTICAS	24
2.2	MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E PRÁTICAS SOCIAIS	27
2.3	PRÁTICAS SOCIAIS AGROECOLÓGICAS	30
2.4	PRÁTICAS DE AGROINDUSTRIALIZAÇÃO	33
2.5	O SISTEMA AGROALIMENTAR HEGEMÔNICO	35
2.6	A MUDANÇA PARADIGMÁTICA NA EMERGÊNCIA DAS CADEIAS CURTAS E O DESENVOLVIMENTO RURAL	39
2.7	A CONSTRUÇÃO SOCIAL DOS MERCADOS	41
3	AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO NO VALE DO TAQUARI	44
3.1	COLONIZAÇÃO, MODERNIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL	44
3.2	TERRITÓRIO RURAL DO VALE DO TAQUARI.....	49
4	PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS NO TERRITÓRIO DO VALE DO TAQUARI	59
4.1	CONSTRUINDO A AGROECOLOGIA NO VALE DO TAQUARI	60
4.2	CONFIANÇA E RECIPROCIDADE - AGROECOLOGIA FERRARI	66
4.3	PLANTANDO DIVERSIDADE.....	72
4.4	CAMINHOS DA FORQUETA- TURISMO RURAL.....	77
4.5	DEFENSORES DA NATUREZA E O PAPEL DOS MOVIMENTOS SOCIAIS	82
4.6	PRÁTICAS DE RESISTÊNCIA E TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA	88
5	AGROINDUSTRIALIZAÇÃO NO TERRITÓRIO DO VALE DO TAQUARI.....	96
5.1	MILHO CRIOULO NO RESGATE DE SEMENTES E PRODUÇÃO DE FARINHA ORGÂNICA	98
5.2	SUCESSÃO FAMILIAR ATRAVÉS DO RESGATE DA PRODUÇÃO DE AÇÚCAR MASCADO	103

5.3 ENTRE O ARTESANAL E O INDUSTRIAL A PRODUÇÃO FAMILIAR DE LINGÜIÇA.....	109
5.4 APL AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES DO VALE DO TAQUARI.....	114
6 CONCLUSÃO	122
REFERÊNCIAS	127
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS.....	136
APÊNDICE B - PRODUÇÃO ORGÂNICA CERTIFICADA NO VALE DO TAQUARI, RS	138
APÊNDICE C - AGROINDÚSTRIAS INCLUSAS NO PEAF DO TERRITÓRIO VALE DO TAQUARI, RS	140

1 INTRODUÇÃO

Alimentos nos conectam com o ambiente, com a economia, com a saúde, além de conectar pessoas da produção ao consumo. Comer é mais que ingerir alimentos, compreende as relações pessoais, sociais, culturais, econômicas e políticas que estão envolvidas no ato de alimentar-se. “Se somos o que comemos, temos que nossa identidade se define pelo que comemos, mas também como comemos, onde e com quem comemos”. (MENASCHE, 2014, p. 4). Para Menasche (2014), os saberes e as práticas da alimentação são entendidos como um patrimônio cultural, de grupos sociais específicos inseridos em seu território.

De acordo com Woortmann e Woortmann (1997) e Menasche(2014), em grupos rurais a comida e seu valor simbólico são responsáveis pela criação e manutenção de estratégias de trabalho e reciprocidade que visam dar continuidade ao modo de vida camponês. Associada ao universo de sentidos, as práticas alimentares ganham contornos muito específicos, com hierarquias normativas, entendimentos compartilhados, e um conjunto de tarefas e projetos que orientam as ações dos indivíduos e seus coletivos, desde a sua produção, comercialização e consumo. Produzir, trocar e comer, estão profundamente associados a fatores econômicos, políticos e culturais próprios de cada organização social. Como destacam Canesqui e Garcia (2005, p. 11), “comemos conforme o meio e a sociedade em que vivemos”.

Segundo Giddens (1984, p.2), “as práticas sociais, tais quais as práticas alimentares, que persistem no espaço e no tempo nunca são inteiramente estáticas: eles emergem, permanecem, mudam e desaparecem”. Outra característica das práticas é que elas não existem isoladamente. Com efeito, as práticas sociais também interagem, para formar conjuntos de práticas que organizam o espaço-tempo da vida social, (SCHATZKI, 2001). Práticas alimentares herdadas culturalmente e reproduzidas socialmente configuram iniciativas de agregação de valor e enraizamento das relações sociais, onde a economia do território é integrada por meio de iniciativas como: cadeias alimentares curtas, agroindústrias familiares, redes de associação e cooperação (certificação participativa, redes associativas locais) e mecanismos de redistribuição.

Na perspectiva de Ploeg (2008), as práticas cotidianas, por mais antigas e irrelevantes que possam parecer, são cada vez mais veículos através dos quais a resistência ao Império é expressada e organizada. A resistência do campesinato reside justamente na multiplicidade de respostas continuadas ou criadas para confrontar o Império, ou seja, “remar contra a maré”. (PLOEG, 2008, p. 289).

A agricultura familiar que emergiu na região do Vale do Taquari, a partir da diversidade de povos e culturas, indígenas, imigrantes alemães, italianos e africanos, açorianos, dedicou-se à policultura e à pecuária de pequena escala, baseado na produção para o autoconsumo. Nos antigos núcleos coloniais, a preocupação com a segurança alimentar e a produção de alimentos para abastecer a família era composta de carnes bovina, suína e de aves, leite, banha, ovos, farinhas de trigo e milho, raízes comestíveis e frutas (mandioca, batata-doce e frutas cítricas), além de algumas leguminosas, como feijões e lentilhas. (BEROLD; GRISEL; SCHMITDZ, 2007, p. 19).

A geração de excedentes fomentou a criação de rotas de comercialização, sobretudo para atender ao mercado de consumo da capital facilitado pela proximidade geográfica. Além do “ouro branco” das colônias, a banha suína, o rol de artigos era amplo. Segundo Ahlert e Gedoz (2001), entre 1900 e 1916, em Estrela, existiam alambiques, curtumes, cervejarias, destilarias, refinarias de banha, serrarias, moinhos, engenhos de arroz e produção de azeite, salsichas, refrigerantes, sabão, arame, vassouras, etc. A maioria destes produtos eram processados por pequenas agroindústrias, salsicharias, queijarias, moinhos e destilarias.

A estrutura comunitária foi determinante para a organização de uma rede de organizações socioculturais e religiosas, espaços de socialização que caracterizaram a vida dos imigrantes e constituíram um capital social que permitiu colocar em prática experiências associativas que deram origem a cooperativas, facilitando o acesso aos mercados, assim os “colonos” passaram a comercializar volumes cada vez maiores de produtos. No entanto, a limitação das superfícies agrícolas disponíveis e o aumento da população acarretaram em êxodo rural dos agricultores e de seus descendentes para novas regiões de colonização, ou para pequenos vilarejos, que posteriormente formaram os núcleos urbanos. A modernização da agricultura, fez com que as práticas agrícolas mais tradicionais e focadas nas necessidades de manutenção dos integrantes da família, incorporassem os pacotes tecnológicos próprios da Revolução Verde (mecanização, insumos químicos, sementes modificadas, etc.), vistos como poupadores de mão de obra, consolidando um segmento de agricultores familiares capitalizados e fortemente tecnificados, que passaram a produzir em escalas cada vez maiores, em um grau crescente de mercantilização.

No Vale do Taquari, o complexo agroalimentar destaca-se pela produção de leite, frangos, suínos e fumo, cenário onde as cooperativas têm se destacado pelo sistema de integração, constituindo mercados sólidos para os agricultores. Desta forma, as cooperativas agroindustriais caracterizam-se pela associação de produtores, geralmente com base cultural comum, que se reúnem sob um arcabouço organizacional e institucional próprio, voltado

especialmente para ganhos de escala e poder perante o mercado. No entanto, observa-se uma dependência dos agricultores familiares em relação às empresas integradoras e consequentemente, uma concentração de renda nas mãos de poucos. Por outro lado, também é evidente a insustentabilidade deste modelo devido à degradação ambiental decorrente, principalmente, da atividade suinícola, a qual não trata de forma adequada os dejetos e pelo uso de grandes quantidades de insumos químicos utilizados nas plantações de milho, soja e fumo.

Diante disso, paralelamente a produção para os mercados, as práticas de produção para o autoconsumo e agroindustrialização, herança cultural, continuaram presentes na cultura do território. Em momentos de crise do sistema hegemônico ou estímulo para a diversificação, por meio de políticas públicas de valorização destas práticas, elas emergem enquanto contramovimentos e constituem estratégias de desenvolvimento.

A fragilidade no acesso aos mercados por parte dos agricultores, cada vez mais descapitalizados, impulsiona a procura por novas dinâmicas de desenvolvimento. Assim, emergem novos mercados, que coexistem com os circuitos comerciais já existentes. Este é o caso das feiras, mercados integrados a roteiros turísticos locais, agroindústrias familiares e os institucionais. Nesse sentido, ganha relevância a ideia de que a realocação dos mercados agroalimentares é uma construção social ativamente orientada por práticas e discursos, para conferir às famílias agricultoras e consumidores, crescentes graus de autonomia.

No contexto da mercantilização emergem iniciativas de diversificação no Vale do Taquari, haja vista criação de agroindústrias familiares, incremento da produção vegetal, como hortifrutigranjeiros e produção agroecológica e orgânica, para abastecer os mercados institucionais como o PNAE e venda direta ao consumidor. Assim, um conjunto de mercados emergentes constitui-se a partir do âmbito local e da relação direta entre consumidores e agricultores, na lógica do estabelecimento de cadeias curtas de mercantilização. Os agricultores familiares e suas organizações vêm desenvolvendo estratégias de inserção autônoma nos mercados, não apenas contra as ameaças de exclusão, mas, sobretudo, para se apropriar de uma parcela maior da renda gerada na produção.

Em virtude disso, além da expansão de novas atividades (frutas, hortaliças) e do incentivo aos circuitos locais (feiras livres, vendas diretas, agroturismo consolida-se um movimento em torno da produção orgânica/agroecológica e da formação de pequenas agroindústrias familiares rurais.

Diante desse contexto, surge no município de Arroio do Meio uma estrutura social que promove a transição agroecológica e a aproximação entre agricultores agroecológicos e

consumidores, a Associação de Agricultores Agroecologistas da Forqueta, e mais recentemente, a constituição de uma Organização de Controle Social (OCS), formada por um grupo de agricultores, de consumidores, sindicato, associação, instituição de ensino e assistência técnica. A iniciativa deste município, fruto da atuação de diversos atores sociais, tem inspirado outros municípios a criarem estruturas semelhantes, bem como iniciativas individuais de agricultores que apostam na produção agroecológica como meio de sobrevivência da agricultura familiar.

No Alto Vale do Taquari, surge o Arranjo Produtivo Local (APL), Agroindústrias Familiares do Vale do Taquari, um conjunto de agroindústrias familiares, que, em um mesmo território, mantêm vínculos de cooperação, com produtos semelhantes, e informações sobre os mesmos mercados, fomentando a diversificação e agregação de valores, além da constituição de redes de agricultores familiares que cooperam entre si.

Os novos mercados emergentes centram-se na demanda por distribuição de produtos e serviços que portam um diferencial qualitativo, a singularidade do produto, a origem conhecida, a escala de produção e venda, incorporando relações diferentes entre agricultores e consumidores. Além disso, em sua maior parte, os mercados emergentes implicam novos circuitos, novas infraestruturas físicas e arranjos sociais.

Para Scaberlot e Schneider(2012), a abordagem das cadeias agroalimentares curtas remete a novas formas de comercialização da produção agrícola, as qual busca a proximidade entre produtores e consumidores, possibilitando uma conexão que permita maior interatividade na construção mútua de relações de confiança. Essas cadeias se caracterizam por enraizar práticas alimentares em relações eco sociais locais, estabelecendo novas relações mercantis e econômicas. Este enfoque traz avanços significativos no que diz respeito à valorização da dimensão local, em sua heterogeneidade e diversidade, constituindo, assim, novas possibilidades de dinamização das economias locais.

As práticas dos agricultores familiares, como a produção para o autoconsumo, a agroindustrialização, a produção agroecológica, o associativismo, a venda direta em circuitos curtos, constituem movimentos de resistência à mercantilização e subordinação aos mercados, fomentando alternativas ao sistema hegemônico, buscando um desenvolvimento que promova a autonomia, a segurança alimentar e nutricional, e o bem viver das pessoas.

Em face disso, a questão central que se apresenta é: como essas práticas sociais ligadas à alimentação contribuem para a heterogeneidade da agricultura familiar e a construção de novos mercados agroalimentares no Vale do Taquari?

Partindo desta questão central surgem outras questões específicas: Que alternativas ao sistema hegemônico existem no Vale? Quais práticas alimentares contribuem para construção de novos mercados? Quais são os atores sociais envolvidos na emergência de novos mercados?

O objetivo geral do trabalho é analisar como as práticas sociais ligadas à alimentação contribuem para a construção de novos mercados, de cadeias agroalimentares curtas, no Vale do Taquari. Este objetivo pode ser decomposto em três objetivos específicos, listados a seguir:

- a) investigar e mapear quais as alternativas ao sistema hegemônico, como feiras, agroindústrias, cooperativas, venda direta na propriedade, existem no Vale;
- b) investigar como as práticas alimentares enraizadas na cultura local contribuem para a construção de novos mercados agroalimentares;
- c) identificar o papel dos atores sociais e suas práticas, mobilizadas na construção de novos mercados agroalimentares para cadeias curtas no Vale;

As hipóteses servem como guia e controle, para direcionar o olhar do pesquisador durante a pesquisa. Sendo assim, esta pesquisa está amparada em duas hipóteses:

- a) As práticas agroecológicas e de agroindustrialização persistem no tempo e fomentam o movimento contra hegemônico, estimulando a emergência de cadeias agroalimentares curtas, de forma paralela ao sistema agroalimentar hegemônico;
- b) A construção de novos mercados não segue o padrão hegemônico, está vinculado às mudanças sociais e culturais, decorrentes da urbanização do território.

A observação empírica deste trabalho ocorreu a partir de dois objetos de análise: agroindústrias associadas ao Arranjo Produtivo Local (APL), Agroindústrias Familiares do Vale do Taquari, e os agricultores agroecologistas do município de Arroio do Meio. A escolha dos objetos de análise justifica-se pelo fato de ser relevante a análise das práticas de produção, comercialização e associativismo para compreender como são construídos mercados alternativos, que se constituem como espaços de produção, comércio de alimentos, aprendizagem e socialização de práticas, agregando atores e constituindo redes sócio técnicas.

Os agricultores agroecologistas de Arroio do Meio são atores sociais importantes no território. Precursores do movimento em prol da agroecologia e produção orgânica, suas práticas de produção, diversificação, associativismo e construção de novos mercados, têm inspirado agricultores de outros municípios. O movimento destes agricultores originou a primeira OCS (organismo de conformidade social) do Vale do Taquari, e sua articulação

social foi importante para a construção de feiras em várias cidades do território, justificando a escolha como objeto de análise nesta pesquisa.

Por sua vez, as agroindústrias familiares, fortemente enraizadas na cultura agroalimentar, sempre estiverem presentes no território. As suas práticas resistem no tempo e foram fortalecidas por políticas públicas, como a constituição do APL Agroindústria, que promove o associativismo e contribui na construção de novos mercados. A organização das agroindústrias em torno do arranjo produtivo, vem fortalecendo acesso a novos mercados, justificando a escolha como objeto de análise nesta pesquisa.

Para compreender o papel dos atores, a pesquisa toma como referência analítica a Perspectiva Orientada aos Atores (POA), buscando analisar como distintos agentes influenciam as configurações e reconfigurações dos projetos de desenvolvimento rural em um processo interativo. Em face do processo da mudança social, que ocorre nas unidades produtivas, há necessidade de uma abordagem teórica mais direta e orientada aos atores e suas práticas, a qual oferece uma conceituação de estrutura mais adequada ao entendimento do processo de desenvolvimento. A abordagem de atores permite que se tenha um foco inicial voltado na explicação das respostas diferenciais para circunstâncias estruturais similares, mesmo se as condições parecerem relativamente homogêneas (LONG, 2001).

A pesquisa combinou aspectos quantitativos e qualitativos. O caráter quantitativo é expresso pela mensuração e análise de diversas variáveis, obtidas de fontes primárias e secundárias, combinando à pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e a pesquisa de campo. A pesquisa, bibliográfica e documental, foi adotada para a partir dos dados quantitativos, caracterizar o território estudado e compreender a dinâmica da agricultura no Vale do Taquari.

Os dados foram obtidos através do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censo agropecuário de 2006, relatórios da EMATER Regional, prefeituras, Fundação de Economia e Estatística (FEE), Conselho de Desenvolvimento do Vale do Taquari (CODEVAT) e Colegiado de Desenvolvimento Territorial (CODETER) e do Plano Territorial de Desenvolvimento rural Sustentável e Associação dos Municípios de Turismo da Região dos Vales (AMTURVALES) entidade que fomenta o turismo. Foram analisados dados como demografia, número de pessoas ocupadas na agricultura, Produto Interno Bruto (PIB), Valor Adicionado Bruto (VAB) e acesso às políticas públicas.

Para investigar e mapear as práticas dos agricultores e mediadores foram realizadas visitas a feiras, agroindústrias, propriedades rurais e roteiros de agroturismo que existem no

Vale. Desta imersão no universo da pesquisa foram identificados os atores sociais representativos que foram alvo deste estudo.

A coleta de dados ocorreu entre os meses de julho e dezembro de 2017, valendo-se de duas formas: entrevista e observação. As entrevistas foram realizadas usando dois métodos: semi-estruturada e sequencial. Além das entrevistas, foram observados durante as visitas à propriedade com o objetivo de compreender como os atores se articulam entre si.

Em seguida foram realizados estudos de caso com quatro famílias de agricultores agroecologistas de Arroio do Meio, ligados a dois grupos de certificação, sendo realizadas uma entrevista em cada propriedade, exceto em uma, onde foram entrevistados dois agricultores. Também foram entrevistados três agricultores proprietários de três agroindústrias familiares integradas ao APL Agroindústria do Vale do Taquari, dos municípios de Muçum, Dois Lajeados e Estrela.

Quadro 1 - Relação dos entrevistados no território Vale do Taquari, 2017

Tipo de entrevistado	Número de entrevista
Associação Agricultores Agroecologistas da Forqueta - Arroio do Meio	Entrevistas 1
Associação Agricultores Agroecologistas da Forqueta - Arroio do Meio	Entrevistas 2
Associação Agricultores Agroecologistas da Forqueta - Arroio do Meio	Entrevistas 3
Defensores da Natureza - Arroio do Meio	Entrevistas 4
Defensores da Natureza - Arroio do Meio	Entrevistas 5
EMATER	Entrevistas 6
EMATER	Entrevistas 7
CAPA	Entrevista 8
Agroindústrias integrantes do APL	Entrevistas 9
Agroindústrias integrantes do APL	Entrevistas 10
Agroindústrias integrantes do APL	Entrevistas 11
Gestão do APL	Entrevista 12
SEBRAE	Entrevista 13
EMATER	Entrevista 14

Fonte: Pesquisa de campo (2017)

Foram realizadas no total 14 entrevistas, gravadas e integralmente transcritas. Além deste material foram realizadas pesquisas virtuais em *sites* e bancos de dados regionais, bem como registros fotográficos que retratam as práticas adotadas pelos atores.

Segundo Schmitt (2011), a análise dos processos sociais com o foco nos atores busca um maior entendimento dos processos de desenvolvimento e suas implicações na vida

cotidiana. Nesta pesquisa, os atores sociais, são compreendidos como participantes ativos na construção do desenvolvimento rural. Busca-se, compreender como as práticas dos atores interagem entre si, como conectam-se com os arranjos materiais, como podem ser ressignificadas ou mudadas, e de que forma contribuem para a construção de novos mercados agroalimentares no território do Vale do Taquari.

2 PRÁTICAS SOCIAIS E RESISTÊNCIA COTIDIANA

As práticas cotidianas dos atores sociais constituem-se de fazeres e discursos que estão interligados, compreendendo atividades corporais e mentais, estruturas e seus usos, conhecimento acumulado e inteligível, saber, ação e motivação. Assim, se as práticas compreendem fazeres e discursos, uma análise sociológica deve se voltar para as atividades práticas e suas representações. (SCHATZKI, 2001; WARDE, 2005).

Nesse sentido, as práticas possuem uma historicidade que pode oferecer respostas para entender, por exemplo, por que as pessoas fazem o que fazem e da forma que fazem. Elas são socialmente construídas, por meio de aprendizado coletivo e reproduzidas conforme o contexto em que se inserem e seu desempenho, porém nem sempre ocorre uma reflexão consciente sobre elas.

2.1 TEORIAS DAS PRÁTICAS

A partir dos anos de 1980, a ciência social passou a interessar-se pelas práticas sociais dos atores. Este movimento foi denominado *practice turn*. (SCHATZKI; CETINA; SAVIGNY, 2001; RECKWITZ, 2002). A noção de prática passou a compartilhar do mesmo status dos conceitos mais caros à sociologia, tais como: estruturas, sistemas, instituições, significados e ação. Como uma promessa de superação das dicotomias e da relação rígida e linear entre ação e estrutura, a teoria das práticas promete dar destaque ao que os atores sociais fazem na situação localizada e como essas atividades se relacionam às instituições ou estruturas e aos agentes. (SCHATZKI, 2001).

No materialismo histórico o termo *práxis* foi maciçamente debatido. O princípio diferenciado e mais restrito dessa vertente das ciências sociais vê a *práxis* sempre como material, sobretudo a ação humana produtiva ou transformadora. Ainda que a ação imaterial seja também percebida, isto é, consciente, é a atividade concreta que figura como princípio das *práxis* de acordo com o marxismo. A relação entre teoria e *práxis* é para Marx teórica e prática; prática, na medida em que a teoria, como guia da ação, molda a atividade do homem, particularmente a atividade revolucionária; teórica, na medida em que esta relação é consciente. (VÁZQUEZ, 2007, p. 109).

A teoria da prática é considerada uma explicação desdobrada da virada interpretativa e que ainda está em seus estágios iniciais de construção. Essa teoria não toma conteúdos mentais, discursos ou interações como ponto de partida da explicação da prática, mas as próprias práticas, isto é, o lócus do social, como pequenas unidades da análise social. Nesse sentido, a investigação social dada sob a orientação dessa teoria é traçada a partir de “[...] comportamentos rotinizados que consistem em vários elementos interconectados uns com os outros: formas de atividades corporais, “objetos” e suas aplicações, um conhecimento construído na forma de compreensão, know-how, estados de emoção e conhecimento motivacional”. (RECKWITZ, 2002, p. 249).

Schatzki (2001, p. 2) vê a virada da prática como um movimento das teorias sociais que reconhece “conhecimento, significado, atividade humana, ciência, poder, linguagem, instituições e transformações históricas”. Sendo assim, como elementos do campo das práticas que se somam a componentes não-humanos como artefatos e objetos. Nesse sentido, esse movimento privilegia uma ontologia social distinta que engloba a corporeidade, a materialidade e suas interseções com as práticas organizadas em torno de conhecimentos compartilhados. (SCHATZKI, 2001).

Para Giddens (1984, p. 2) “As práticas persistem no espaço e no tempo”. Dessa forma, elas nunca são inteiramente estáticas: eles emergem, permanecem, mudam e desaparecem. Reckwitz (2002) e Shove (2012), sugerem que a implementação de práticas sociais, fazendo coisas como andar de bicicleta para trabalhar ou comer o jantar como uma família, envolve a atividade de integração de "elementos" genéricos, incluindo materiais / ferramentas / infraestruturas, simboliza significados e formas de competência e *know-how* prático. Essas ideias fundamentais informam uma série de proposições mais específicas que são úteis para pensar sobre como as práticas são constituídas e como elas se desenvolvem.

Outra característica das práticas é que elas não existem isoladamente. As práticas sociais interagem para formar conjuntos de práticas que organizam o espaço-tempo da vida social. (SCHATZKI, 2001). Em algumas situações, elas competem por recursos, incluindo aqueles do tempo e da energia das pessoas. Elas também podem apoiar e manter-se mutuamente, por exemplo, comer depende da preparação dos alimentos. Assim, as práticas se conectam e, ao fazê-lo, formam sistemas complexos que têm uma espécie de vida própria.

Santos e Helal (2016, p. 11), a partir de Nicolini (2013), postulam que as práticas são compostas por atividades; se organizam em torno de um fim; não existem isoladamente; são coletivas; podem apresentar inconsistências parciais e tensões dentro dos componentes de uma prática e entre diferentes práticas; “são historicamente situadas”; “a natureza social e

material das práticas também as torna inerentemente situadas em um momento particular no tempo, espaço e história”; “as práticas e seus agenciamentos capacitam certos cursos de ação em detrimento de outros” (SANTOS; HELAL, 2016, p. 11). Segundo Schatzki (2001), as diferenças no campo consistem, contudo, na natureza e no sentido desse conjunto de atividades, bem como na relação entre atores, objetos e demais componentes das práticas. Schatzki (2005) apresenta que a vida social é formada por umnexo de práticas humanas e arranjos materiais, que possibilitam o seu desenvolvimento.

Schatzki (2001) sugere que as conexões entre as práticas podem ser harmoniosas ou conflitivas. Então, embora algumas práticas possam ser incompatíveis, outras se tornam tão próximos que dependem uma da outra, o que significa que conjuntos completos de práticas são reproduzidos rotineiramente. Outra dica de intervenção é prestar atenção às formas em que os conjuntos de práticas coevoluem com uma visão para fortalecer ou enfraquecer as conexões entre eles.

Para Shove (2012), as práticas dependem da integração contínua de, pelo menos, três elementos principais: materiais (objetos, bens de consumo e infraestruturas); competência (incluindo entendimentos da situação, *know-how* prático); significados (incluindo entendimentos incorporados do significado social da prática e experiências passadas de participação).

Analisando práticas de resistência cotidiana, Scott (1990) sugere que, no longo prazo a resistência contínua de pequena escala ou até individual, mas tacitamente organizada e incentivada pela cultura dos subalternos, tem consequências igualmente ou mais importantes que os movimentos sociais para as formas de extração e dominação, impondo limites aos poderosos e frustrando muitas das suas ambições. Para o autor, nas relações de classe há um equilíbrio de poder no qual, ambos os lados estão sempre tentando ganhar pequenas vantagens. Para muitos tipos de subordinados, especialmente os que sofrem a sujeição pessoal, a resistência informal e cotidiana é a estratégia mais eficaz nessa guerra sem fim.

Por outro lado, Warde (2005) assinala que práticas semelhantes podem apresentar desempenhos diferenciados se os elementos dos “nexos” de fazeres e discursos — entendimentos, convenções e aspirações — se distribuírem diferentemente entre os participantes. Assim, estes desempenhos podem ser observados como um conjunto de práticas satisfatórias ou ótimas, adequadas ou melhores que outras. Isso indica que as práticas também possuem um potencial de inovação em função de dinâmicas pelas quais as pessoas adaptam, improvisam e experimentam em diversas situações.

O autor enxerga as práticas como os principais elementos do consumo, pois configuram o principal recurso explanatório deste campo, constituindo o primeiro recurso do desejo, do conhecimento e do julgamento. Para Warde (2005) uma mudança nas posições das práticas tem como reflexo uma mudança correspondente nas formas de consumo de objetos e experiências. Mais do que uma decisão individual ou pessoal sobre uma conduta, as práticas expressam a natureza e o processo do consumo, que ocorre dentro e no fim das mesmas na medida em que os itens consumidos são usados no curso do desempenho de práticas particulares.

2.2 MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E PRÁTICAS SOCIAIS

A partir de meados da década de 1960, a agricultura brasileira iniciou o processo de modernização com a chamada Revolução Verde, a qual consolidou novos objetivos e formas de exploração agrícola, portanto novas práticas sociais, originando transformações tanto na pecuária, quanto na agricultura. Como consequências do processo são apontados, além da acirrada concorrência no que dizem respeito à produção, os efeitos sociais e econômicos sofridos pela população e sobre as comunidades rurais. A mudança na base técnica, desenvolvida pela indústria fornecedora de meios de produção para a agricultura é ampliada, surge assim a indústria processadora de alimentos e matérias-primas. Deste modo, a base tecnológica da produção agrícola foi alterada profundamente, padronizando a composição das culturas e os processos de produção. (MARTINE, 1991)

No Brasil, a história agrícola está ligada à história do processo de colonização, no qual a dominação social, a política e a econômica da grande propriedade foram privilegiadas. Assim, a grande propriedade impôs-se como modelo socialmente reconhecido e recebeu estímulos expressos na política agrícola que procurou modernizar e assegurar sua reprodução, podendo-se concluir que a agricultura familiar sempre ocupou um lugar secundário e subalterno na sociedade brasileira. (WANDERLEY, 2003).

A acentuação da dualidade do processo evolutivo que se verifica na agricultura brasileira é enfatizada por Graziano (2000, p. 331) como “[...] enormes e cada vez mais profundas desigualdades existentes entre a grande e a pequena propriedade, e entre a agricultura de abastecimento interno e a agricultura de exportação”. O conteúdo ideológico da modernização da agricultura, segundo Almeida (1999), incorpora quatro elementos ou noções:

[...] a noção de crescimento (ou de fim da estagnação e do atraso), ou seja, a ideia de desenvolvimento econômico e político; (b) a noção de abertura (ou do fim da autonomia) técnica, econômica e cultural (c) a noção de especialização (ou do fim da polivalência), associada ao triplo movimento de especialização da produção, da dependência à montante e à jusante da produção agrícola e a inter-relação com a sociedade global; e (d) o aparecimento de um tipo de agricultor, individualista, competitivo e questionando a concepção orgânica de vida social da mentalidade tradicional. (ALMEIDA 1999, p. 39).

O processo de modernização introduziu novas e ressignificou as antigas práticas de agricultores, reproduzidas socialmente no ambiente familiar. Com a especialização de alguns produtos e de algumas áreas, as monoculturas cresceram, principalmente devido às economias externas. Sobre as monoculturas Gliessman (2000) enfatiza o conjunto de novas práticas produtivas e artefatos que o modelo modernizante colocou em primeiro plano:

A monocultura é uma excrescência natural de uma abordagem industrial da agricultura, em que os insumos de mão-de-obra são minimizados e os insumos baseados em tecnologia são maximizados com vistas a aumentar a eficiência produtiva. As técnicas de monocultivo casam-se bem com outras práticas da agricultura moderna: a monocultura tende a favorecer o cultivo intensivo do solo, a aplicação de fertilizantes inorgânicos, a irrigação, o controle químico de pragas e as variedades especializadas de plantas. A relação com os agrotóxicos é particularmente forte; vastos cultivos da mesma planta são mais suscetíveis a ataques devastadores de pragas específicas e requerem proteção química. (GLIESSMAN, 2000, p. 35).

Esse processo ocasiona uma fragilidade ambiental, econômica e social. A fragilidade ambiental é marcada pela perda da biodiversidade e, sucessivamente, pela erosão genética, ou seja, sementes tradicionais são substituídas por variedades modernas e cientificamente criadas, em busca de produtividade e lucratividade. Nesse aspecto Altieri e Masera, (1997, p. 83) alertam que, “[...] estando os agricultores diretamente ligados à economia de mercado, as forças econômicas influenciam cada vez mais suas vidas, reconfigurando suas práticas e modo de vida”. As próprias relações sociais sofrem com as mudanças no meio rural, necessitando adaptar-se à realidade. Novos hábitos culturais surgem, trazendo mudanças, inclusive no padrão alimentar, como o consumo crescente de alimentos instantâneos, refrigerantes, óleo de soja, maionese, margarina, produtos derivados do açúcar, alimentos processados, consumidos inclusive entre as famílias de agricultores.

Para Long (2007) e Ploeg (2008), ao longo do tempo, e baseados em sua experiência cotidiana, argumentam que os agricultores buscaram um conjunto diversificado de respostas para contornar a tentativa de homogeneização do desenvolvimento tecnológico na agricultura. Segundo os autores, os agricultores estabeleceram mecanismos de “resistência cotidiana” para desviar e responder aos problemas decorrentes da integração do conhecimento científico ao

processo de trabalho, das condições desiguais de absorção das tecnologias e das dificuldades de implantação de regras e procedimentos que visam à uniformização. Nas palavras de Ploeg (2008):

A resistência camponesa (tal como testemunhamos no começo do século XXI) não é apenas, ou primeiramente, articulada através de lutas abertas (manifestações, marchas, ocupações, bloqueios de estradas), embora estas expressões nunca estejam ausentes. Ela também não se limita aos atos cotidianos de desafio, designados de “armas dos fracos” por James Scott(1985).com base na formulação perspicaz de Long sobre a questão da resistência(2007), acredito que precisamos reconhecer que existe um campo de ação muito mais vasto, e provavelmente, muito mais importante, através da qual a resistência se materializa. A resistência se encontra numa de práticas heterogêneas e cada vez mais interligadas através das quais o campesinato se constitui como distintivamente diferente. (PLOEG, 2008, p. 289).

Conforme este autor, os mecanismos de "*resistência do terceiro tipo*" são a base para o que pode ser chamado de "*recampanização*" - um processo qualitativo que materializa o "*modo de vida camponês*". Esses processos de luta e construção de autonomia dizem respeito às condições em que indivíduos e / ou famílias que vivem em áreas rurais dispõem de um conjunto de recursos que lhes permitem decidir e realizar ações. A autonomia nessa condição se articula como “processo contínuo de construção, aperfeiçoamento, ampliação e defesa de uma base de recursos auto controlada, sendo a terra e a natureza viva (cultivos, animais, luz solar, água) suas partes essenciais” (PLOEG, 2008, p. 20).

Na perspectiva do autor, as práticas cotidianas, por mais antigas e irrelevantes que possam parecer, no contexto do Império, são cada vez mais veículos por meio dos quais a resistência é expressa e organizada. A resistência do campesinato reside justamente na multiplicidade de respostas continuadas ou criadas para confrontar o Império, ou seja, “remar contra a maré”. (PLOEG, 2008, p. 289).

Conforme Schneider e Escher (2011) são necessárias desconstruir tanto a ideia do agricultor como um empresário rural especializado e integrado aos mercados de *commodities*, como ideal a ser seguido e copiado, quanto aquela do camponês autárquico, que vive e produz apenas para a subsistência. O desafio consiste em (re)construir processos que promovam diversificação produtiva e tecnológica, economias de escopo, bem como mecanismos de troca e distribuição enraizados em relações sociais baseadas em princípios de reciprocidade e redistribuição. A diversificação da base de recursos dos agricultores (terra, sementes, água, animais etc.) fortalece sua autonomia, pois aumenta sua capacidade de decidir e desenvolver o processo de (re) produção e interação com os mercados.

Diante de tal quadro, na medida em que a ação dos agricultores desencadeia formas de resistência à dependência imposta pelos “Impérios Alimentares”, além da criação de

autonomia, esta ação tem potencial para dinamizar processos de produção e de trabalho mais sustentáveis ecologicamente na agricultura, em termos de coprodução (encontro, interação e transformação mútua do homem com a natureza). (PLOEG, 2008).

As práticas de resistência das famílias camponesas como a produção para o autoconsumo, a agroindustrialização, a produção agroecológica, o associativismo, a venda direta em circuitos curtos, constituem movimentos de resistência à mercantilização e subordinação aos mercados. Diante desse pressuposto, seguem gerando alternativas ao sistema hegemônico, buscando um desenvolvimento que promova a autonomia, a segurança alimentar e nutricional.

2.3 PRÁTICAS SOCIAIS AGROECOLÓGICAS

A agroecologia surgiu em 1970 e pode ser entendida de diferentes formas, como ciência, movimento e prática (Wezel, 2009). Também se pode dizer que a Agroecologia se aproxima ao estudo da agricultura numa perspectiva ecológica, embora com estrutura teórica orientada à compreensão ampla dos processos produtivos. Isto é, encara os agroecossistemas como unidade fundamental de estudo, onde os ciclos minerais, as transformações energéticas, os processos biológicos e as relações socioeconômicas são investigados e analisados em seu conjunto.

Preocupa-se com a otimização do agroecossistema como um todo, o que implica maior ênfase no conhecimento, análise e interpretação das complexas interações existentes entre as pessoas, os cultivos, os solos e os animais. (ALTIERI, 1989; ALTIERI, 1995). Gliessman (2000) entende a agroecologia como derivada da ecologia e da agronomia, com importante influência dos sistemas tradicionais de cultivo, sobretudo indígenas e camponeses, de países em desenvolvimento, que começaram a ser reconhecidos por muitos pesquisadores como exemplos importantes de manejo de agroecossistemas, ecologicamente fundamentados.

Seguindo uma definição mais ampla, Sevilla Guzmán e González de Molina (1996) definem a Agroecologia como um campo de estudos que pretende o manejo ecológico dos recursos naturais, para, por meio de uma ação social coletiva de caráter participativo, de um enfoque holístico e de uma estratégia sistêmica, reconduzir o curso alterado da co-evolução social e ecológica, mediante controle das forças produtivas que estanque as formas degradantes e espoliadoras da natureza e da sociedade. Em tal estratégia, a dimensão local é vista como portadora de um potencial endógeno que, por meio da articulação do saber local

com o conhecimento científico, permite a implementação de sistemas de agricultura alternativa potencializadores da biodiversidade ecológica e da diversidade sociocultural.

A transição agroecológica pressupõe a passagem do modelo produtivista convencional para estilos de produção mais complexos sob o ponto de vista da conservação e manejo dos recursos naturais. Um processo social orientado à obtenção de índices mais equilibrados de sustentabilidade, estabilidade, produtividade, equidade e qualidade de vida na atividade agrária. Nesse contexto, a transição agroecológica se refere a um processo gradual de mudança através do tempo, das práticas dos agricultores, nas formas de manejo dos agroecossistemas, tendo como meta a passagem de um modelo agroquímico de produção à outra modelo ou estilo de agricultura, que incorpore princípios, métodos e tecnologias com base ecológica. Entretanto, por se tratar de um processo social, a transição agroecológica implica não somente uma maior racionalização econômico-produtiva com base nas especificidades biofísicas de cada agroecossistema, mas também uma mudança nas atitudes e valores dos atores sociais, agricultores e consumidores, em relação ao manejo e conservação dos recursos naturais, o que não dispensa o progresso técnico e o avanço do conhecimento científico (COSTABEBER, 1998).

Sabourin (2001, p.37) coloca que “a partir da década de 80, diversas tentativas foram materializadas em incontáveis projetos, buscando superar o que se colocou como limite ou fracasso dos métodos de inovação agropecuária subsidiadas pela Revolução Verde à agricultura familiar”. Nesse enfoque, o conhecimento relacionado às experiências e práticas de produção passou a ser valorizado e reconhecido e a aprendizagem passou a ser pensada como relação social. Para o autor, “[...] as pessoas não só são participantes ativos na prática de uma comunidade, mas também desenvolvem suas próprias identidades em relação àquela comunidade.” (2001, p. 38). Neste sentido, as pessoas se mobilizam por meio de ações chamadas “*learning by doing*”, ou seja, experimentando novas formas de articulação entre práticas e conhecimentos.

Nas práticas (agro)ecológicas incorporam-se os objetivos sociais aos objetivos de conservação ambiental. A saúde da família, o aproveitamento dos componentes naturais de cada estabelecimento, a policultura, a aproximação direta com o consumidor e a politização dos agricultores para que sejam protagonistas do desenvolvimento, apresentam-se como elementos fundamentais. (ALTIERI, 1998; GLIESSMAN, 2000). Há um conjunto de elementos e processos, que caracteriza a produção e demais práticas (agro) ecológicas que precisam ser analisadas.

Dessa forma, são características específicas, econômicas, políticas e culturais reproduzidas historicamente que dizem respeito a uma forma de vida com princípios e objetivos singulares que valorizam a terra, a família, a cooperação. Além disso, envolvem conhecimentos, técnicas, tecnologias e princípios como a cooperação e a valorização do patrimônio ecológico e familiar bem como a organização política e luta num movimento de resistência à chamada Revolução Verde e à expansão do capital. Assim, a agricultura com práticas (agro)ecológicas corresponde a uma *práxis* diferenciada de produzir e viver, a um movimento político que, no Brasil, está na base para a reprodução da agroecologia também como ciência a partir das pesquisas realizadas neste e noutros países.

Para Rossi e Brunori (2017), a transição para práticas alimentares sustentáveis extrapola a vontade individual de comportar-se de forma coerente. Por sua vez, Sonnino e Marsden (2017) aludem que a criação de sistemas “alternativos” de abastecimento alimentar, que não se encaixam no modelo de agricultura convencional, equivale a cortar a cadeia convencional, por meio do desenvolvimento de uma nova relação entre agricultores e consumidores. Renting *et al.* (2003, p. 398) afirmam que “ao basearem-se na imagem da propriedade rural ou da região como fonte de ‘qualidade’, as redes alimentares alternativas ‘relocalizam’ o produto alimentar, vinculam mais diretamente às práticas locais de cultivo, natureza, paisagens e recursos rurais”.

Na mesma perspectiva, Marsden, Banks e Bristow, (2000) destacam que, ao contrário das cadeias convencionais, redes agroalimentares alternativas exibem novos vínculos associativos e institucionais; envolvem empresas e atores que redefiniram suas relações com o Estado; reconfiguraram as construções de valor, natureza, qualidade e região associadas à produção e oferta de alimentos; mostram ganhos positivos de valor agregado, em termos de rendimento agrícola; e revelam uma considerável diversidade nas interações associativas e interpessoais envolvidas na produção, “animação” e venda de alimentos.

Para Schneider e Menezes (2014), as práticas, processos e formas de organização social e política podem representar a emergência de outro “modo de fazer” agricultura e produzir alimentos assim como usar o espaço rural para promoção de formas e meios de desenvolvimento que não sejam exclusivamente agrícolas. Estas práticas e iniciativas, em geral, demandam formas de organização e ação coletiva tanto para legitimar-se politicamente como angariar escala econômica. Surgem então, os dispositivos de organização coletiva, tais como cooperativas e associações, que inauguram nova institucionalidade e mecanismos de relacionamento com o Estado e políticas públicas.

O conjunto destas iniciativas pode ser associado à noção de desenvolvimento rural, aqui entendido como um processo geral de mudança na base sociotécnica e econômica da agricultura que visa gerar uma nova forma de relação com a natureza e melhorar a qualidade de vida das populações envolvidas. No entanto, este processo também gera efeitos multidimensionais que estimulam a formação de instâncias de organização social e política que, por sua vez, afetam as instituições, os valores e as normas sociais do espaço rural como um todo.

2.4 PRÁTICAS DE AGROINDUSTRIALIZAÇÃO

A agroindústria familiar rural é uma forma de organização onde a família transforma a matéria-prima oriunda da pequena propriedade em alimentos visando à agregação de valor¹. A atividade agroindustrial não se constitui uma novidade para os agricultores familiares; faz parte da sua própria história e da sua cultura, essa atividade emerge como uma prática alicerçada no seu conhecimento histórico, melhorando as suas maneiras de fazer e de produzir, ajustando e culminando com a agroindustrialização. Para Woortmann e Woortmann (1997), é a lógica do “saber fazer” camponês, que por sua vez, pode revelar um modelo integrado de apreensão do mundo e das coisas. As ações dos camponeses se orientam a partir do “saber fazer” e na possibilidade de sua continuidade.

Como definiu Mior (2005), a agroindústria familiar rural é uma forma de organização em que a família rural produz, processa e/ou transforma parte de sua produção agrícola e/ou pecuária, visando, sobretudo, à produção de valor de troca que se realiza na comercialização, ou seja, o agricultor deixa de ser um mero produtor de mercadorias. Os produtos são comercializados diretamente ao consumidor em cadeias curtas, feiras, eventos comerciais, roteiros turísticos com visitação às propriedades, merenda escolar e mercados locais. Segundo o autor, no princípio os produtos processados eram destinados para o consumo da família e, em menor grau, para as trocas estabelecidas entre os agricultores. Com a reestruturação dos mercados a partir das mudanças nos hábitos de consumo, a agroindustrialização familiar que estava vinculada com uma economia de subsistência passa a se encontrar inserida nos

¹ O conceito de agregação de valor a um produto reflete a busca pela diferenciação, ou seja, sua “descomoditização”. O agricultor procura sair da situação de tomador de preços e tenta, dentro de certos limites, impor o seu preço ao produto, de acordo com a sua política mercadológica e relação com toda a dinâmica da concorrência, desejos dos consumidores e ainda da análise final do consumidor sobre o custo-benefício que acaba por auto-regular todos os preços e atividades econômicas.

mercados locais, nacionais e internacionais, o que permite acumular e reproduzir recursos dentro da agricultura familiar a partir da comercialização de produtos processados.

A capacidade de resistência contida na agricultura familiar possibilita aos agricultores criar espaços de manobra e reproduzir suas unidades produtivas mesmo sob a pressão do projeto dominante da modernização. Assim, estruturas de apoio e incentivo ao resgate de conhecimentos e práticas, como a agroindustrialização, podem gerar projetos de desenvolvimento locais. Portanto, a heterogeneidade é uma característica estrutural deste processo, a qual está associada à construção do conhecimento local e por tanto, para a produção e reprodução dessa heterogeneidade. (LONG, 2001).

As tendências recentes do sistema agroalimentar, segundo Maluf (2004), caracterizam-se pela coexistência de processos de padronização e de diferenciação no consumo dos alimentos, cujos reflexos repercutem até a etapa da produção agrícola. De um lado, assiste-se à continuidade da concentração do processamento agroindustrial para fazer frente aos requisitos da produção em grande escala, ainda que as novas tecnologias permitam que a maior escala de produção seja acompanhada da diferenciação dos produtos finais. Por outro lado, a valorização dos produtos com atributos diferenciados de qualidade cria novas oportunidades de mercado, muitas das quais, acessíveis aos agricultores de pequeno e médio porte.

Uma das consequências dessa tendência tem sido o comprometimento da sobrevivência da agricultura familiar nas regiões e nas cadeias produtivas onde ela tem presença tradicional. Isso pode ser percebido como demonstrado na seleção que as grandes corporações promovem entre os agricultores integrados, que lhes fornecem matéria-prima na avicultura, na suinocultura e na pecuária leiteira.

Wilkinson (2003) afirma que a condição de ser visto como “pequeno” passa a ser considerada cada vez mais como uma vantagem estratégica na medida em que é associada à tradição, à natureza, ao artesanal e ao local, um conjunto de valores agora premiado pelo mercado consumidor. Assim, a possibilidade de novos padrões de qualidade, associado ao artesanal, ao familiar e a valores ambientais, e a certificação desses valores por selos de garantia passa a ser um excelente instrumento para construção social dos novos mercados para agricultura familiar. Mesmo assim, neste cenário a agricultura familiar é obrigada a atender uma série de padrões de produção que pretendem garantir a qualidade dos produtos ou como expressa Wilkinson (2003):

[...] ao aludir sobre o resgate da imagem tradicional de ‘pequeno produtor’ “como estratégia de mercado, exige tanto uma reinvenção de tradições como a adoção de práticas novas, a medida em que estas tradições agora tenham como aval um exigente consumidor urbano”. (WILKINSON, 2003, p. 05).

Maluf (2004) lembra que as agroindústrias familiares possuem processos de produção distintos dos usuais sistemas de integração, onde a agricultura familiar se envolve com todas as etapas produtivas e desenvolve produtos com características únicas conforme o território de produção. Porém, para que o consumidor externo ao local de produção valorize esses atributos, a certificação da produção se torna indispensável, quando se procura, a inserção dos produtos em mercados distantes. No entanto, a maioria das agroindústrias carecem da certificação para os produtos diferenciados, pelo conteúdo, forma de produção ou origem sócio espacial, reduzindo a possibilidade de diferenciação das mercadorias em cadeias longas e extra locais.

Ainda de acordo com Maluf (2004), o desenvolvimento dos projetos de agregação de valor às matérias-primas agrícolas e as novas formas de inserção nos mercados fazem-se, em geral, de forma gradativa, sem romper, imediatamente, as relações comerciais preexistentes, principalmente aquelas tradicionalmente mantidas com as cadeias integradas através do cultivo comercial de grãos e da pecuária leiteira presentes na maioria das unidades familiares. A consolidação e a expansão dos projetos de agregação de valor afetarão os vínculos preexistentes e a combinação dos recursos produtivos, na medida em que a produção de derivados deixarem de ser secundárias, ou que o processamento do bem primário absorva toda a quantidade disponível do mesmo. Ademais, é possível que o projeto autônomo de agroindustrialização venha a constituir alternativa às formas usuais de integração agroindustrial.

2.5 O SISTEMA AGROALIMENTAR HEGEMÔNICO

Friedmann (1993) assinala que a partir dos quatro últimos séculos, e mais intensamente nos últimos 100 anos, a alimentação e a agricultura passaram a ser organizadas em escala mundial. A especialização da produção agrícola estendida entre continentes abriu um vasto espaço onde as pessoas vivem e a origem dos produtos que consomem, entre o trabalho que realizam e os objetos que utilizam. Segundo a autora, as relações entre as pessoas e o seu território tornam-se organizadas em uma escala para além da observação direta, o que para ela foi um divisor de águas na história humana.

O conceito de regime alimentar proposto por Friedmann e McMichael (1989), procura ressaltar as relações sistêmicas entre as dietas alimentares e os fenômenos econômicos e políticos, no nível global, que resultaram na formação dos Estados Nacionais no século XIX e na expansão mundial das relações capitalistas, com a conseqüente construção de um sistema agroalimentar mundial. Delineando periodizações amplas, o estudo dos regimes alimentares tem identificado três períodos que correspondem a diferentes regimes de acumulação e regulação social:

- a) o chamado primeiro regime alimentar, constituído no período final da hegemonia britânica (1870-1914);
- b) o segundo regime alimentar, correspondendo ao período “fordista” centrado na hegemonia americana no pós - II Grande Guerra (1947-1973);
- c) o terceiro regime alimentar que Harriet Friedmann chama de período do modelo “liberal-produtivista” correspondendo ao momento atual da globalização financeira (FRIEDMANN, 2000).

Segundo McMichael (2009), as grandes corporações submetem a produção a uma lógica especulativa e buscam tirar proveito dos preços em alta, agravando as crises de abastecimento alimentar. Elas controlam os preços que são pagos aos produtores e os preços que são cobrados no mercado. Isto é possível por que alimentos se tornaram commodities e são vendidos nos grandes mercados internacionais, sendo sujeitos ao capital especulativo do sistema financeiro, e resultando na financeirização da agricultura.

Nos últimos anos pode-se perceber a ocidentalização dos padrões alimentares, com o aumento do consumo de carnes bovina, suína e frango, em regiões em que estes alimentos não são consumidos como a Ásia. Alguns autores o chamam de Regime Alimentar Corporativo, pois as grandes corporações dominam cadeias inteiras relacionadas aos alimentos, apropriando-se dos recursos naturais e, em muitos casos, possuem braços em outros setores, como mineração ou farmacêutico.

No entanto, o terceiro regime alimentar também pode ser definido por ser um regime com contradições. Por um lado, a globalização financeira se estendeu ao âmbito da produção, tornando os capitais do sistema agroalimentar mais livre das regulações dos Estados Nacionais para incluir ou excluir localidades, matérias-primas e mão-de-obra, de acordo com sua conveniência. Por outro, cresce a busca por uma alimentação “natural” e “artesanal” motivada pelo resgate do significado cultural e simbólico do alimento, o qual impede sua mera redução ao conteúdo nutritivo de seus componentes, e ao apelo pela sustentabilidade nos

processos de produção, o capitalismo verde, que desperta no consumidor uma vontade de reaproximação com a natureza enquanto origem de alimentos saudáveis.

Segundo Wilkinson (2000), estas contradições ficam evidentes quando comparamos os atuais esforços de multinacionais de agroquímicos para introduzir a produção e o consumo de organismos transgênicos. Esta estratégia claramente “comandada pela oferta”, identificada com o modelo “fordista”, tem sido contraposta com a escalada mundial da mobilização contrária aos transgênicos e com a explosão da demanda por alimentos orgânicos, o que inclusive tem obrigado grandes empresas a modificar e adaptar suas estratégias.

A preocupação em relação ao consumo nos estudos agroalimentares toma corpo e passa a reconhecer-se o alimento como muito mais que apenas uma mercadoria como outra qualquer, este se tornou parte das dinâmicas de organização social que permeiam a produção e comercialização. Para Ploeg (2008), o que McMichael e Fridmann nomeiam como regime será caracterizado como Império. Este conceito também resume para o autor a caracterização de uma nova superestrutura dos mercados globalizantes, mas enfatiza uma tendência mais flexível de ordenamento institucional e técnico da agricultura e do sistema agroalimentar.

Segundo o autor, o Império é marcado pelo crescente controle hierárquico, assim como a criação de novas ordens materiais e simbólicas. Desta forma, reconhece uma conquista imperial nas práticas agrícolas, da natureza, assim como dos recursos e aspirações dos agricultores. Nesse sentido o império não é apenas um tipo de controle de produção, mas um modo específico de ordenamento da vida.

Conforme os postulados de Ploeg (2008), este modo de ordenamento na atual fase de globalização tem um conjunto de normas e parâmetros gerais que governam as práticas locais. Sua característica é a conquista continuada de espaços locais que antes eram relativamente autônomos. Assim, o Império busca assegurar controlabilidade e explorabilidade, além de um fluxo de caixa e renda definido centralmente. Também procura impor procedimentos universais que sancionam as práticas. Nessa ordem, a codificação e a formalização estão sempre no perigo de aniquilar a condição de agente dos camponeses, porque o desvio das normas é tomado como uma infração.

É preciso ressaltar que esses impérios não possuem processo de acumulação capitalista clássica. Ao contrário, são capitais adquiridos através de financiamentos, grande parte do crédito disponível no mercado, inclusive de políticas públicas. Para exercer controle sobre os fluxos, os impérios associam-se às instituições e governos, com objetivo de impor normas, regras e políticas públicas que operem em beneficiamento aos seus interesses, assegurando o seu domínio sobre o território.

No entanto, a diferença mais notória de Ploeg (2008) com respeito ao conceito de regime, é o poder de agência dos atores sociais, que para o autor configuram a emergência de resistências, pressão da contraposição, novidades, alternativas e novos campos de ação. Nesse sentido, no mundo existe uma nova tendência clara que considera que o camponês não está desaparecendo, contrariando a corrente marxista e a modernização. Diante disso, Ploeg (2008) afirma que:

A população agrícola é confrontada com um *squeeze* da agricultura cada vez maior. Os preços estagnam, os custos disparam e muitas famílias agrícolas são empurradas para uma condição de marginalidade. É intrigante, pelo menos à primeira vista, que nesse panorama segmentos cada vez maiores da população agrícola na Europa estejam se reconstruindo como camponeses. Esses grupos enfrentam e lutam contra a condição de marginalidade que lhes é imposta por meio da criação de novas respostas, as quais diferem claramente das prescrições e da lógica do Império. (PLOEG, 2008. p.08).

Ploeg (2008) considera que uma das características centrais da agricultura camponesa refere-se à interação com a natureza, a qual também dá forma ao social na medida em que está relacionada com a produção tradicional e a artesanidade. O autor é enfático ao afirmar que a agricultura camponesa está longe da estagnação e do atraso, ao contrário, constitui-se em campo de batalha para alcançar o progresso e, dessa forma, melhorar, ainda que lentamente, a qualidade e a produtividade dos recursos. Assim, os camponeses estão em constante luta para alcançar os meios para aumentar sua autonomia e melhorar a base de recursos de suas propriedades.

As possibilidades de mudança ou transformações no sistema agroalimentar estão diretamente associadas à agricultura camponesa com as inter-relações entre produtores e consumidores de alimentos. Se, por um lado, as indústrias de alimentos e os grandes supermercados reorganizaram o comércio de produtos agrícolas, criando um mercado completamente anônimo em que a origem e o destino dos produtos já não importam, por outro lado, origem, qualidade, autenticidade, frescor e especificidade dos produtos são aspectos naturalmente associados à agricultura camponesa.

Dessa forma, abre-se espaço para circuitos alternativos aos hegemônicos de produção e comercialização de alimentos, baseados em “mercados socialmente definidos” (PLOEG, 2008). A integração entre produção e consumo, por intermédio de redes alternativas de distribuição de alimentos, especialmente por meio de cadeias curtas, poderia contribuir para a valorização local de produtos tradicionais, ressaltando valores como confiança, localidade e reconhecimento entre produtores e consumidores, e favorecendo dinâmicas econômicas e sociais positivas.

2.6 A MUDANÇA PARADIGMÁTICA NA EMERGÊNCIA DAS CADEIAS CURTAS E O DESENVOLVIMENTO RURAL

Para Ploeg (2008), a mudança paradigmática da modernização agrícola para o desenvolvimento rural passa pelos mercados, onde emergem novas estratégias, práticas, identidades, políticas e instituições. Neste sentido, Marsden *et al.* (1999) destacam que entender a criação, a operação e o desenvolvimento de novos mercados é significativamente importante para abordar esses aspectos referentes ao novo paradigma.

Um dos pontos centrais é possibilidade de engendrar alguma forma de conexão entre o consumidor e o produtor. O produto ao chegar ao consumidor envolto de informação, permite fazer conexões e associações com um mínimo de dados sobre o lugar e o espaço onde foi produzido, os valores e as pessoas envolvidas, e os métodos empregados. A singularidade do produto está imersa em um sistema de valores e práticas específicas, pois quanto mais escasso ele é no mercado pela distinção de suas qualidades e proveniência, mais valorizado será. O desenvolvimento de redes alimentares alternativas está remodelando o espaço rural através da criação de nichos e de novas estruturas organizacionais espaciais e redes que competem com os sistemas produtivos mais padronizados, estabelecidos no setor convencional. (SONNINO; MARSDEN, 2017, p. 122).

Novos padrões de relações de consumo se desenvolveram e prosperaram simultaneamente em diversos países com diferentes nuances e suscitaram diferentes formas de Políticas Públicas. Iniciativas como programas de articulação da gastronomia regional com produtos típicos e as compras governamentais de produtos locais são novas referências em produção e consumo. Na velocidade destas transformações, o conceito de “cadeias curtas” tem abrigado diversas formulações e valorizações destas novas relações.

No sentido de reconhecer a importância da produção tradicional, Sonnino e Marsden (2017) consideram que estratégias de valorização e legitimação de práticas tradicionais e/ou artesanais são capazes de promover a realocação dos alimentos; associando qualidade à pequena produção, práticas tradicionais, paisagens, natureza e recursos locais. Para Cruz e Schneider(2010), em muitas áreas rurais brasileiras, a produção e a comercialização de produtos tradicionais, apreciados pela população e por turistas, têm contribuído para a revalorização da condição de agricultores e para a manutenção das famílias no meio rural. A atual valorização dos alimentos tradicionais, vinculados aos locais de origem, tem desafiado o sistema agroalimentar moderno.

Contudo, à medida que se torna crescente a valorização e confiança em alimentos produzidos localmente, enraizados em um território e em uma cultura, grandes empresas despertam interesse neste tipo de mercadoria. Muitas produtoras e distribuidoras de alimentos, percebendo essa valorização como novo nicho de mercado tem procurado se apropriar dessa tendência, adotando propagandas e rótulos que associam os produtos a novos atributos da qualidade, como postulado por Cruz e Schneider(2010). Essa apropriação, como considera Wilkinson (2003), acaba por ofuscar os limites entre os produtos feitos em pequena escala, associados a aspectos históricos e culturais específicos, e os produtos feitos em larga escala.

A lógica industrial de produção, ao buscar a padronização, reduz a identidade e o vínculo dos alimentos com os locais de origem, sobrepondo-se às práticas de consumo locais e diferenciadas. De outro modo, nas cadeias curtas a qualidade está associada à valorização de elementos relacionados ao local de sua produção, às variedades ofertadas, à forma de produção e apresentação dos produtos. Também observa-se a preferência pelo típico, o artesanal ou o produto de pequena escala produtiva, o que gerando novas estratégias e experiências.

A emergência de alternativas alimentares como *Food sheet* (Kloppenburg, J. Hendrikson, J, Stevenson GW, 1996), *Food Hub* (Blay Palmer, A, 2008) e *Nested Markets* (Ploeg, J. D, 2014) articuladas na intercooperação e caracterizadas como nichos, apresentam, desde a visão dos autores, uma forma diferente de operar e enfrentar as formas convencionais do mundo industrial e mercado caracterizadas como Regime ou Império. Embora as alternativas ocorram a nível local seguindo uma lógica de intercambio de mercadorias, esta se encontra além de uma relação comercial, privilegiam a proximidade e a solidariedade, assim como a parceria entre produtores e consumidores. Conforme Ploeg e Schneider (2015), estas novas práticas de desenvolvimento rural tornam-se sinérgicas à medida que desenvolvem três características: o fortalecimento da autonomia sobre os recursos localmente disponíveis, por meio da produção de novidades buscando soluções locais e originais que ajudam a evitar a dependência externa. Outro aspecto importante é a multifuncionalidade da agricultura e do espaço rural, ou seja, o desenvolvimento de uma gama de produtos e serviços, visando o aproveitamento integral de todos os recursos disponíveis. Uma terceira característica importante é que as diferentes práticas estejam interligadas através de redes horizontais, fomentando relações de reciprocidade.

As cadeias agroalimentares curtas remetem a formas de comercialização da produção agrícola que busca a proximidade entre produtores e consumidores, possibilitando uma conexão que permita maior interatividade na construção mútua de relações de confiança.

Essas cadeias se caracterizam por enraizar práticas alimentares em relações eco sociais locais, estabelecendo novas relações mercantis. De acordo com Marsden *et al.* (2000), há três tipos principais de cadeias curtas *Short Food Supply Chains (SFSC)*: as de face-a-face; de proximidade espacial e espacialmente estendida. Elas também podem ser classificadas ou caracterizadas por critérios de qualidade, em regionais / artesanais e ecológico-naturais. As cadeias face a face caracterizam-se pelas vendas diretas do produtor ao consumidor por meio de feiras, vendas em domicílio, casas coloniais e rotas de turismo. O segundo tipo, o de proximidade espacial, se faz por meio de vendas a varejistas locais, restaurantes, vendas institucionais por meio da merenda escolar, mercados regionais, casas coloniais e eventos nos municípios. O terceiro tipo de cadeias curtas, a espacialmente estendida, compreende casos que envolvem *fair trade* e certificação de indicação geográfica

As cadeias agroalimentares curtas são significativas pois “possuem a capacidade de ressocializar ou reespecializar o alimento, permitindo ao consumidor fazer julgamento de valor”. (MARSDEN *et al.*, 2000). Isso significa que o produto chega ao consumidor com um grau significativo de informações e carregado de valores sobre seu processo de produção. A qualidade passa a ser fator-chave nesse processo e cresce a necessidade de se (re)construir a relação de confiança entre produtores e consumidores fazendo crescer a valorização dos alimentos produzidos localmente e a produção orgânica, agroecológica e artesanal.

Para SCHNEIDER (2004, p. 96), “O desenvolvimento rural seria uma tentativa de reconstrução das bases econômicas, sociais e ambientais, e das próprias unidades familiares, em face das limitações e lacunas intrínsecas do paradigma produtivista”. É necessário planejar a reconstrução analisando todo o contexto que gira em diferentes aspectos tanto na sociedade como na economia. Ademais, nesta abordagem, destaca-se o papel dos agricultores, que passam a orientar suas práticas produtivas, não mais segundo o padrão agricultor-empresário profissional, mas, crescentemente, para o modelo de um agricultor-camponês, que é autônomo, domina tecnologias, toma decisões, controla e gestiona processos, enfim, decide sobre seu modo de viver e trabalhar nos marcos de uma sociedade capitalista.

2.7 A CONSTRUÇÃO SOCIAL DOS MERCADOS

O mercado não é apenas uma convenção econômica que dita regras e organiza as transições comerciais, é um fenômeno social, que deve ser visto em sua pluralidade. Os mercados constituem processos de interação social que mobilizam atores e agentes com interesse em trocar. Mercados conectam pessoas direta e indiretamente, através de fluxos de

produtos e sistemas que organizam estes fluxos por meio de transações comerciais. Conforme Ploeg (2016), os mercados sejam eles espaços físicos ou sistemas de trocas, envolvem relações sociais, que podem ser visíveis ou anônimas. Essas relações modelam os fluxos de bens e serviços através do tempo e do espaço.

Conforme Polanyi (2000), as atividades de mercado não são puramente econômicas, mas são embebidas em normas sociais e instituições que intermediam seus efeitos. Pesquisas em sociologia econômica analisam como os indivíduos, firmas, autoridades governamentais e ONGs, estão envolvidas nas transações econômicas, e, como esses diferentes atores tanto modelam, quanto são modelados pela rede de relações sociais, tomando como referencial teórico os trabalhos de construção social das instituições de Mark Granovetter. Dessa forma:

[...] os atores não comportam nem tomam decisões como átomos fora de um contexto social, e nem adotam de forma servil um roteiro escrito para eles pela intersecção específica de categoriais sociais que eles porventura ocupem. Em vez disso, suas tentativas de realizar ações com propósito estão imersas em sistemas concretos e contínuos de relações sociais. (GRANOVETTER, 2009, p. 39-40).

Para compreender o comportamento dos indivíduos, é preciso compreender a racionalidade a partir da qual eles se movimentam. Granovetter, para além de investigar a racionalidade, busca decifrar as teias de relações sociais constitutivas das formas de sociabilidade humana. Ele argumenta que as relações sociais são constituídas por redes de laços sociais, sendo que tais laços podem ser fortes ou fracos. E a identificação de laços fortes e fracos é de fundamental importância para a explicação da dinâmica social. Os laços fortes que o indivíduo estabelece, ocorrem com as pessoas com as quais o indivíduo tem mais contato, um maior vínculo e cumplicidade, geralmente são os familiares e amigos de longa data. Já a imbricação estrutural relaciona-se aos laços fracos, que ligam pessoas que não possuem tanto contato, o vínculo é mais superficial, as relações são menos recorrentes.

Zelizer (1994), que utiliza a sociologia econômica em suas análises, defende um modelo de múltiplos mercados e não um mercado único, amoral e autônomo, um modelo no qual produtos de consumo possuam significativos locais e universais. Para a autora, os mercados são influenciados por convicções e práticas sociais, neste sentido, toda atividade econômica é socialmente negociada, pois opera em uma estrutura de valores, ou seja, os mercados são formados pelas diversas relações sociais e também, pelos significados atribuídos pelas pessoas. Neste sentido a autora aponta a importância da cultura e propõe investigar as práticas nas quais se envolvem desde produtores a consumidores, para melhor compreender as relações estabelecidas entre mercado e cultura.

Todos os mercados estão imersos em marcos institucionais, contêm e são regulados por modos de governança. Contudo, a diferença básica é que os grandes mercados de produtos agrícolas e alimentares são, cada vez mais, governados por impérios alimentares que compõem um regime hegemônico, ao passo que os mercados emergentes estão inseridos em arranjos institucionais diferentes e são, pelo menos em parte, governados por novas redes sócio técnicas que visam a proteger espaços específicos contra o regime imperial e, ao mesmo tempo, possibilitar a construção de trajetórias de desenvolvimento que ultrapassem as limitações inerentes a este regime.

Conforme Goodman (2003, p. 1), “[...] enraizamento, confiança e local são as principais categorias analíticas para compreender o *quality turn* em práticas alimentares”. O autor ressalta que essas construções possuem significados simbólicos contestados, destacando que a dificuldade de decifrar esses significados define o desafio teórico e empírico pelo retorno à qualidade das práticas alimentares. Essas noções, embora distintas, são imbricadas.

Com referência ao enraizamento, Granovetter (1985) sugere adotar uma abordagem que reconheça as ações econômicas dos indivíduos como inseridas em uma rede de relações sociais.

O local está associado à qualidade na medida em que se associa à imagem do rural ou à região como fonte de qualidade. Relocalizar a rede alternativa de alimentos, em outras palavras, significa reconecta-las com práticas da agricultura local, natureza rural, paisagens e recursos locais (RENTING *et al.*, 2003). O local facilita o conhecimento mútuo, a possibilidade de maior interação entre produtores e consumidores permitindo a construção da confiança e o avivamento de novos critérios de julgamento. Neste contexto, Niederle (2013), afirma que a qualidade passa a agregar, além de uma perspectiva territorial, atributos que se referem a construções imateriais e subjetivas e, principalmente, consolida-se o entendimento de que a qualidade não é estática, podendo sofrer alterações a partir das dinâmicas sociais.

Outro fato é a explosão da procura por alimentos orgânicos, fortemente a margem do sistema agroalimentar dominante, fazendo os atores líderes adaptar-se (WILKINSON, 2000). Dessa forma, uma reflexão sobre o quanto a demanda e a presença de novos valores nas redes sociais, nas quais os consumidores estão inseridos, podem impactar os sistemas agroalimentares mercados. Mercados são um fenômeno social que mobiliza atores e agentes com interesses em intercambiar mercadorias, portanto ocorre interação social, são governados de modos que contrastam radicalmente com os grandes mercados de produtos agrícolas e alimentares.

3 AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO NO VALE DO TAQUARI

O território rural do Vale do Taquari apresenta uma grande diversidade de paisagens e recursos naturais, heterogeneidade na organização das estruturas produtivas, diversidade étnica, cultural e múltiplas formas de organização social. A agricultura familiar tem um papel fundamental para o desenvolvimento da região, a diversidade de saberes e práticas desenvolvidas pelas populações no uso dos recursos naturais deram origem a estratégias de desenvolvimento bastante heterogêneas, de grande potencial de geração de renda, uso da mão de obra, organização social e política.

3.1 COLONIZAÇÃO, MODERNIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL

O Rio Taquari, ou Rio das Taquaras, em linguagem guarani, desce do norte em direção ao sul, em um vale de fundo plano, com uma largura de dois a quatro quilômetros e um comprimento de vinte e cinco quilômetros. Existem pequenos relevos dentro do vale, formados por terraços de aluviões. Arroios drenam vales secundários, perpendicularmente ao vale principal, podendo ser facilmente atravessados. (BEROLD, GRISEL e SCHMITZ, 2007). Além disso, o Vale do Rio Taquari está localizado no centro-leste do Rio Grande do Sul, possuindo três distintas características fisionômicas: o Planalto Meridional (nesta região conhecido como Campos de Cima da Serra), a encosta do Planalto (relevos bastante acidentados) e a Depressão Central (extensos terraços aluviais).

Já em relação aos morros que cercam o vale do rio, a dupla composição das rochas que compõem o relevo provocou uma erosão diferencial, formando o que se pode chamar de patamares. Os morros com estas características possuem altitudes de até 500 metros, sendo compostos por de um a quatro patamares, em que a cada inclinação abrupta sucede uma área mais plana, formando vales e montanhas, (BEROLD; GRISEL e SCHMITZ, 2007).

O ambiente do Vale do Taquari contava com condições favoráveis à agricultura, pois se tratava de uma planície e de terras férteis, vulneráveis às grandes enchentes do rio, que ocorrem de tempos em tempos. Desde a década de 1920, existiam linhas regulares entre Lajeado e Porto Alegre. A viagem com o “vapor rápido” durava de nove a onze horas, outras linhas atendiam a circulação regional.

Os estudos de arqueologia e história concluíram que populações indígenas Guarani e Kaingangs, horticultoras, viviam a milhares de anos nos vales dos rios Taquari e Forqueta e

dos arroios Forquetinha e Boa Vista. (KREUTZ, 2008). Os povos que viviam nessa região, como agricultores e coletores de erva-mate, também antes da chegada dos colonos, foram expropriados e expulsos para lugares mais distantes por meio de estratégias como a grilagem de terras. Essas eram praticadas por membros da elite econômica regional e viabilizaram alguns dos projetos de colonização. (CHRISTILLINO, 2004).

A partir de 1850 surge uma nova onda migratória, os primeiros alemães se estabeleceram no território em meados de 1853, se instalaram inicialmente nas áreas mais planas, à margem dos rios e arroios, expulsando as populações indígenas, chamadas de “bugres” pelos colonos. Após ocupar as terras mais planas, começaram a ocupar as encostas de morros e montanhas, abrindo as matas e formando povoados, chamados de “picadas”. A tradição de vida em comunidade foi mantida, de forma que no início de uma ocupação logo a igreja e a escola eram construídas.

Conforme Richter e Collischon (1994), após a fundação da Colônia de São Leopoldo, no Vale do Caí, os alemães estabeleceram as colônias de Venâncio Aires (1853), Lajeado e Estrela (1855) e Teutônia (1858). Duas décadas depois, os imigrantes italianos chegaram e encontraram os imigrantes alemães estabelecidos nas áreas planas a margem dos rios, restando ocupar as regiões de planalto, encosta de serra, cobertas com mata nativa. Conforme Nicolini (2007) a colonização concentrou-se inicialmente na parte norte, mais próximo da serra, foco central do assentamento dos imigrantes italianos no RS.

A agricultura familiar que emergiu na região do Vale do Taquari, a partir da colonização alemã e italiana, dedicou-se à policultura e à pecuária de pequena escala, baseado na produção para o autoconsumo, mas vendendo o excedente a comerciantes que atendiam ao mercado de consumo da capital facilitado pela proximidade geográfica. As áreas agrícolas atribuídas aos colonos variavam entre 25 e 48 hectares, realizando inicialmente a agricultura com o sistema de derrubada-queimada, implantando sistemas de cultivo com tração animal leve.

Conforme Berold, Grisel e Schmitz (2007), a produção para autoconsumo era composta de carnes bovina, suína e de aves, leite, banha, ovos, farinhas de trigo e milho, raízes comestíveis e, frutas (mandioca, batata-doce e frutas cítricas), além de algumas leguminosas, como feijões e lentilhas. Inicialmente dedicaram-se à policultura e à pecuária de pequena escala, sobretudo para atender ao mercado de consumo da capital facilitado pela proximidade geográfica. Em relação a banha suína, produto de muito valor, sendo considerado o “ouro branco” das colônias, muito valorizado no território e fora dele também.

Segundo Ahlert e Gedoz (2001), entre 1900 e 1916, em Estrela, existiam alambiques, curtumes, cervejarias, destilarias, refinarias de banha, serrarias, moinhos, engenhos de arroz e produção de azeite, salsichas, refrigerantes, sabão, arame, vassouras, etc. A maioria destes produtos eram processados por pequenas agroindústrias, queijarias, moinhos e destilarias.

Conforme Berold, Grisel e Schmitz (2007), é difícil encontrar dados precisos sobre o número médio de indivíduos que compunham uma família colonial do Vale do Taquari entre fins do século XIX e princípio do século XX, mas frequentemente, as famílias eram constituídas por mais de doze filhos. O colono não se considera apenas um pequeno produtor rural, enfatiza a ascendência europeia e a simbólica do pioneirismo vinculado à colonização, uma identidade fundada em sentimentos de vida comum e na história compartilhada em comunidade.

A organização social dos agricultores nas comunidades, em corais, clubes de futebol, de tiro e igrejas permite uma constante integração, que extrapola para organizações mercantis e associativismo e criação de cooperativas. Lentamente as cooperativas foram conquistando mais associados e tornando-se grandes mercados, agregando agricultores de uma área geográfica cada vez maior.

Conforme Miguel (2013), historicamente o Vale do Taquari teve quatro sistemas agrários: indígena, colonial inicial, colonial contemporâneo e colonial contemporâneo atual. O sistema indígena é caracterizado pelo extrativismo e produção para autoconsumo. O campesinato que emergiu na região do Vale do Taquari, a partir da colonização alemã e italiana, dedicou-se à policultura e à pecuária de pequena escala, sobretudo para atender ao mercado de consumo da capital facilitado pela proximidade geográfica.

As áreas agrícolas atribuídas aos colonos variavam entre 48 e 25 hectares, realizando inicialmente a agricultura com o sistema de derrubada-queimada, implantando sistemas de cultivo com tração animal leve. Grande parte da produção era destinada ao autoconsumo, e poucos excedentes ao mercado.

Contudo, vale destacar que entre os imigrantes alemães que se fixaram no RS e no Vale do Taquari, existiam muitos artesãos, sobre este assunto, Schneider (2004) afirma que desde a sua chegada, a agricultura familiar colonial, aliou o trabalho agrícola com o artesanato rural e outras atividades complementares, que serviam para satisfazer as necessidades básicas como comer, alojar e vestir. Cada família supria suas necessidades com o trabalho artesanal, quanto mais isolados viviam, mais diversificada era sua produção artesanal, o que lentamente foi dando origem a canais de troca e comercialização de excedentes, desenvolvendo uma

especialização nas atividades, neste contexto surge o moinho, o alambique, a costureira, o ferreiro.

O sistema colonial foi marcado pela ampliação da produção de excedentes agrícolas, em especial de suínos, derivados de leite, produtos coloniais diversos, etc., e de uma maior inserção no mercado. No entanto, a limitação das superfícies agrícolas disponíveis e o aumento da população acarretaram uma crise no sistema de cultivo com tração animal leve e geraram um êxodo rural dos agricultores e de seus descendentes para novas regiões de colonização, (MIGUEL,2013).

Para o autor, Miguel (2013), o sistema atual é marcado pela adoção e disseminação da Revolução Verde (1950-1960), com a intensificação do uso de insumos de origem industrial (agrotóxicos, adubos químicos, etc.), a motomecanização (ainda que muitas vezes parcial), a modernização das instalações (aviários e pocilgas, estufas e galpões) e adoção de plantas e animais selecionados. Constata-se certa especialização da agricultura colonial, em especial com o advento da integração com as agroindústrias (suínos, aves, fumo, etc.). Observa-se também, o aparecimento de áreas de cultivo de grandes lavouras (sobretudo de soja e milho). Cabe salientar que esse período é fortemente marcado por uma importante diferenciação socioeconômica no âmbito da agricultura de cunho familiar.

Constata-se, de um lado, a formação e consolidação de um segmento de agricultores familiares capitalizados e fortemente tecnificados e, de outro lado, segmentos consideráveis de agricultores familiares confrontados com um processo de exclusão e empobrecimento.

Para Anjos e Caldas (2009), o período coincidente com a modernização conservadora, (1965-1980), é marcado pelo aprofundamento da mercantilização da agricultura e da vida rural. Dessa forma com profundas implicações sobre o modo de vida, como a simplificação dos sistemas de culturas, a especialização e intensificação produtiva que levam a perda de autonomia das famílias, conferindo-lhes uma posição subordinada e cada vez mais vulnerável em relação aos mercados.

Com isso, uma família que no passado contava com um amplo e diversificado conjunto de produções e fontes de ingresso econômico, passa agora a depender de uma única atividade produtiva, em meio ao cenário da especialização. Neste contexto, firma-se que no Vale do Taquari o complexo agroalimentar. Destaca-se desta forma a produção de leite, frangos e suínos, cenários onde às cooperativas tem se destacado pelo sistema de integração, constituindo mercados sólidos para os agricultores.

Intensificar o ritmo de trabalho, ampliar a escala de produção e especializar-se em determinado tipo de cultivo ou criação é parte de um conjunto de transformações que atinge o

modo de vida. Desta forma, reestruturando não somente o sistema de produção, mas também hábitos alimentares e valores, reflete tais atitudes na vida comunitária.

Para Marsden (1995), a mercantilização se estende a um conjunto muito mais amplo de esferas sociais, atribuindo às interações humanas e materiais que ali se reproduzem valores mercantis, que passam a regular as práticas sociais, econômicas e culturais dos agricultores. No entanto, pode-se observar que existem vários graus e estágios na mercantilização, que não são um processo linear e previsível (PLOEG, 1990). A mercantilização não ocorre de forma homogênea, pois cada agricultor estabelece diferentes formas de relações com os circuitos mercantis.

Em situações de pequena propriedade, a especialização tem demonstrado causar fragilidades, como pôde ser dramaticamente verificado pelos criadores de frango de corte da região, que em 2009/10, passaram por uma crise gerada pela ocorrência mundial da gripe asiática, que trouxe como consequência, ainda que temporária, a inatividade de um terço dos aviários da região.

Mais recentemente surgiu a crise no sistema de criação de suínos, motivada pela alta do preço do milho no mercado internacional. Conforme Berold *et al* (2007):

Nas regiões mais planas do Vale, em que existe a possibilidade de mecanização dos cultivos permitiu, historicamente, melhores condições de reprodução das unidades produtivas, a tendência à especialização revela-se nos monocultivos de soja e milho, ou na produção de leite, ou na terminação de frangos e suínos, sendo todas essas, geralmente, atividades voltadas exclusivamente ao mercado. Na zona de encosta, a tendência à especialização revela-se na divisão em maior número de fases da criação de suínos (maternidade, creche e terminação) e na ampliação dos investimentos em avicultura de corte integrada, bem como na gradativa expansão do cultivo do fumo, também integrado, entre agricultores com áreas de terra muito restritas. Também pode ser observada na necessidade de adoção de medidas de adequação da produção a exigências legais, como tem sido o caso da produção leiteira, a partir da entrada em vigor da Instrução Normativa 51, do Ministério da Agricultura e Abastecimento. (BEROLD *et al.*, 2007, p. 129).

Atualmente o setor lácteo passa por uma reconfiguração com a entrada de grandes empresas multinacionais do setor lácteo, com o alinhamento e padronização do preço pago ao produtor, com o valor do produto no mercado internacional. Tal fato vem gerando muita insatisfação entre os agricultores, que tiveram sua margem de lucro, ou remuneração do trabalho, muito reduzidas.

Neste sentido, surgem no Vale as iniciativas de agregação de valor e enraizamento das relações sociais, onde as economias dos territórios são integradas por meio de iniciativas como: cadeias alimentares curtas, agroindústrias familiares, redes de associação e cooperação

(comércio justo, certificação solidária, redes de cooperativas locais) e mecanismos de redistribuição.

Segundo Bertold, Grisel, Schmitz (2007), o agroturismo geralmente associado à agroindústria familiar, tem despertado o interesse de agricultores familiares do Vale do Taquari, que buscam processar parte da produção, agregando valor aos produtos e constituindo um mercado a partir do público urbano, que encontra nessas propriedades espaço de lazer.

Ainda, na perspectiva de valorização dos produtos da agricultura familiar, pode-se observar um aumento da demanda por produtos oriundos dessa agricultura, classificados pelos consumidores urbanos como “produtos da colônia”. Essa designação valoriza os produtos agrícolas produzidos nas unidades familiares, como queijos, embutidos de carne suína, frango caipira, hortaliças cultivadas organicamente e mel.

3.2 TERRITÓRIO RURAL DO VALE DO TAQUARI

Os dados que caracterizam o Vale do Taquari são analisados sob perspectivas distintas: território e região. A partir de 2003, com a criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), ligada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), foi incorporada pelo Estado brasileiro a dimensão espacial do desenvolvimento rural em substituição à dinâmica regional anteriormente adotada. Neste contexto, o território é definido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (2003) como:

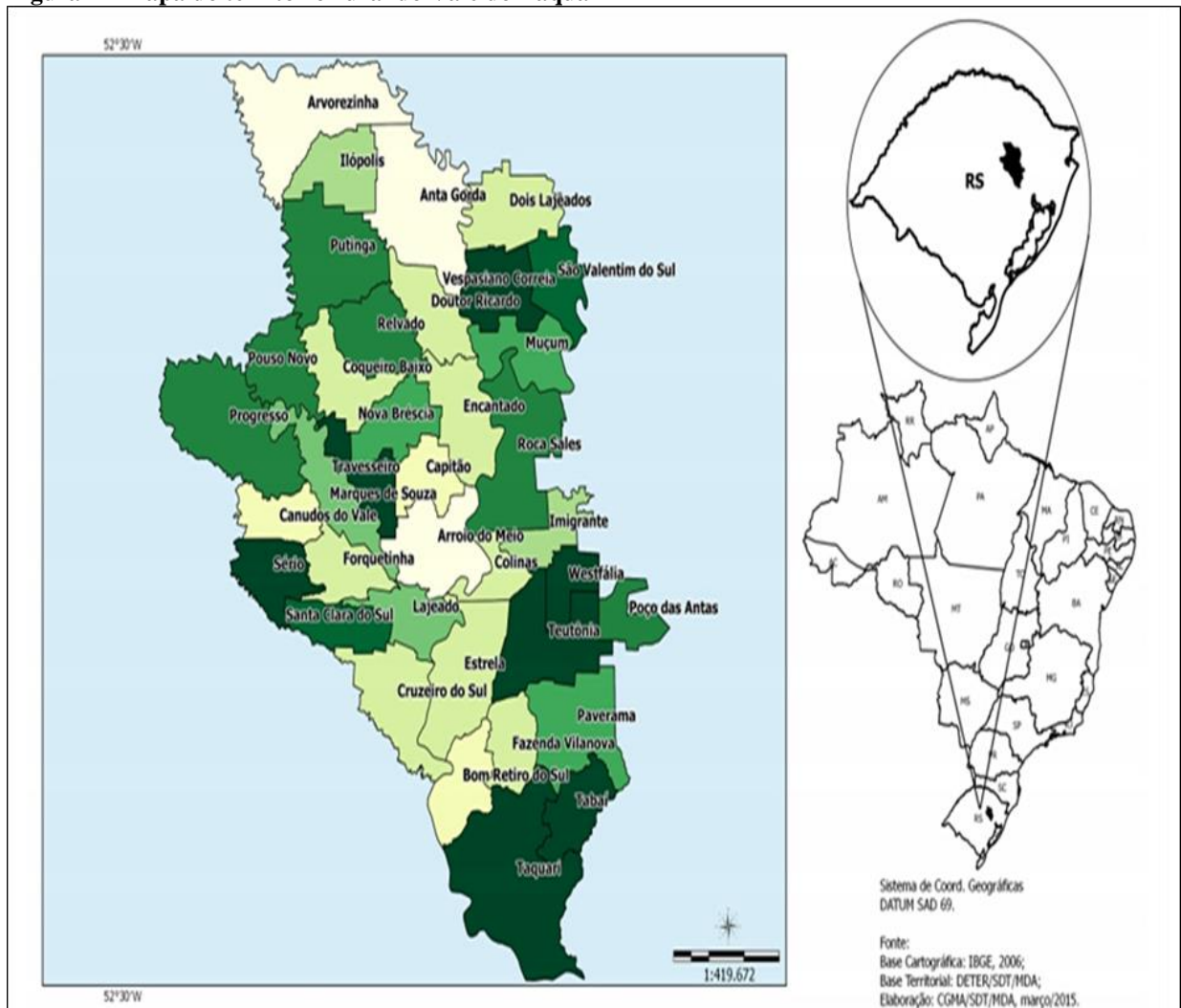
Um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política, as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial. (MDA, 2003, p. 3).

Muito além de uma perspectiva normativa, o território é uma construção social, historicamente construída, portanto conflituosa, dinâmica e multidimensional. O território ganha espaço nas bases conceituais das pesquisas agrárias porque se refere a um espaço intrínseco, delimitado por relações de poder e identidade, (ALVES, 2011, p 46).

Conforme Kolchinski, Zanetti e Biondo(2017), o Território Rural Vale do Taquari, RS, está localizado na região Sul e é composto por 37 municípios: Anta Gorda, Arroio do

Meio, Arvorezinha, Bom Retiro do Sul, Canudos do Vale, Capitão, Colinas, Coqueiro Baixo, Cruzeiro do Sul, Dois Lajeados, Doutor Ricardo, Encantado, Estrela, Fazenda Vilanova, Forquetinha, Ilópolis, Imigrante, Lajeado, Marques de Souza, Muçum, Nova Brésia, Paverama, Poço das Antas, Pousa Novo, Progresso, Putinga, Relvado, Rocales, Santa Clara do Sul, São Valentim do Sul, Sério, Tabai, Taquari, Teutônia, Travesseiro, Vespasiano Correa e Westfalia.

Figura 1 - Mapa do território rural do Vale do Taquari



Fonte: Kolchinski; Zanetti; Biondo(2017).

O Vale do Taquari encontra-se na região central do estado do Rio Grande do Sul, distante em média, 150 km de Porto Alegre, tem 4.821,1km² de área (1,71% da área do estado) e conta com 329.891 habitantes (3,07% do estado – Censo demográfico 2010), IBGE(2010). A região situa-se as margens do rio Taquari e afluentes compreendidos entre

Arvorezinha e Taquari, alcançando ao oeste, até os municípios de Progresso e Sério e, ao leste, até Poço das Antas e Paverama.

Quadro 2 - Caracterização da agricultura familiar do território Vale do Taquari e 2015

Variável	Valor
Área (Km ²)	4.916,58
Pop total (hab) (2015)	355.418
Pop urbana (hab) (2013)	242.738
Pop rural (hab) (2013)	87.153
Nº de estabelecimentos da agricultura familiar	24.067
Pessoal ocupado na agricultura familiar	60.787

Fonte: Kolchinski; Zanetti; Biondo(2017).

A partir destes dados, pode-se observar que a população rural corresponde a 26,42 % da população do território. Assim, tem sua base econômica e social alicerçada na pequena produção rural com 24.067 estabelecimentos da agricultura familiar, representando 93,9% do total de estabelecimentos, bem superior à média do Estado que corresponde a 14,9%.

Na Tabela 1, pode-se observar que a população total teve um crescimento superior a do Estado. No território o aumento foi de 17,67%, enquanto que no Estado ocorreu aumento de 10,41%. Do total de 37 municípios, 21 tiveram crescimento populacional e 15 tiveram redução.

Tabela 1 - População por município nos anos 2000, 2010 e 2015, do território Vale do Taquari

Município	População 2000	total 2010	2015	Varição na população%
Anta Gorda	6.327	6.073	6.430	1,63
Arroio do Meio	16.951	18.783	20.575	21,38
Arvorezinha	10.262	10.225	10.167	-0,93
Bom Retiro do Sul	10.788	11.472	12.502	15,89
Canudos do Vale	0	1.807	1.786	-1,16
Capitão	2.565	2.636	3.031	18,17
Colinas	2.462	2.420	2.806	13,97
Coqueiro Baixo	0	1.528	1.421	-7,00
Cruzeiro do Sul	11.664	12.320	12.528	7,41
Dois Lajeados	3.224	3.278	3.224	0,00
Doutor Ricardo	2.128	2.030	1.967	-7,57
Encantado	18.528	20.510	21.841	17,88
Estrela	27.401	30.619	33.291	21,50
Fazenda Vilanova	2.833	3.697	4.303	51,89
Forquetinha	0	2.479	2.510	-1,25
Ilópolis	4.255	4.102	3.985	-6,35
Imigrante	3.850	3.023	3.204	-16,78
Lajeado	64.133	71.445	80.430	25,42
Marques de Souza	4.241	4.068	4.349	2,55
Muçum	4.728	4.791	5.150	8,93
Nova Brésia	4.564	3.184	3.366	-26,25
Paverama	7.744	8.044	8.760	13,12
Poço das Antas	1.946	2.017	2.032	4,42

Município	População 2000	total 2010	2015	Varição na população%
Pouso Novo	2.195	1.875	1.751	-20,23
Progresso	6.497	6.163	5.748	-11,53
Putinga	4.629	4.141	4.049	-12,53
Relvado	2.294	2.155	2.152	-6,19
Roca Sales	9.284	10.284	10.874	17,13
Santa Clara do Sul	4.806	5.697	6.729	4,01
São Valentim do Sul	2.140	2.168	2.475	15,65
Sério	2.706	2.281	2.144	-20,77
Tabaí	3.563	4.131	4.350	22,09
Taquari	25.887	26.092	27.112	4,73
Teutônia	22.891	27.272	30.986	35,36
Travesseiro	2.349	2.314	2.335	-0,60
Vespasiano Correa	2.209	1.974	1.890	-14,44
Westfália	0	2.793	3.157	13,03
Total território	302.044	329.891	355.418	17,67

Fonte: Do autor, adaptado de Kolchinski; Zanetti; Biondo(2017).

A distribuição da população entre rural e urbana também registrou variações, conforme os dados do IBGE de 2013, apresentados na Tabela 2. Os dados revelam que em 2010, 22 municípios apresentavam uma população rural superior à urbana, principalmente nos pequenos municípios em que o setor primário é a principal fonte de renda das famílias. Percebe-se, também, uma variação populacional com redução de 10,90% da população rural do território, porém, inferior a variação do estado do RS, que apresentou uma redução de 14,77% da população rural. Enquanto que a população urbana teve um acréscimo de 18,85% no território, superior ao do RS, que apresentou variação de 9,40% neste período.

Tabela 2 - População rural e urbana do Território do Vale do Taquari, RS, 2000 e 2010

Município	População rural		Varição na população rural 2000 a 2010(%)	População rural		Varição na população urbana 2000 a 2010(%)
	2000	2010		2000	2010	
Anta Gorda	4.506	3.742	-16,96	1.821	2.331	28,01
Arroio do Meio	4.216	4.120	-2,28	12.735	14.663	15,14
Arvorezinha	4.885	3.952	-19,10	5.377	6.273	16,66
Bom Retiro do Sul	2.509	2.310	-7,93	8.279	9.162	10,67
Canudos do Vale	0	1.396	-	0	411	-
Capitão	1.708	1.489	-12,82	857	1.147	33,84
Colinas	1.435	1.315	-8,36	1.027	1.105	7,59
Coqueiro Baixo	0	1.246	-	0	282	-
Cruzeiro do Sul	5.492	4.844	-11,80	6.172	7.476	21,13
Dois Lajeados	2.010	1.714	-14,73	1.214	1.564	28,83
Doutor Ricardo	1.681	1.337	-20,46	447	693	55,03
Encantado	2.492	2.631	5,58	16,36	17.879	11,49
Estrela	4.706	4.706	0	22.695	25.913	14,18
Fazenda Vilanova	1.655	1.684	1,75	1.178	2.013	70,88
Forquetinha	0	2.011	-	0	468	-
Ilópolis	2.506	1.895	-24,38	1.749	2.207	26,19
Imigrante	2.615	1.524	-41,72	1.235	1.499	21,38

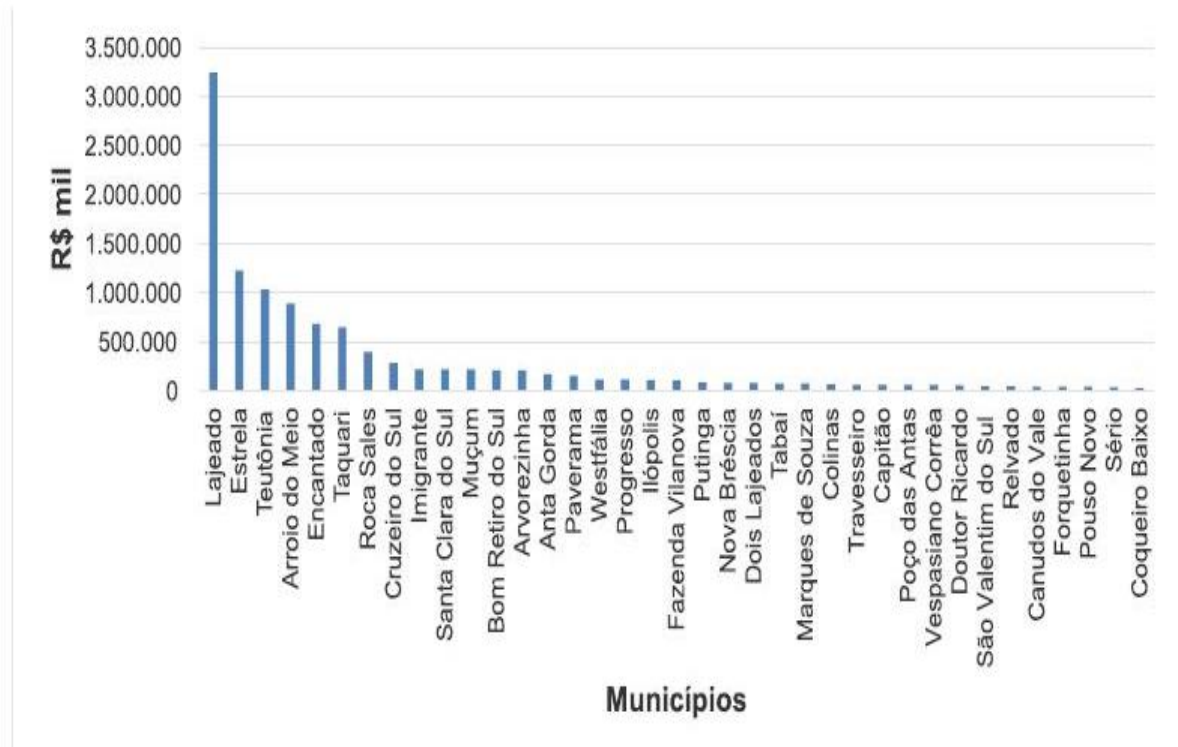
Município	População rural		Variação na população rural 2000 a 2010(%)	População rural		Variação na população urbana 2000 a 2010(%)
	2000	2010		2000	2010	
Lajeado	3.944	265	-93,28	60.189	71.180	18,26
Marques de Souza	2.777	2.523	-9,15	1.464	1.545	5,53
Muçum	1.053	777	-29,06	3.675	4.044	10,04
Nova Bréscia	3.078	1.673	-45,65	1.486	1.511	1,68
Paverama	4.110	3.946	-3,99	3.634	4.098	12,77
Poço das Antas	1.211	1.156	-4,54	735	861	17,14
Pouso Novo	1.548	1.243	-19,70	647	632	-2,32
Progresso	4.921	4.290	-12,82	1.576	1.873	18,85
Putinga	3.128	2.564	-18,03	1.501	1.577	5,06
Relvado	1.656	1.421	-14,19	638	734	15,05
Roca Sales	4.713	3.684	-21,83	4.571	6.600	44,39
Santa Clara do Sul	3.082	2.842	-7,79	1.724	2.855	65,60
São Valentim do Sul	1.559	1.422	-8,79	581	746	28,40
Sério	2.138	1.751	-18,10	568	530	-6,69
Tabaí	2.455	2.885	17,52	1.108	1.246	12,45
Taquari	5.095	4.217	-17,23	20.792	21.875	5,21
Teutônia	5.333	3.950	-28,61	17.358	23.322	34,36
Travesseiro	1.522	1.427	-6,24	827	887	7,26
Vespasiano Correa	1.873	1.568	-16,28	336	406	20,83
Westfália	0	1.663	-	0	1.130	-
Total território	97.812	87.153	-10,90	204.232	242.738	18,85

Fonte: Do autor, adaptado de Kolchinski; Zanetti; Biondo(2017).

Observa-se, que municípios localizados na parte mais alta do Vale, no norte, apresentam êxodo rural, com deslocamento populacional para outras regiões e municípios localizados na parte baixa, sul do Vale. A baixa industrialização e opções de emprego, levam principalmente as populações mais jovens, a buscarem outros municípios para trabalhar, estudar e viver. O município de Lajeado vem configurando-se como um polo regional, em processo acelerado de urbanização e crescimento da população urbana, significativa redução da população rural.

A economia local representa 3,2% do total do PIB gaúcho, em 2013, o município de Lajeado, foi considerado o município mais desenvolvido do RS, 13º mais desenvolvido do país, segundo o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), atingindo 0,8813. No mesmo estudo, que teve como base o ano de 2013, também se destacaram as cidades de Arroio do Meio (19º do Brasil), com IFDM 0,8758 e Westfália (31º do Brasil), com IFDM 0,86793, completando as três primeiras posições no RS.

Figura 2 - PIB por Município no Território do Vale do Taquari, RS, 2014



Fonte: FEE, 2016.

Como se pode observar, na Figura 2 a soma do PIB total dos 7 municípios primeiros colocados supera 8 bilhões de reais e representa 72,13% do PIB do território do Vale do Taquari, os demais 30 municípios acumulam juntos 27,87% do PIB total do Vale do Taquari (FEE, 2016).

Quanto ao Valor Adicionado Bruto (VAB), podemos observar a importância da agropecuária, na composição do PIB do território. Enquanto que a agropecuária corresponde por 9,33% do VAB total do RS, no território do Vale do Taquari, ela corresponde por 11,99%. O VAB da indústria do RS representa 23,38%, para o Vale representa 30,02%. O setor de serviços contribui para 52,67% do VAB total estadual, para o Vale ele corresponde por 43,96% do total. Esses dados demonstram que a maioria dos municípios tem sua economia baseada nas atividades agropecuárias. Pode-se perceber, também, a importância da indústria que no território se caracteriza pela indústria de transformação, ligada a produção de alimentos, dependente de matéria prima fornecida pela agricultura, como laticínios e frigoríficos, desta forma, mesmo que o VAB da agricultura não seja o mais elevado, ele contribui diretamente para a constituição do VAB da indústria e dos serviços, mais elevado nos municípios mais urbanizados.

Tabela 3 - VAB total e por setores do Vale do Taquari, RS, 2014

Municípios	VAB Total (mil reais)	VAB Agropecuária (mil reais)	VAB Indústria (mil reais)	VAB Serviços (mil reais)	VAB Administração (mil reais)
Anta Gorda	154.423	60.256	11.363	57.119	25.684
Arroio do Meio	773.667	47.790	378.900	271.429	75.549
Arvorezinha	196.063	65.125	20.111	73.104	37.722
Bom Retiro do Sul	191.726	18.479	54.608	72.063	46.575
Canudos do Vale	40.164	22.052	1.003	6.733	10.376
Capitão	58.143	32.131	4.433	7.603	13.976
Colinas	60.380	21.306	14.699	12.666	11.709
Coqueiro Baixo	27.739	14.710	523	3.840	8.666
Cruzeiro do Sul	257.479	51.347	47.032	114.646	44.453
Dois Lajeados	74.869	28.805	4.442	25.680	15.943
Doutor Ricardo	49.360	16.512	9.484	13.228	10.135
Encantado	607.984	33.749	198.598	295.007	80.630
Estrela	1.089.963	68.298	381.685	507.282	132.698
Fazenda Vilanova	94.329	24.899	24.176	26.873	18.381
Forquetinha	38.647	14.717	4.033	7.950	11.947
Ilópolis	103.266	49.207	8.395	28.124	17.540
Imigrante	181.092	17.557	101.296	45.475	16.765
Lajeado	2.792.749	9.794	723.288	1.755.522	304.145
Marques de Souza	69.648	23.770	5.734	21.043	19.100
Muçum	193.041	16.273	89.914	66.428	20.426
Nova Bréscia	76.840	34.301	6.280	20.232	16.027
Paverama	140.704	50.101	26.900	33.900	29.803
Poço das Antas	54.617	14.322	17.569	11.744	10.982
Pouso Novo	38.893	18.475	926	9.479	10.013
Progresso	108.493	46.063	6.533	30.925	24.972
Putinga	81.092	39.091	8.266	16.117	17.619
Relvado	44.292	21.182	1.768	10.059	11.284
Roca Sales	356.900	43.397	171.601	99.118	42.783
Santa Clara do Sul	197.020	19.052	100.215	52.325	25.428
São Valentim do Sul	43.555	16.873	5.687	10.065	10.929
Sério	37.097	19.387	1.815	5.432	10.463
Tabaí	72.052	31.449	3.172	17.337	20.094
Taquari	573.979	62.436	195.744	216.866	88.933
Teutônia	910.282	58.387	323.396	413.597	114.903
Travesseiro	59.133	23.843	15.414	8.469	11.407
Vespasiano Correa	53.213	39.478	1.999	10.560	10.176
Westfália	103.169	34.321	32.770	20.512	15.566
Total território	10.006.063	1.199.935	3.003.772	4.398.552	1.403.802

Fonte: Do autor, adaptado de Kolchinski; Zanetti; Biondo(2017).

A produção agropecuária do território é predominantemente da agricultura familiar, conforme dados do IBGE (2015), a produção de 158.311 toneladas de erva-mate, corresponde a 54% do total produzido no RS. Os municípios que se destacam nessa atividade são: Arvorezinha, Ilópolis, Anta Gorda e Putinga. No Alto Vale do Taquari, houve incentivo para

o incremento da produção com o plantio de erva-mate, aumentando a área e a produção consideravelmente. Atualmente, grande parte dos agricultores cultiva erva-mate em suas propriedades como a principal atividade desenvolvida, tendo colheitas semanais durante todo o ano. A erva é industrializada por ervateiras locais, ou comercializada para outras regiões do país.

Na agricultura, a produção de milho se destaca, produzindo 5% do total da produção do estado (FEE, 2016). Os municípios que se destacam são: Anta Gorda, Cruzeiro do Sul, Teutônia, Arvorezinha, Putinga, Roca Sales. Além disso, a região produz milho para silagem destinada a bovinocultura de leite.

A produção de soja no ano de 2015 alcançou 16.516 hectares, produzindo 53.801 toneladas, o que representa 0,3% do total produzido no estado. A baixa expressividade da cultura deve-se ao fato do tamanho das propriedades, que em média não passam de 12 hectares e ao relevo íngreme, que desfavorece a mecanização. Os municípios que se destacam são: Cruzeiro do Sul, Roca Sales, Vespasiano Correa, Estrela, Arroio do Meio, São Valentim do Sul e Dois Lajeados.

A produção de fumo do território em 2015 representou 4,32% do total do estado, 414.932 toneladas. Os municípios que se destacam nesta produção são: Arvorezinha, Anta Gorda, Progresso, Putinga, Sério e Ilópolis. Salienta-se, que seguindo a tendência estadual de redução de área cultivada, no território Vale do Taquari, ocorreu uma redução de 45,74% (FEE, 2016).

Na pecuária o território se destaca na produção de aves com 28,6% da produção total do RS, com destaque para os municípios: Nova Bréscia, Westfalia, Encantado, Estrela, Capitão e Roca Sales. Na produção de suínos corresponde a 16,5% do total do RS, com destaque para: Teutônia, Arroio do Meio, Capitão, Estrela e Roca Sales.

O território se destaca na bovinocultura de leite, o Vale produziu 359 milhões de litros, correspondente a 7,8% da produção estadual. (IBGE, 2016). Os municípios que mais se destacam: Estrela, Teutônia, Arroio do Meio, Vespasiano Correa, Anta Gorda e Westfália. Destaca-se a capacidade de industrialização de leite, pois o território tem capacidade de industrializar o equivalente a 7 milhões de litros dia, ou seja aproximadamente 38% do leite beneficiado no RS passa pelos laticínios do Vale do Taquari.

Os sistemas de criação de aves, suínos e bovinocultura de leite predominantes no território, ocorrem dentro dos sistemas integrados de produção, de empresas ou cooperativas que estabelecem as regras, normas e fornecem os insumos, beneficiam e comercializam os produtos finais, enquanto o agricultor familiar entra com a mão de obra e as instalações. Estas

empresas/cooperativas se espalham pelo Vale e estabelecem o ordenamento da produção, controlando os fluxos de mercado e exercendo domínio sobre o território.

Schneider (2004) pondera que concomitantemente ao surgimento e adesão dos agricultores às cooperativas, ocorre uma maior integração aos mercados, pois as cooperativas permitem certo grau de controle sobre o processo produtivo dos agricultores. Dessa forma, implica no maior rigor de aplicações técnicas, acompanhamento mais rígido das metas a serem alcançadas e cria vínculos de dependência para a aquisição de insumos.

É importante observar que o Vale do Taquari possui uma antiga tradição em termos de associativismo e cooperativismo, devido à própria história da ocupação territorial e às necessidades econômicas, sociais e culturais. A chegada dos primeiros imigrantes alemães, que construíram suas próprias escolas e hospitais, na falta do poder público, encaminhou e fortaleceu essa cultura que frutificou com a criação das atuais cooperativas de produtores, de crédito ou de eletrificação rural, criadas pela constante demanda para o desenvolvimento das comunidades.

Cooperativas criadas em momentos de crise, entre a década de 40 e 70, como a Cooperativa dos Suinocultores de Encantado Ltda, (COSUEL), criada em 1947, para facilitar o acesso a mercados e conseguir melhores preços para os produtores de banha, chamada na época de “ouro branco”. Outras cooperativas surgiram na região como necessidade de organização social das comunidades: além da COSUEL, têm destaque e atuação regional a Cooperativa Regional de Eletrificação Teutônia Ltda (CERTEL) a Cooperativa Agrícola Mista Languiru Ltda (LANGUIRU), a Cooperativa Permissionária de Serviço Público de Energia e Desenvolvimento Rural Taquari Jacu Ltda (CERTAJA) e Sistema de Crédito Cooperativo (SICREDI), entre outras. Todas elas possuem uma história recente, tornaram-se as impulsionadoras de desenvolvimento para a região, atuando prioritariamente nas áreas de distribuição de energia, agropecuária, comércio e crédito.

Entre as agroindústrias integradoras destacam-se COSUEL/DÁLIA, LANGUIRU, SANTA CLARA, elas compram matéria-prima na região e de outras e exportam volumes significativos, além de atuar no mercado regional através de uma rede de supermercados e lojas de insumos e máquinas. Desta forma, ocupam lugar de destaque no território a medida que exercem domínio econômico sobre agricultores e consumidores. Para Becker (2003), as cooperativas são um esforço regional para enfrentar a crescente oligopolização da economia, principalmente em momentos de crise. As cooperativas, no Vale do Taquari, surgiram como forma necessária para organizar econômica e socialmente as comunidades e para suprir prioridades básicas do seu desenvolvimento comunitário.

Além das cooperativas, existem no território, laticínios como a Lactalis do Brasil, cuja unidade foi adquirida por um grupo de investidores franceses em 2015, a BRF Foods, JBS, Companhia Minuano de Alimentos, cujo sistema de integração de frangos está localizado por todo Vale do Taquari. A Souza Cruz é a principal empresa fumageira que através de integração vertical, fomenta a produção de tabaco. Destaca-se também a importância da Baldo, maior exportadora de erva-mate brasileira, empresa que atua neste segmento a mais de 100 anos e atua no território.

Quanto à oferta de alimentos, no território existem supermercados e atacados ligados a grandes redes como Walmart e Rissul, bem como redes regionais, como o IMEC, mas de grande representatividade no território, além de supermercados ligados as cooperativas, sindicatos e Associação Rural. (ARLA).

Quadro 3 - Organização do sistema agroalimentar do Vale do Taquari, 2017

<p>SISTEMA HEGEMÔNICO</p> <ul style="list-style-type: none"> • Cooperativas integradoras: Cosuel/Dália, Languiru e Santa Clara; • Baldo S.A; • Redes de supermercados: IMEC, Desco, Risul, Maxxi (Walmart); • Souza Cruz, BRF Foods, Lactalis do Brasil, JBS, Companhia Minuano de Alimentos; • Lojas, atacados e redes de fast-food;
<p>SISTEMA CONTRA HEGEMÔNICO</p> <ul style="list-style-type: none"> • Agroindústrias familiares; • Feiras; • Ervateiras de pequeno porte; • Agricultores agroecologistas; • Supermercados locais, Associação rural, lojas de sindicatos; • Laticínios de pequeno porte como Lactivida, Lacmax; • Restaurantes e lancherias locais

Fonte: Elaboração própria (2017)

A produção de alimentos constitui-se uma das principais atividades econômicas do território, destaca-se a heterogeneidade da agricultura familiar, que apesar do sistema agroalimentar hegemônico organizado em torno das cadeias longas, possibilitou a manutenção de práticas como a produção para o autoconsumo, a agroecologia e a agroindustrialização. Neste contexto, surgem alternativas ao sistema hegemônico, que vão se desenvolvendo em momentos de crise ou estímulos através de políticas públicas.

4 PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS NO TERRITÓRIO DO VALE DO TAQUARI

A heterogeneidade das práticas alimentares do território deu origem a um sistema agroalimentar onde destacam-se as cadeias produtivas, porém no contexto da modernização da agricultura, ocorre uma simplificação das práticas. No decurso da urbanização do Vale do Taquari, cresce a busca por alimentos saudáveis e tradicionais, de valorização de práticas não hegemônicas, como a produção agroecológica. Neste capítulo é abordado o processo de resgate das práticas agroecológicas, novos arranjos sociais e a organização da rede de agroecologia no Vale do Taquari.

A agricultura colonial que emergiu no Vale do Taquari a partir da colonização alemã e italiana, incorporou práticas e elementos da cultura indígena, como a policultura, rotação de culturas, bem como o cultivo de milho e mandioca, plantas andinas e cultivadas pelos povos ancestrais. Esta agricultura nativa utilizava práticas agroecológicas desde a ocupação da terra, tinha como objetivo principal a produção para o autoconsumo das famílias, e posteriormente a venda dos excedentes para os mercados.

Desde a colonização, a mulher desempenha um importante papel sócio-produtivo, uma vez que ela desempenha múltiplas funções e tarefas na organização interna das unidades produtivas e tendo no seu trabalho uma das principais estratégias de reprodução social. Os quintais são uma das formas mais antigas de manejo da terra, consistem em uma combinação de espécies florestais, agrícolas, medicinais e ornamentais, algumas vezes associados à pequena criação de animais domésticos, ao redor da residência. Tradicionalmente, o manejo e cuidado destes quintais é atribuída à mulher, bem como o processamento dos alimentos consumidos pela família.

A modernização conservadora da agricultura transforma as práticas agrícolas mais tradicionais e focadas nas necessidades de manutenção dos integrantes da família incorporando os pacotes tecnológicos próprios da Revolução Verde. Conforme as novas tecnologias adentravam as lavouras e aos espaços rurais, as mulheres foram relegadas à esfera doméstica, reforçando sua retórica exclusão não apenas dos espaços decisórios, mas, principalmente, dos sistemas produtivos, lavoura e mercados.

A partir da década de 80, a agricultura mundial está experimentando um novo processo de transição, tendo como essência o processo de ecologização, que corresponde à introdução de valores ambientais nas práticas agrícolas, na opinião pública e nas agendas políticas. Este processo de transição vem ganhando espaço no Vale do Taquari, somente a partir da década de 90, em função, de um lado, das reconfigurações ocorridas sobre o rural

brasileiro e, de outro, do aprofundamento da crise no setor agrícola, juntamente com o surgimento e dinamização de alternativas produtivas e de comercialização paralelas à integração.

Nesse contexto, os projetos de modernização da agricultura passaram a ser cada vez mais questionados. Projetos de diversificação, com incentivos à fruticultura e horticultura são implantados e incentivados em municípios do Vale do Taquari. As próprias cooperativas agroindustriais incentivam a diversificação de atividades nas unidades produtivas dos associados, como foi apresentada pela recomendação técnica da Cooperativa Languiru no Informativo Languiru de março de 1981:

Diversifica a sua agricultura e a sua criação, dedicando-se em primeiro lugar àquela cultura ou criação que lhe é mais conveniente, conforme a sua estrutura, mas nunca o proprietário deverá deixar de realizar outras culturas ou criações, pois, quando uma atividade não dá lucro, ele tem ainda outra opção. (LANGUIRU, 1981, p. 3).

Apesar dos incentivos, a diversificação não ocorreu de fato, ao contrário, a mercantilização fez com que muitos agricultores reduzissem e abandonassem completamente a produção para o auto consumo. Em 2017, em meio à crise do leite, a Cooperativa cria o Programa de inclusão social e produtiva no campo, que tem como objetivo estimular a diversificação das fontes de renda e a permanência das famílias no campo. O programa foi criado para os agricultores que estão abandonando a atividade leiteira, ou que querem diversificar a produção, produzindo frutas e verduras que serão comercializadas nos supermercados da cooperativa, bem como incentivar a produção de milho em grão para ser beneficiado na fabricação de rações.

4.1 CONSTRUINDO A AGROECOLOGIA NO VALE DO TAQUARI

A horta doméstica, o pomar e alguns animais de criação para o autoconsumo são práticas fortemente enraizadas desde o período da colonização. A preocupação com a produção de alimentos saudáveis está enraizada na cultura alimentar do território.

A gente já tinha horta para o nosso consumo, sempre fomos orgânicos, nos preocupamos com a saúde [...]. (ENTREVISTADO 3).

A agroecologia é lidar com o ser vivo: com pessoas, com plantas, o meio ambiente, então é vida. Assim, essa delicadeza que a gente precisa ter com o próprio cliente que chega aqui, sabe, isso me dá uma leveza pra mim [...]. (ENTREVISTADO 1).

Os agricultores entrevistados integram a Rede Ecovida de certificação participativa, o grupo de agricultores agroecologistas surgiu na década de 90, formado inicialmente por 10 famílias que produziam pepinos em estufa, para abastecer uma empresa de conservas que se instalou na região. A atividade foi abandonada por problemas na produção, como ataque de pragas, além de intoxicações por agrotóxicos e adoecimento. Os agricultores ficaram sem receber pelo produto, depois de decretada a falência da empresa. Em relação a este assunto o entrevistado 1 comenta:

Eles tiveram uma experiência de usar agrotóxico em estufa de pepino e passaram muito mal. E isso foi com que, eles tiveram iniciativa para procurar a EMATER, para pedir ajuda para produzir o alimento saudável pra eles e não lidar mais com isso aí. Por isso era no início somente para o consumo familiar. E nós, como nós sempre tivemos a nossa horta orgânica para nós, né, a gente só entrou depois, para trabalhar junto com eles, por que participar do grupo foi muito bom [...]. (ENTREVISTADO 1).

Um grupo iniciou em 1997, mas não era só de produtores orgânicos, era um grupo, que queria fazer algo de diferente, porque começou despertar uma outra cultura, que não seja o tradicional “porco, galinha, leite [...]”. (ENTREVISTADO 3)

Uma agricultura com bases ecológicas não atua só na produção mais limpa de alimentos, constitui uma forma de viver e se relacionar com o planeta. Assim, representa uma mudança na relação homem-natureza, na transformação das relações sociais, na distribuição de renda e ocupação do território.

Em Arroio do Meio, o resgate das práticas agroecológicas começou a partir do fracasso de um projeto de desenvolvimento do sistema hegemônico, que estimulou um contra movimento em um grupo de agricultores. A EMATER e o Sindicato de trabalhadores rurais foram fundamentais para a organização do grupo. A partir dos problemas que tiveram com a produção de pepinos, o grupo começou a procurar por apoio, o protagonismo das mulheres foi fundamental neste processo.

Daquele período de dificuldades e busca por alternativas até hoje, o trabalho da extensão rural junto aos agricultores é muito dinâmico e caracteriza todas as etapas desde a organização social do grupo, estudos sobre agroecologia, organização da produção, busca por certificação, construção de mercados, como a feira e mercados institucionais. Além disso:

A assistência técnica foi muito importante para o que se chama hoje de transição agroecológica, a transformação de pequenas propriedades em propriedades ecológicas orgânicas para poder comercializar um produto diferenciado. O trabalho com a agroecologia aqui tem muito a marca da extensão Rural, mas também tem um viés dos movimentos sociais, MPA e sindicatos, quando nós começamos a trabalhar, anos 90, os movimentos estavam atrás de uma proposta de sustentabilidade para as famílias. (ENTREVISTADO 6).

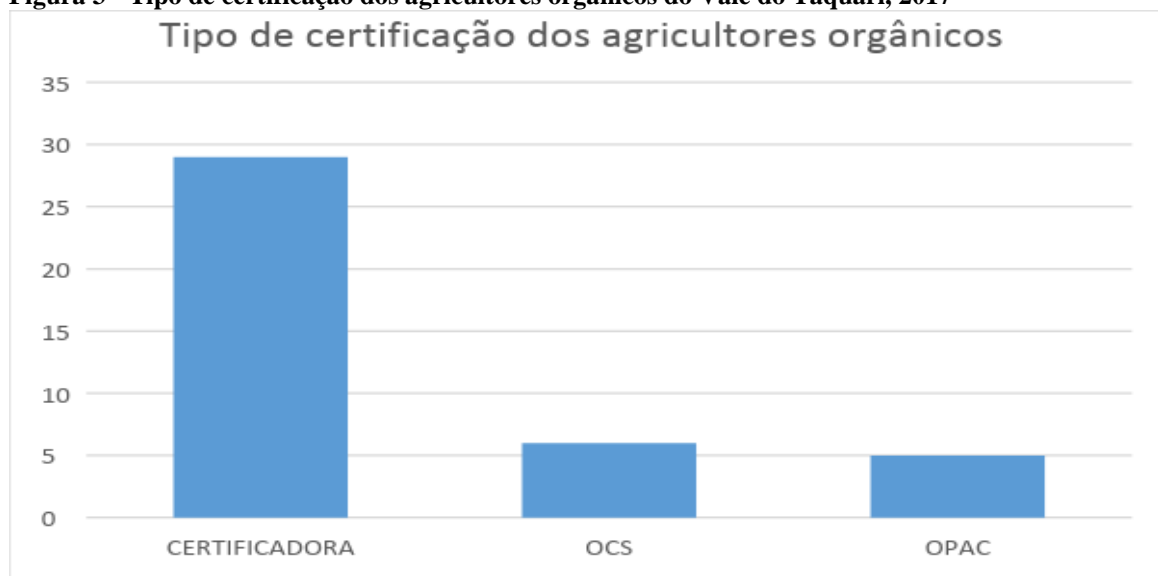
Na década de 80, a EMATER ampliou sua rede de escritórios no Vale, tornando-se a principal instituição a prestar assistência técnica aos agricultores. Os relatos dos agricultores chamam atenção, particularmente, para o protagonismo de alguns técnicos, que tiveram um papel importante na dinamização de práticas agroecológicas no território.

A Associação de Agroecologistas da Forqueta, conta hoje com 8 famílias, destas 4 produzem para o mercado e tem certificação orgânica pela Rede Ecovida e as demais produzem para o autoconsumo. A associação integra um Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC), situada no Vale do Rio Pardo, abrangendo os Vales do Rio Pardo e Taquari, está legalmente constituída e credenciada pelo MAPA, sua responsabilidade é avaliar a conformidade orgânica dos produtos e incluir os produtores no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos.

[...] nosso grupo faz um trabalho sério, pela certificação precisa-se trabalhar em grupo para ter a certificação. Ali tem de ser tudo fiscalizado, que tudo começa a fiscalização entre nós já, e aí depois, a gente vai fazendo a fiscalização nos outros grupos, mas começa interno. (ENTREVISTADO 1).

O Vale do Taquari conta atualmente com 40 propriedades certificadas, 29 são certificadas por auditoria e 11 são certificadas através do Sistema de Certificação Participativo, amparado pela Lei 10831/2003 (BRASIL, 2003), como se pode observar na Figura 3.

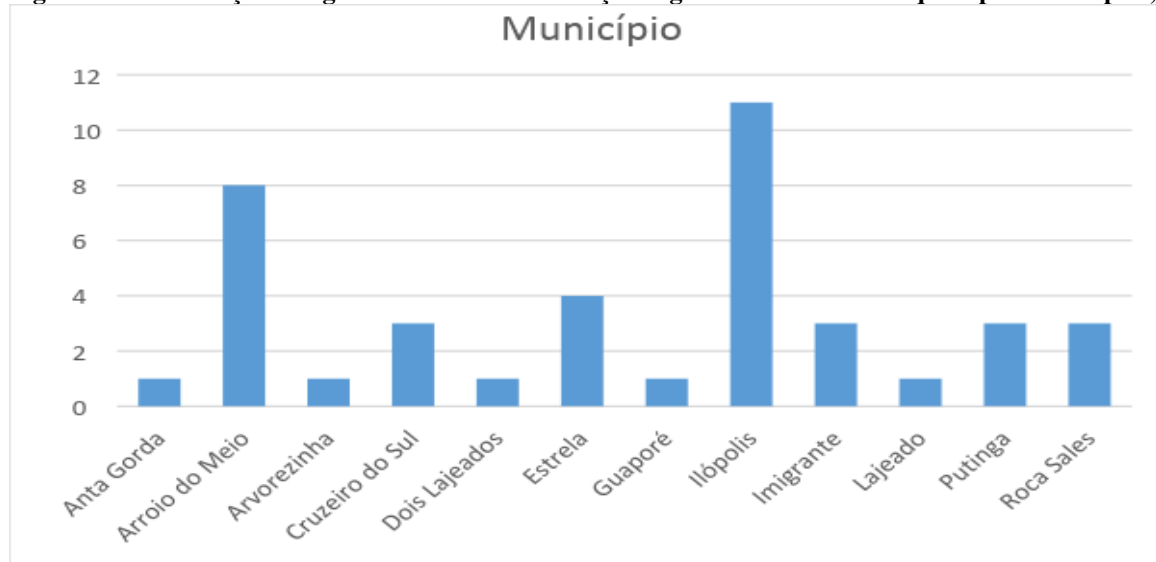
Figura 3 - Tipo de certificação dos agricultores orgânicos do Vale do Taquari, 2017



Fonte: MAPA (30.09.2017), adaptado pelo autor.

Dos 37 municípios que compõem o território, a produção orgânica está presente até o momento, em 12. Considerando o processo de transição, muitos agricultores não buscam a certificação, principalmente quando sua produção é para o autoconsumo.

Figura 4 - Distribuição de agricultores com certificação orgânica do Vale do Taquari por municípios, 2017



Fonte: MAPA adaptado pelo autor em 30.09.2017.

A produção vegetal primária predomina entre os agricultores orgânicos certificados. Entre os produtos podemos citar: frutas, verduras, legumes, condimentos, plantas medicinais e erva-mate. O município de Ilópolis, com o maior número de agricultores certificados, destaca-se na produção de erva-mate orgânica. Arroio do Meio destaca-se na produção de verduras e legumes, com agricultores certificados através de certificação participativa.

A Política Nacional de Agroecologia de Produção Orgânica (PNAPO) foi instituída em 2012, por meio do Decreto no 7.794 (BRASIL, 2012), com o principal objetivo de integrar, articular e adequar às diversas políticas, programas e ações desenvolvidas no âmbito do governo federal, que visam induzir a transição agroecológica e fomentar a produção orgânica e de base agroecológica. Assim, contribuir para a produção sustentável de alimentos saudáveis e aliando o desenvolvimento rural com a conservação dos recursos naturais e a valorização do conhecimento dos povos e comunidades tradicionais.

A Lei nº 10.831, que dispõe sobre a agricultura orgânica no Brasil, foi instituída em 2003. O conceito de sistema orgânico de produção adotado nessa lei é bastante amplo, abarcando diferentes tipos de sistemas alternativos, ecológico, biodinâmico, natural, regenerativo, biológico, agroecológicos, permacultura e outros, desde que atendam aos princípios gerais estabelecidos em seu art. 1º (Brasil, 2003). Outra inovação trazida por essa

lei foi permitir a venda direta sem certificação para agricultores familiares inseridos em processos próprios de organização e controle social e previamente cadastrados junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). A lei visou facilitar o acesso dos produtores menos capitalizados ao mercado de orgânicos, permitindo a sua inclusão produtiva e atendendo ao princípio de justiça social. Dessa forma, incentiva, também, os canais de venda direta, promovendo os circuitos curtos de comercialização, muito valorizados na prática agroecológica.

A legislação que institui o sistema orgânico de produção prevê que a certificação pode ser obtida pela contratação de uma Certificadora por Auditoria ou se ligando a um Sistema Participativo de Garantia (SPG), que deverá estar sob certificação de um Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC).

No caso de contratação da Certificadora por Auditoria, o agricultor receberá visitas de inspeção inicial e periódicas e manterá obrigações perante o MAPA e a certificadora, com custo a ser estabelecido em contrato. No caso da certificação por OPAC, o agricultor deve participar ativamente do grupo ou núcleo a que estiver ligado, comparecendo a reuniões periódicas e o próprio grupo garante a qualidade orgânica de seus produtos, sendo que todos tomam conta de todos e respondem juntos, se houver fraude ou qualquer irregularidade que não apontarem e corrigirem. Se o agricultor não corrigir, o grupo deve excluí-lo, cancelar o certificado e informar ao MAPA.

Neste contexto surgem iniciativas de resgate de práticas agroecológicas de produção, resgate de sementes e formação de grupos de agricultores em vários municípios, motivados pelo trabalho da extensão rural e entidades que trabalham com as mulheres. Da produção para o autoconsumo, surgem os primeiros grupos de agricultores orgânicos que buscam também novos mercados para a comercialização de seus produtos, o que fez surgir feiras em vários municípios, bem como o acesso aos mercados institucionais criados através das políticas públicas.

Ressalta-se que no período dos anos 90 e 2000, foram marcados por políticas públicas de incentivo a produção agroecológica a nível estadual, com o governo de Olívio Dutra, (1999-2002), que definiu os princípios agroecológicos como política pública prioritária para a agricultura familiar e orientou o trabalho da EMATER. Em nível federal, no governo do presidente Luiz Inácio da Silva (2003-2010), foi implantado políticas de apoio à agricultura familiar e promoção da segurança alimentar e nutricional. Neste período surgiu o Programa Fome Zero, reinstalando e reestruturando o Consea – com gestão entre Estado e sociedade

civil – e criando a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), envolvendo vinte ministérios, com o papel de coordenar a política de SAN.

Essa estruturação de políticas e de gestão social se aliou à discussão sobre a base produtiva. Dessa forma, deu vida a programas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e revigorou o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

A partir do associativismo dos agricultores, e entidades que incentivam a agroecologia, ocorreu em 2008, a criação da Articulação de Agroecologia do Vale do Taquari (AAVT), uma rede de entidades que apoiam a Agroecologia no território. Formada por entidades de representação dos agricultores como sindicatos, instituições de pesquisa e ensino e organizações de apoio aos agricultores e consumidores, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA), EMATER e Secretarias de Agricultura.

A entidade se reúne a cada dois meses, sempre em um município diferente, as reuniões são momentos de socialização de práticas e conhecimentos entre os participantes, momentos de planejamento de ações e encontros. A rede sócio-técnica articula ações, como encontros regionais em que ocorrem palestras, oficinas e troca de sementes e agrobiodiversidade. Em 2017, a partir das discussões do grupo de participantes, ocorreu uma mobilização pela criação de uma Feira Regional, que se concretizou em setembro deste mesmo ano, no campus da Universidade do Vale do Taquari (UNIVATES).

Figura 5 - Encontro da Articulação de Agroecologia do Vale do Taquari em 2017



5º Encontro Regional de Agroecologia do Vale do Taquari/RS
26 de outubro de 2017
Piquete Raça Campeira, Imigrante/RS

PROMOÇÃO
AAVT

Construindo a AGROECOLOGIA no Vale do Taquari

Traga sua caneta, um bloco de anotações, uma caneca, um lanche para compartilhar, sementes e mudas para a troca.

PROGRAMAÇÃO

8:30	Recepção e credenciamento
9:00	Abertura com saudações.
9:30	Palestra: Produção animal agroecológica, com Alexandre Mendonça (Médico veterinário Homeopata Popular).
11:15	Produção agroecológica em escala: Arroz orgânico, Juares Antonio Perera (Agricultor biodinâmico, Rede Ecolida).
12:00	Almoço comunitário, compartilhamento de experiências, troca de sementes.
13:30	Oficinas: Cada participante se cadastra em até 3 oficinas no momento do credenciamento.
15:30	Relato de experiências.
16:00	Avaliação final e encerramento.

OFICINAS:

- Trichogramma (vespinha para controle biológico de lagartas)
- Controle de ácaro pragas com ácaros predadores
- Homeopatia na produção animal e vegetal
- Agricultura Biodinâmica
- Mineralização de sistemas agrícolas com uso de pó de rocha

Como chegar até o local? Da sede de Imigrante em direção a Daltro Filho, aproximadamente 1 km, passa a ponte na curva, dobra a esquerda, na parada de ônibus. Sob os alguns metros, primeira entrada a direita, sobe a lomba no potreiro e chega no galpão do Piquete.

APOIO:
Sicredi
UNIVATES

Fonte: Do autor (outubro de 2017)

A formação do primeiro grupo de agricultores agroecologistas do território envolveu diversos atores, em circunstâncias distintas, mas que foram convergindo para a valorização e resgate das práticas agroecológicas. A extensão rural, o sindicato de trabalhadores rurais, o CAPA e a mais tarde a AAVT, atuam como agências na promoção da agroecologia no território, bem como na organização social. Importante destacar que o ambiente institucional, com políticas públicas e a própria criação da legislação que prevê a certificação participativa, são aspectos relevantes para a formação e continuidade da Associação de Agricultores Agroecologistas da Forqueta, ligada à Rede Ecovida .

4.2 CONFIANÇA E RECIPROCIDADE - AGROECOLOGIA FERRARI

Ao chegar a Agroecologia Ferrari, na Linha Forqueta, Arroio do Meio, todos são recepcionados com muita simplicidade e cordialidade, característica típica de uma família camponesa. Recebemos um chapéu e uma cesta e somos convidados para a colheita. O sistema de “Colhe e Pague” foi criado em 2013 para incrementar as vendas de alimentos orgânicos, além da participação na feira e vendas para mercados institucionais, como PNAE e PAA.

A família Ferrari não vivia da agricultura na época quando a Associação de Agricultores Agroecologistas da Forqueta se constituiu, moravam na propriedade e tinham uma horta para o autoconsumo. A renda principal vinha de trabalho não agrícola, após o nascimento da filha, a agricultora que se integrou ao grupo e participava dos estudos em agroecologia, resolveu dedicar-se a horta, ampliando a produção.

O primeiro produto a ser comercializado foi rabanete, duas vezes por semana, para o supermercado do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que fez uma parceria com a EMATER para incentivar a produção. O apoio do sindicato rural foi fundamental no início da organização dos agricultores, trata-se de um arranjo material que tornou possível a prática de comercialização da produção do grupo, apoiando os agricultores na logística de transporte até a sede, estimulando o grupo a apostar na atividade. Tais recordações foram realizadas pelo entrevistado 1:

Quando a gente começou a vender pra mercado, já tinha um grupo de agricultores orgânicos organizados produzindo. A iniciativa deles foi pra produzir o próprio alimento, depois viram, que sobrava, era uma parceria entre a EMATER e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, o STR abriu um espaço dentro do mercado, que hoje é o supermercado da Languiru, onde continua o nosso espaço. Depois que entrou a feira do produtor, a alimentação escolar, o mercado ampliou [...]. (ENTREVISTADO 1).

A horta hoje ocupa uma área de 600m² e envolve toda a família. À medida que a procura pelos orgânicos aumentou no supermercado e depois mais tarde, em 2011, na feira, o trabalho na horta deu retorno financeiro, e a agricultora aposta na organização da produção para produzir muito em pouco espaço, “[...]muita gente que vem aqui diz que nós vivemos que nem japoneses, vivemos da sabedoria.” (ENTREVISTADO 1)

O agricultor prepara os canteiros, revirando o solo com a enxada ou com auxílio de um micro trator, a adubação utilizada é à base de composto orgânico certificado, comprado em conjunto pelo grupo de certificação, o transporte é custeado pelo município, como forma de incentivar a produção orgânica. O adubo orgânico é misturado ao bagaço de cana de açúcar, folhas que sobram das verduras formando uma cobertura morta que retêm a umidade sobre os canteiros e evita plantas invasoras.

Além disso, a família trabalha com adubação verde, alguns canteiros sempre ficam em repouso, com cobertura verde, para virar adubo. Os agricultores demonstram uma visão sistêmica em suas práticas de manejo do agroecossistema. Segundo o Entrevistado 2, [...] Sempre deixamos plantas daninhas no canteiro, elas servem de alimento para os insetos, além disso, protegem o solo, são retiradas só quando estão competindo com as verduras, aí viram cobertura morta, cada planta tem sua função na natureza”.

Os canteiros estão isolados por uma barreira de quebra vento de cana de açúcar, que circunda a horta em todas as direções e divisas, para proteger da dispersão de fungos e reduzir a evapotranspiração dos vegetais. Para controlar a erosão e evitar o contato da água que escorre da rua e entra na horta, canalizou-se a valeta com pneus, essa medida também evita a dispersão de plantas invasoras dentro da horta, além de evitar o contato com agrotóxicos, que os vizinhos utilizam em suas lavouras.

A horta é um verdadeiro mosaico de diversidade, com mais de 30 variedades, entre verduras, legumes, plantas medicinais e flores. São cultivados os produtos mais tradicionais: alface, repolho, rúcula, cenoura, beterraba, etc, mas também condimentos e especiarias para atender ao público vegetariano e gastronômico. O que não é vendido *in natura* é processado e transformado em geleias ou conservas, para ser comercializado fora de época. Hibiscus, pimentas, alho poró, morangos, são muito apreciados pelos consumidores e são o carro chefe para atrair consumidores. Sobre isso, o entrevistado 1 comenta que:

Em 2015 a gente fez com uma consultora do SEBRAE, um controle para ver quantos kg de produto foi produzido, nesse ano passou de 10.000 kg [...]. (ENTREVISTADO 1).

[...] Como nós somos orgânicos, nós respeitamos a natureza. Nós só vamos produzir o que a natureza nos permite. (ENTREVISTADO 1).

Os canteiros são preparados de acordo a sazonalidade de cada cultura, tentando maximizar os recursos disponíveis, de forma que sempre tenha produto para ser comercializado. As sementes das plantas perenes, como pimentas, maracujá, cará, plantas medicinais, são em grande parte oriunda de troca de sementes e mudas, as sementes das plantas de ciclos curtos, como alface, cenoura, beterraba são compradas da Bionatur, que produz sementes orgânicas, ou em último caso sementes convencionais, quando não conseguem sementes orgânicas, pois o acesso a sementes orgânicas de boa qualidade tem sido uma dificuldade de vários agricultores agroecologistas.

[...] as sementes é uma dificuldade, que nós temos, conforme estamos discutindo no grupo, que nós achamos que o nosso futuro vai ser arrumar uma pessoa que vai só fornecer as mudas para nós. Encontrar só sementes orgânicas é difícil. Pelo menos, quem vai fazer a semeadura vai cuidar bem a parte de insumos, de compostos, o que vai ser colocado na bandeja. (ENTREVISTADO 1).

A semeadura é realizada respeitando a rotação de culturas e observando a existência de plantas companheiras, plantas repelentes e flores que atraem insetos são plantadas na borda dos canteiros, uma forma de realizar o controle biológico, calêndulas, artemísia, camomila, alho, cravos; colaboram no manejo integrado, técnicas aprendidas pela agricultora em seus estudos com o grupo, orientados pela EMATER

Os canteiros são cobertos com sombrite no verão e com plástico transparente do inverno, e são regados com água armazenada da chuva em tanques sempre no período da manhã, para que a planta possa absorver água suficiente para não desidratar nos períodos mais quentes e crescer.

As rotinas estão bem estabelecidas, para cada estação do ano são planejados canteiros, respeitando o desenvolvimento de cada vegetal, de forma que os consumidores tenham sempre algo para comprar, folhosas, raízes, temperos. Uma grande dificuldade tem sido produzir nos meses mais quentes do ano, considerando que a região é plana, contornada por montanhas, formando uma ilha de calor. Para reduzir a insolação os canteiros são regados manualmente e cobertos com sombrite, para facilitar o trabalho, um sistema de irrigação por gotejamento está em fase de instalação, calhas foram instaladas para a coleta da água da chuva, bem como, reservatórios foram adquiridos.

A certificação da propriedade é feita pela Rede Ecovida e acompanhada pelo CAPA, escritório regional de Santa Cruz, com extensão no Vale do Taquari. A presença do CAPA de

forma mais efetiva inicia em 2002 com o trabalho com os grupos de saúde comunitária, antes desde período ocorriam atividades mais pontuais desenvolvendo trabalhos de conservação de solos, adubação verde, sementes crioulas.

O trabalho com 8 grupos de comunidades evangélicas, grupos de OASE, que depois aumentou para 31 grupos, ampliou o acesso a conhecimentos sobre saúde e agroecologia, alimentação saudável, resgate e conhecimento sobre plantas medicinais, elaboração de receitas saudáveis. Em 2005, os grupos demandaram a presença de profissional da área de agronomia para estimular a produção agroecológica, pois não existiam muitos profissionais atuando com este enfoque na região. Desde então, o CAPA disponibiliza profissional para incentivar a produção ecológica na região e passa a assessorar os grupos que se formaram e demonstraram interesse em se certificar. Para o entrevistado 1:

A Rede Ecovida é assim: tem o coordenador, o secretário [...] esse pessoal se reúnem. Ele tem quatro reuniões por ano. Aí tem a comissão de ética, que faz a fiscalização. Nós estamos em oito grupos agora com certificação e três grupos novos, que querem entrar. Então oito saídas por ano a campo para visitar os oito grupos, tudo deve ser feito em conformidade com a comissão de ética. Temos os encontros. Também participamos três dias em Erechim, no grande encontro da rede. Tudo para a atualização, para saber o que a rede pede agora. Tudo para a atualização da lei. Para saber como atuar. Está cada vez mais rígido por causa das denúncias. Você sabe disso, que acharam muitos sem certificação. Tinha estes rolos [...] isso tudo agora [...]. (ENTREVISTADO 1).

A preocupação com a qualidade dos alimentos produzidos é constante, pois a agricultora construiu uma relação de confiança com os consumidores que procuram sua propriedade. A seriedade no trabalho caracteriza sua atuação junto a OPAC, integrante da comissão de ética, ela faz visitas a outras propriedades e novos grupos que se constituem, como os Defensores da Natureza, uma OCS, que está sendo acompanhado pela associação durante o processo de cadastramento e certificação junto ao MAPA. O processo de formação e aperfeiçoamento de suas práticas e também de aplicação da legislação é encarado com muita responsabilidade, participando dos encontros e reuniões promovidos pela Rede Ecovida. O entrevistado 1 explica:

[...] nós, da comissão de ética, fomos bem rígidos. Simplesmente os agricultores que nunca tiveram uma qualificação e não sabem o quanto o que é séria a lei, não podem receber a certificação. Nós decidimos na quarta-feira, que o grupo novo que queira entrar, deve participar seis meses só participando de reuniões para se informar e ver, se realmente é o que querem. Antes de fazer a entrada do pedido de certificação, uma comissão de agricultores certificados deve ir visitar a propriedade deles. Depois eles vão ficar seis meses participando das reuniões pra saber. Ou então, a nossa lei vai perder a credibilidade se começarmos a certificar qualquer propriedade. (ENTREVISTADO 1).

O aumento da procura por alimentos orgânicos por parte dos consumidores, faz com que mais agricultores busquem a certificação, o que acarreta em esforços por parte dos organismos de certificação para manter a confiança no processo.

No Colhe e Pague, com o aumento da venda direta, as entregas a supermercados se restringem a salsa e cebolinha. Atualmente o sistema de vendas na propriedade corresponde a 90% das vendas, o público cresceu muito desde que surgiu o roteiro turístico Caminhos da Forqueta, com a integração das práticas alimentares, de consumo e turismo. Durante a visita na horta a agricultora vai falando o nome de cada um dos vegetais, fala sobre o valor nutricional de cada alimento, explica para o consumidor como é feito o cultivo, explica o que é controle biológico, como é feita a adubação e tira todas as dúvidas do consumidor. Diante disso:

[...] o “colhe e pague” foi uma inovação no nosso negócio. Que a gente abriu para o roteiro turístico, né, que daí para o turista, e deu muito certo assim, sabe, as pessoas gostaram disso e cada vez o público aumenta. No ano passado deu 2135 pessoas que assinaram o livro de presenças. (ENTREVISTADO 1).

Em meio aos canteiros, ela solicita autorização do cliente para fotografar o visitante, as imagens são divulgadas nas redes sociais, como o Facebook e também em sites de viagens como o *TripAdviser*. A estratégia de divulgação é adotada desde que o roteiro turístico Caminhos da Forqueta foi criado.

Com o incremento das vendas na propriedade, a família construiu um quiosque, espaço para receber os visitantes, expor os produtos e acomodar os turistas, com sanitários e uma cozinha para servir refeições rápidas, que são preparadas pela agricultora com os alimentos colhidos na horta. Além dos consumidores que visitam a propriedade toda a semana, a família agenda visitas através das redes sociais, que se constitui uma importante plataforma de negócios, para divulgar os produtos disponíveis, como ferramenta de marketing e organização do trabalho, pois toda a rotina da família está organizada de acordo com as visitas e produção. Novas práticas sociais, como o uso da internet, como meio de divulgação, reestrutura as práticas alimentares e também de produção e comercialização do território.

Figura 6 - Horta e espaço de comercialização da Agroecologia Ferrari, 2017



Fonte: Do autor (setembro de 2017)

Em 2013, a agricultora foi agraciada com o Prêmio SEBRAE, Mulher Empreendedora, que deu visibilidade a seu trabalho a nível estadual, o que trouxe a oportunidade de participar de palestras e apresentação de seu case em várias instituições e regiões do Estado. A Agroecologia Ferrari tornou-se um objeto de estudo de estudantes de diferentes níveis, da educação infantil à pós-graduação. Sobre o fato da premiação e o contexto gerado, a entrevistada 1 comenta:

[...] eu acho que é uma coisa muito boa porque a gente tem que pensar no futuro. Eu gosto de trabalhar com alunos. Com as crianças pequenas, deles poder colher é um trabalho bem completo com as profes das escolas. A gente faz assim: uns dias antes deles vir, é tudo com agendamento, eu posso pras profes os produtos que tem pra colher e o valor de cada produto. Elas fazem uma lista, pra levar pra casa, para os pais verem o que precisa, para atualizar os filhos pra colher. Ver estas crianças colher o alimento é o que mais me satisfaz. (ENTREVISTADA 1).

Nas visitas, a agricultora aborda a produção agroecológica, explicando as práticas agroecológicas que adota. As visitas com estudantes são agendadas previamente, a agricultora apresenta a propriedade, explica o que é Agroecologia, a partir de exemplos concretos como controle biológico, a adubação verde, fala da composição nutricional dos vegetais e do processo de certificação. Diante disso, o entrevistado 1 complementa:

Com o pessoal das universidades é mais fácil do que trabalhar com crianças. Eles vão fazer as perguntas e tal, eles vão entender. Também é muito válido porque eu tenho que pensar, que eles são a geração abaixo de nós [...] que eles vão transformar o mundo, vão ter consciência pra eles quando vão ter filhos. (ENTREVISTADA 1).

A propriedade também recebe grupos de agricultores encaminhados pela EMATER, CAPA ou pela própria Rede Ecovida, que vem conhecer o trabalho da família, suas práticas de produção agroecológicas, dinâmica de funcionamento dos grupos de certificação participativa e inserção no mercado. A propriedade tornou-se um ator social de difusão da agroecologia no Vale do Taquari, com poder de agência, contribuindo para a transição sócio técnica.

Resgatando os postulados de Warde(2005)que aborda o potencial de inovação das práticas em função de dinâmicas pelas quais as pessoas adaptam, improvisam e experimentam em situações cotidianas, destaca-se o caráter inovador da família de agricultores, que em um território dominado por sistemas de integração vertical, para mera produção de mercadorias, criou um sistema de venda direta que atrai consumidores urbanos e turistas de outras regiões, que se deslocam longas distancias, para viver a experiência de colher alimentos saudáveis na horta.

O resgate das práticas de produção agroecológicas, possibilitou que a produção inicialmente familiar, fosse integrando-se a outras práticas sociais, ressignificando as práticas de produção e comercialização. Arranjos materiais possibilitaram a criação de novos canais de comercialização, a integração com o turismo, o uso das mídias digitais, introduzem novas práticas sociais às práticas alimentares do território, e contribuem para a construção de novos mercados.

4.3 PLANTANDO DIVERSIDADE

Para a agricultora entrevistada 3, a ligação com a terra nasceu na infância, filha de agricultores familiares, desde muito cedo aprendeu com sua mãe a cuidar da horta e do pomar.

Como é tradição nas famílias de agricultores de colonização alemã, a propriedade produzia leite e suínos, seus pais eram associados da Cooperativa Dália que comprava toda a produção. Quando casou saiu de casa e foi morar fora do Estado, viveu na cidade por alguns anos, mas sempre manteve sua horta e pomar, mesmo em uma área pequena.

[...] a gente sempre estive na agricultura familiar. As famílias eram numerosas e nós tivemos que nos virar. Sabes como foi o êxito naquelas épocas. Mas, nem pensar tirar da propriedade, que não seja “porco ou leite”! (ENTREVISTADA 3).

Na década de 90 eu voltei da cidade e aqui começou um grupo para produzir hortaliças para o mercado. Começamos vagarosamente. A feira está indo para o

oitavo ano. A merenda escolar também já faz mais anos e fomos incrementando. E assim, foi despertando, que na lavoura, deve-se unir o útil ao agradável, aquilo que gostas de fazer, agregar uma renda a mais [...]. (ENTREVISTADA 3).

A agricultora participa da Associação de Agricultores Agroecologistas da Forqueta, desde o início, foram muitos anos de aprendizagem, tempo necessário para a emergência de novas práticas, da produção para o autoconsumo e planejamento até começarem a vender para o mercado, a organização entre o grupo facilitou o trabalho e os encorajou a vencer os desafios de iniciar o trabalho com a feira, que não era tradição no município. Em 2008, começou o trabalho com o PNAE e PAA, sob orientação da assistência técnica, que além de orientar as práticas de produção, também contribuiu na organização do grupo para ingressar nestes novos mercados.

O tradicional era que o homem mantinha o caixa e os outros trabalhavam para ele. Hoje muda-se esta cultura, de dividir um pouco as responsabilidades e direitos. Acho que as mulheres sempre foram mais guerreiras. Acreditamos mais que dá certo [...]. (ENTREVISTADA 3).

As mulheres foram fundamentais nos passos iniciais do grupo, a partir das hortas domésticas e da preocupação com a segurança alimentar, foram resgatando práticas agroecológicas utilizadas pela família ou experimentando novas, aprendidas nos estudos do grupo de Agricultores Agroecologistas da Forqueta, ligada à Rede Ecovida de Certificação Participativa. O acesso aos mercados, a geração de renda a partir da horta, estão desenvolvendo a autonomia destas mulheres agricultoras, que descobrem novos papéis, além dos domésticos, que sempre lhe foram atribuídos, como organizar a produção e fazer a gestão da propriedade.

A agricultora tem uma horta muito diversificada, e um pomar com frutas para colher o ano todo, ela coleciona e troca sementes e mudas desde o período que ainda morava na cidade, administrou sozinha a produção e comercialização enquanto o marido permaneceu trabalhando na capital até conseguir se aposentar recentemente.

Para o casal, ter acesso a crédito para a compra do trator representou melhorar as condições de trabalho e aumentar a área plantada, arrendaram uma área para expandir a horta, e apostam na implantação de um sistema agroflorestal, incorporando novas práticas às práticas de produção. Ainda, sobre a vida no campo e os planos, a entrevistada explica nos dois comentários a seguir que:

Como a gente comprou o trator a gente não quer limpar tudo, e sim consorciar árvores com frutas, porque aqui tem arroio. Até aqui, estas frutíferas [...] tem vários

tipos. Aqui tem cangerana, ameixa, tinha uma outra, que morreu. Aqui tem jabuticaba, pitanga, araçá, goiaba, lima, então [...] esse consórcio é uma agrofloresta. (ENTREVISTADA 3).

Eu até fui no encontro de agroecologia em Erechim e trouxe alguns folders. Eu trouxe bastante material das agroflorestas [...] Sistemas Agroflorestais Agroecológicos (SAFS) [...] eu sempre gostei desta área, mas como nós tínhamos uma parte pequena, a gente foi plantando até [...] eu não posso mais tirar um pinheiro, então tudo podese manusear [...] então a gente como agricultor ninguém sabe disso[...]. (ENTREVISTADA 3).

A entrevistada 3 gosta de desafios, está estudando sobre os Sistemas agroflorestais, pesquisa na *Internet* de forma autodidata, participando de palestras e cursos. Seu objetivo é reflorestar a margem do arroio com um SAF, introduzindo espécies frutíferas em meio às nativas em estágio inicial de sucessão ecológica. A preocupação com a agrobiodiversidade faz com a agricultora busque conhecimentos, sementes e mudas de plantas para diversificar sua propriedade.

Minha filha e eu, no sábado passado, plantamos na nossa área, onde há uma fonte, onde está desmatado. [...] a gente pegou esta área assim, daí plantamos 56 mudas de araucária lá [...]. Tem que esperar agora [...] ou plantar em saquinhos maiores e deixar mais um tempo. Aqui tem um caqui, aqui tem erva-mate. Tem de tudo! Tenho café [...] fiz mudas porque estavam nas terras da mãe ainda, eu dou graças a Deus [...]. (ENTREVISTADA 3).

Diferente da maioria dos agricultores, que tenta remover as araucárias de suas propriedades, a agricultora aplica os conceitos que aprende, desenvolvendo ações preservacionistas. Além de produzir suas próprias mudas de verduras, ela aproveita o espaço no seu viveiro para produzir mudas de árvores nativas. Caminhar pela sua propriedade é passear pela diversidade, ela aposta na diversificação como forma de melhorar sua renda. A entrevistada relata que:

Aqui tem um tomatinho, que eu plantei em fevereiro. Agora eu vou fazer mudas deste raminho, daqui mesmo. Como isso aqui, esse broto, deixei na água, sai a raiz aqui para ter a mesma variedade Maracujá. Ali eu já plantei amora, tem acerola, tem laranja montenegrina, figo. Aipim a gente planta [...]. Goiabinha serrana. Pitaya vermelha e branca! Olha aqui, o cará-moela, o melão chileno, o mirtilo. Olha o maracujá-roxo! Olha as flores, isso também faz parte. Aqui, tem batata, tem açafreão, tem cebola, 3 tipos de alho.... Abacaxi, ananás, tenho mais de 50 variedades de plantas [...]. (ENTREVISTADA 3).

Os princípios agroecológicos são amplamente vivenciados em suas práticas de produção, canteiros circulares de plantas condimentares e medicinais, adubação verde, rotação de culturas, consórcio entre plantas, produção própria das mudas, banco de sementes,

preservação das nascentes e áreas de proteção, implantação de agrofloresta. Para facilitar o manuseio da produção de morangos, inovou na criação de uma bancada, reaproveitando materiais, criando seu próprio composto, e replicando suas próprias mudas, que selecionou conforme a produtividade.

Ao diversificar a propriedade a agricultora está planejando a produção conforme os mercados que acessa: feira, merenda escolar e PAA.

Hoje, como temos vários mercados, vamos nos adequando. Como os brócolis, se fosse só depender da feira, eu não precisaria plantar tanto. Mas, tem a merenda escolar, que é toda a semana. Vais te adaptando conforme a necessidade, claro! Pensando, que podia plantar mais [...] primeiro é necessário ver, o que o mercado precisa. Tudo precisa ser preparado. É um conjunto de situações. Não adianta ter muita produção para ter perda. Anoto tudo no meu diário de campo e faço a contabilidade, custos e entradas, como fazia no meu emprego na cidade [...]. (ENTREVISTADO 3).

Adequar a produção às necessidades do mercado é encarado com muita seriedade, tudo é planejado, para otimizar os recursos da propriedade. Na figura a seguir percebe-se o cuidado e dedicação que a produtora aplica ao seu trabalho.

Figura 7 - Horta da diversidade, 2017



Fonte: Do autor (outubro de 2017)

Em seu caderno de campo, a agricultora controla o volume de produção e entregas feitas semanalmente. Assim, consegue prever com antecedência quanto precisa produzir de cada vegetal conforme a necessidade de entrega das escolas que atende no PNAE, bem como calcular os custos de produção que são criteriosamente avaliados na formação do preço.

[...] na merenda escolar se consegue um produto 30 % a mais. Mas, assim, o pessoal da feira mesmo a gente vê, que são pessoas bem conscientes: não se discute o preço. Se faz um preço justo, pois não vai pensar que é orgânico, para subir o preço lá em cima, e todos que vem compram [...]. (ENTREVISTADO 3).

Para facilitar as vendas na feira, aos sábados, no centro da cidade de Arroio do Meio, os agricultores que compõe a associação se organizam num sistema de rodízio, de forma que cada agricultor participe da feira uma vez ao mês. Porém, o agricultor da semana leva os produtos dos demais para venda.

A agricultora é procurada na feira para adquirir a pitaya, uma novidade na região, além de outras frutas exóticas como o mirtilo e plantas medicinais e condimentares. Além de vender, ela dá dicas de consumo e fala sobre os efeitos dos vegetais para a saúde. Os preços dos produtos são definidos entre os feirantes.

Embora não dependa dos mercados institucionais, a agricultora está entre os 20 agricultores que fornecem para o PAA, que em 2016 contratou R\$ 66.150,00 no município. Com a redução dos valores do programa, as compras institucionais reduziram e ela teve que encontrar outro mercado para estes produtos. Sobre isso, a entrevistada 3 comenta:

É um desafio adequar a produção para a demanda de consumo. Depois que a Dilma saiu foi um caos. Na verdade aquilo não vai ter mais. De outro lado, aquele produto, que eu mandava para o PAA, o moranguinho congelado, eu conseguia vender para a feira [...].

A abóbora, que eu vendia para o PAA eu consegui mandar para as escolas [...] Este governo que está entrando quer acabar com os pequenos. Eles exigem sempre mais [...]. (ENTREVISTADO 3).

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é uma ação do Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), foi criado em 2003 e recentemente teve o volume de recursos reduzido. O PAA, ao propiciar a aquisição de alimentos de agricultores familiares, a preços compatíveis aos praticados nos mercados regionais, tornou-se uma estratégia de incentivo à produção agroecológica. A agricultora, mesmo tendo participado do programa, procurou inserir-se em outros mercados, não criando dependência desta política pública.

Além da feira e dos mercados institucionais, a propriedade também integra o Roteiro Caminhos da Forqueta, roteiro turístico local. Os visitantes que vem até a propriedade conhecem sua horta e são convidados a fazer a Trilha da Pedra, uma trilha em meio à mata nativa, bem preservada, com direito a pausa para um piquenique com frutas colhidas no pomar. A trilha é muito apreciada por turmas de estudantes, que realizam estudos sobre a flora da região.

A Agroecologia vivenciada em todos os seus aspectos, como podemos observar na propriedade desta família de agricultores de Arroio do Meio, é portadora de um potencial endógeno que, por meio da articulação do saber local com o conhecimento científico, permite a implementação de sistemas de agricultura alternativa potencializadores da biodiversidade e da diversidade sociocultural. Práticas agroecológicas envolvem uma profunda interação com o meio, uma visão sistêmica do ambiente. Novos arranjos materiais, como as políticas públicas, PNAE e PAA, podem possibilitar a emergência de práticas alimentares que preservam a agrobiodiversidade e a saúde dos consumidores.

4.4 CAMINHOS DA FORQUETA- TURISMO RURAL

Em 2009, uma parceria com a Associação dos Fumicultores do Brasil, AFUBRA e a prefeitura, intermediou o projeto “Verde é vida”, que chegou até a comunidade através da Escola Municipal Arlindo Back. Através do projeto, a comunidade começou a se mobilizar para o turismo, juntos, construíram no pátio da escola o relógio do corpo, com plantas medicinais, e realizaram embelezamento e jardinagem ao redor das Igrejas e outros pontos públicos. Em relação ao Turismo Rural, a entrevistada 2 relata que:

Primeiro foi o SENAR, que começou trabalhar conosco, pelo projeto de turismo. Foi uma turismóloga de turismo rural, de como lidar com as pessoas. Foi um curso de 240 horas. Nós aprendemos como lidar com as pessoas. Tivemos que arrumar todos os paíóis para ter um lugar para receber o turista. O turista vê como é a propriedade da pessoa, a partir da porteira da propriedade. Se ela está quebrada, pode-se imaginar o que tem dentro. Então, é uma marca que ele deixou, que a gente não vai esquecer: de fazer limpeza. (ENTREVISTADA 2).

Depois disso, o SENAR em parceria com SEBRAE, trouxe para a comunidade o “Juntos para competir”, que capacitou os agricultores para preparar as propriedades, para receber visitantes, além de empreendedorismo e gestão. Em uma reportagem ao Portal do Vale Taquari, lemos: Nos desafiamos num negócio novo, diferente do tradicional. Nos preparamos por três anos, com 560 horas de aulas, cursos e visitas técnicas e agora estamos prontos para receber o turista da melhor forma possível [...]. (REICHERT, 2017).

O roteiro Caminhos da Forqueta foi lançado em Novembro de 2013 e em 2014, o SENAR desenvolveu com a comunidade uma capacitação com enfoque no turismo rural. Os pontos turísticos que compõem o roteiro são: Igreja Evangélica de Pedra, Igreja Católica São Vendelino, relógio dos Chás, Camping do Ereneu com restaurante, Agroecologia Ferrari, Agroecologia Helena, Alambique Maders, Conservas Seibel, mirante, Apiário Gisch, Museu

Kamphorst, Café Colonial e Licores Reichert, artesanato, composto orgânico, frutas cristalizadas, trilha ecológica, além de outras paisagens e belezas naturais. Tais pontos turísticos podem ser vistos na Figura 6:

Figura 8 - Folder de divulgação do roteiro Caminhos da Forqueta, 2017



Fonte: AMTURVALES(2017)

O roteiro Caminhos da Forqueta, nasceu de uma iniciativa comunitária, mantém-se e evolui como uma experiência de turismo comunitário, que envolve a organização da comunidade, principalmente para o atendimento a grupos. As visitas são agendadas previamente, e podem ser adaptadas às necessidades do grupo, refeições podem ser incluídas no roteiro, como almoço e até um café colonial.

O roteiro tem atraído a atenção de visitantes da própria região, grupos de terceira idade, escolas, universidades, bem como famílias que procuram vivenciar experiências na natureza e na agricultura. Existem iniciativas da AMTURVALES, para divulgar o roteiro em agências de viagens, com o objetivo de atrair turistas de outras regiões, integrando-o a outros roteiros existentes na região, como a Rota das Cataratas, Caminho dos Moinhos e Rota da Erva-mate.

A inserção do turismo no Vale do Taquari enquanto atividade econômica é bastante recente, com a criação da AMTURVALES, em 1990, alguns importantes avanços ocorreram. Iniciativas isoladas por parte de empreendedores ou prefeituras existem há mais tempo, desde os anos 60, destaca-se neste período a criação do Parque do Imigrante no Município de

Lajeado. Na década de 70, Lajeado prospectou-se no cenário estadual e nacional como a Capital das Pedras Preciosas e criou um departamento de turismo.

No início dos anos 90, novas práticas sociais surgem, roteiros gestados por prefeituras como a Rota Germânica em Teutônia, Delícias da Colônia, roteiro que integra os municípios de Estrela, Colinas e Imigrante. Em 1995, é oficializada a criação da AMTURVALES, entidade composta por entidades de iniciativa privada e poder público, tendo como objetivo, planejar e coordenar ações de turismo na região.

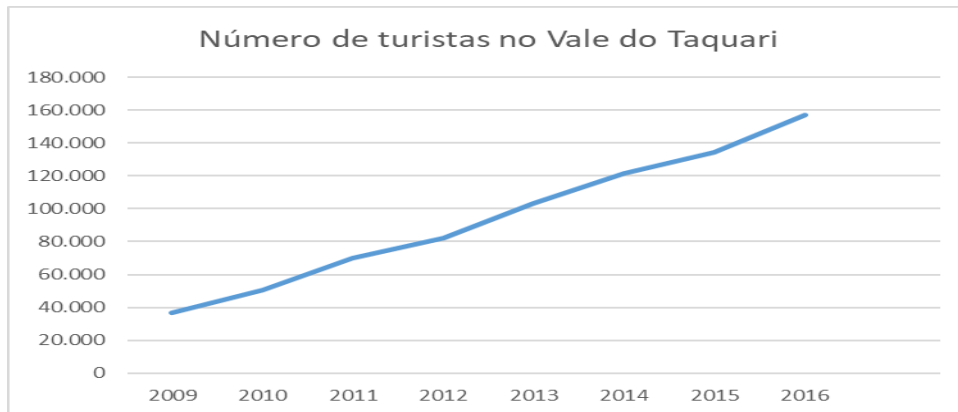
Entre as ações desenvolvidas está a organização de materiais de divulgação junto a Secretaria de Turismo do Estado e elaboração de um planejamento estratégico para o setor para o Conselho de Desenvolvimento do Vale do Taquari (CODEVAT). O objetivo deste planejamento foi criar um processo participativo que resultou na formulação do Plano turístico do Vale do Taquari e no Turisvale, comitê gestor do turismo no vale. Após os anos 2000, as ações passaram a serem focadas na valorização da diversidade de paisagens e culturas do vale, estimulando a criação de vários roteiros:

- c) Caminho dos Moinhos - contempla os municípios de Anta Gorda, Arvorezinha, Ilópolis e Putinga. O passeio mostra ao turista admiráveis registros da imigração italiana, do começo do século passado, os moinhos de farinha que resistiram ao tempo e continuam em atividade.
- d) Caminhos da Forqueta - oferece visitação a igrejas, museu, apiário, alambique, café colonial, restaurante, horta orgânica, relógio de chás, compostagem orgânica, trilha e mirante.
- e) Rota da Erva-mate - a Erva-Mate inspirou a formação deste roteiro que é constituída pela união de 10 municípios: Anta Gorda, Arvorezinha, Coqueiro Baixo, Doutor Ricardo, Encantado, Ilópolis, Itapuca, Nova Bréscia, Putinga e Relvado. No percurso de aproximadamente 80 quilômetros, o turista encontra um conjunto de atrativos turísticos acompanhado de belas paisagens naturais emolduradas entre vales e morros, aliado também à saborosa gastronomia italiana e à hospitalidade interiorana, característica de uma comunidade de colonização italiana, mas que também carrega fortemente a identidade do povo gaúcho.
- f) Rota Germânica - conhecida por seus 15 pontos turísticos, 12 em Teutônia e três em Westfália, permite ao turista conhecer um pouco mais da cultura germânica, por meio das tradições que ainda hoje são cultivadas, como a confecção do sapato de pau, símbolo dos dois municípios, além da culinária, arquitetura germânica e belas paisagens.

- g) Rota Turística Trilhas e Memórias - está em formatação com o objetivo de integrar os municípios de Boqueirão do Leão, Canudos do Vale, Cruzeiro do Sul, Forquetinha, Marques de Souza, Progresso, Santa Clara do Sul e Sério. O turista conhece nesta região as marcas das colonizações alemã e italiana, paisagens deslumbrantes por entre os vales e os rios, aliadas à acolhida de um povo simples e hospitaleiro.
- h) Roteiro Encantado - localizado no município de Encantado, o Roteiro consiste num passeio por atrações turísticas, culturais, religiosas, artesanais e históricas de Encantado.
- i) Roteiro Turístico Delícias da Colônia - oferece um tour por pontos turísticos de Estrela, Colinas e Imigrante. Nos passeios, os visitantes contemplam desde as pastagens aos casarios de época, passando por locais que exaltam a gastronomia típica e a hospitalidade interiorana.
- j) Roteiro Turístico Taquari Açoriano - realiza um tour pela cidade de Taquari, município que no ano de 1760 recebeu os primeiros imigrantes provindos do arquipélago dos Açores que iniciaram a colonização do Vale.
- k) Tour por Lajeado - o roteiro consiste num passeio com ônibus aberto por Lajeado, maior cidade do Vale, para conhecer seus pontos turísticos, parques, margens do Rio Taquari e história.

Além destes roteiros, existe o turismo de eventos, que configura uma nova prática social, tornam-se muito comuns na região, como a Expovale (Lajeado), Suinofest (Encantado), Festa de Maio (Teutônia), Expofeira (Estrela) e festas de comemoração de aniversário de municípios e festas de cunho religioso. Com o trabalho desenvolvido, o número de turistas vem crescendo, como se pode observar na figura.

Figura 9 - Número de turistas que visitaram o Vale do Taquari(2009-2016)



Fonte: Autor (adaptado de AMTURVALES, 2017)

O crescimento do número de turistas leva as instituições como o SEBRAE e a AMTURVALES a apostarem na formação de novos roteiros e grupos. O ecoturismo, o turismo rural e o gastronômico são apostas para inovar. Segundo o entrevistado 13.

Pretendemos montar novo projeto na área de turismo de natureza para atender grupos, que tem uma vocação do turismo de natureza, o ecoturismo, o turismo de aventura. Temos a dificuldade do pessoal entender, que o turismo é um negócio. Ficam com um pé atrás e dependem de prefeituras. É um gargalo. Isso é uma briga constante. [...] a prefeitura é um pilar, mas, o empresariado deve investir e empreender. Como em uma loja no turismo se investe, para tirar depois. Esta é a dificuldade [...]. (ENTREVISTADO 13).

O turismo rural em propriedades de agricultores familiares traz novas oportunidades de agregação de valor e aumento da renda, a associação entre o turismo e o modo de vida das famílias rurais está demonstrando que essa é uma estratégia altamente promissora para o desenvolvimento local. Potencialidades que o meio rural sempre pôde oferecer, mas por falta de políticas públicas locais de incentivo, como pela carência de uma mentalidade empreendedora baseada no associativismo, agora estão sendo estimuladas e potencializadas, pela expansão das áreas urbanas e a emergência de uma nova ruralidade, como constatado na fala do entrevistado 13:

Há um grande gargalo. Falta empreendedorismo no rural. Eles estão no extrativismo [...] e falta o empreendedorismo de criar produtos novos para ser mais atrativo para o turista [...]. Fizemos várias visitas técnicas, indo para roteiros mais destacados, para ver o que o pessoal implementou. Geralmente há produtos na própria propriedade. Às vezes na mesma propriedade já há rota, trilha, restaurante, espaço para eventos, já vende em um quiosque os produtos ali, aqui falta este “*start*” [...]. (ENTREVISTADO 13).

Com um crescimento contínuo do turismo, novas ações estão sendo planejadas pela AMTURVALES, como a realização de cursos de capacitação para organizadores de eventos e demais assuntos relacionados ao turismo e a Reconstrução do Processo Histórico da Erva-mate, a partir da construção do Parque temático da Erva-mate, que conta a história da erva, desde o tempo dos índios até a atualidade, junto ao Parque do Ibama, em Ilópolis. Além das melhorias na sinalização viária e turística, nas principais rodovias que passam pela região. Porém, o grande sonho é o projeto do Trem turístico da Ferrovia do Trigo, cujo roteiro prevê englobar sete municípios: Estrela, Colinas, Roca Sales, Muçum, Dois Lajeados, Vespasiano Corrêa e Guaporé, uma distância de 60 km.

Os turistas que embarcarem na locomotiva poderão vivenciar a cultura, gastronomia e atrativos turísticos típicos de cada localidade, a concretização deste roteiro interligaria os diversos roteiros que existem na região. O projeto está aguardando autorização para implantação do empreendimento, entregue na Agência Nacional dos Transportes Terrestres (ANTT), em 2014.

Revisitando Shove(2012), que argumenta que as práticas dependem da integração contínua de, pelo menos, três elementos principais: materiais, competência e significados, observamos que a estrutura turística está se consolidando no território, a competência, “o saber fazer” está em formação, através de capacitação de agricultores e instituições. A medida que este processo de transição ocorre, o caráter simbólico que envolve a prática de receber o turista, vai sendo incorporado a cultura da população do Vale, que possui um grande potencial turístico ainda pouco explorado.

O crescimento no número de turistas e a proposição de novos roteiros, novas práticas sociais e a integração entre as práticas, através de novos arranjos materiais e sociais, integrando a paisagem, as práticas alimentares e a cultura do Vale do Taquari, constituem um projeto de desenvolvimento rural. A aproximação entre o rural e o urbano, confere maior autonomia aos agricultores, agregando valor à produção e atribuindo novas funcionalidades à propriedade, incorporando novos significados e práticas ao modo de vida dos agricultores familiares.

4.5 DEFENSORES DA NATUREZA E O PAPEL DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Um dos primeiros militantes do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) no Vale do Taquari, o qual está intitulado como entrevistado 5, comentou que arriscou a sua vida durante um período de onze dias, passando as noites na rua em prol da Marcha pela Coragem

e da Esperança. O movimento surgiu em 1996, no Rio Grande do Sul, quando inúmeras famílias camponesas foram atingidas por uma forte seca, que destruiu grande parte de sua produção agrícola.

Diante desse fato, muitas famílias passaram a mobilizar-se por melhores condições de vida no campo, tendo em vista que o modelo de produção vigente no país priorizava as grandes monoculturas para exportação, deixando à margem dos investimentos públicos os camponeses que produziam alimentos diversificados em suas pequenas propriedades. Referente a este episódio o entrevistado 5 comenta:

Em 1997, 98, criei coragem e fui pra peleia, convidado por um grupo que tinha aqui então, depois desta Marcha eu percebi que tinha fundamento, era um movimento forte, a nossa salvação da pequena propriedade é o movimento, por que a gente ganhou muita decepção da FETAG, isso pra nós é o maior desastre que pode acontecer, eles estão dizendo que estão defendendo a agricultura familiar, e quando lá adiante fazem conchavo, aí a gente começou a trabalhar, se interar nesse movimento, e vejo que não foi uma decisão em vão que a gente tomou [...]. (ENTREVISTADO 5).

No Vale do Taquari o MPA iniciou no mesmo período que surgiu no Estado e País, desde lá vem buscando adeptos, o núcleo se encontra nos municípios de Travesseiro, Arroio do Meio e Capitão. Ao longo dos anos o movimento vem trabalhando para discutir alternativas para a agricultura familiar, como a recente crise do leite, reforma da previdência, soberania alimentar e vem desenvolvendo estratégias para marcar sua atuação nos municípios, como o Mutirão da Esperança Camponesa, a formação de jovens lideranças e a implantação do Plano Camponês, um projeto estratégico que visa resgatar a identidade camponesa, através da agroecologia, da preservação das sementes crioulas e agrobiodiversidade.

Sobre sua iniciação no movimento o entrevistado 5 tem a dizer que:

[...] na comunidade, por que eu ingressei nos movimentos, com 11 anos na juventude rural e ai depois na comissão pastoral na terra, na comunidade eclesial de base, e depois ao MPA, mas não tenho estudo, o meu estudo é o mundo que deu. Não tinha, imagina daqui a Arroio do Meio era o colégio mais perto, só estudei até 5° série, e aí a questão doença entrou na família, perdi a mãe com 22 anos, ficou muito doente. Então tu tinha que trabalhar. Nosso lema naquela vez era, trabalhar, trabalhar, aí não era como agora, sobe nas máquinas e com veneno, era arado. (ENTREVISTADO 5).

A vivência comunitária sempre esteve presente na vida deste agricultor, desde a adolescência participa da juventude rural, é membro atuante da comunidade. Aprendeu com as dificuldades da vida, por morar em uma região bastante isolada, em um período em que não existiam políticas públicas de acesso à educação, como o transporte escolar, abandonou

cedo os estudos. A vida militante proporcionou muitas aprendizagens, que contribuíram para a afirmação de sua identidade e construção da autonomia.

Nossa terra aqui tinha 1.8, aqui nos plantava 1 saquinho de milho e dava mais que um hectare, era plantado espaçoso e tudo colhido a mão, nós tinha de 12 hectare de terra lavrado, e as vez até duas vezes. Meu pai sempre queria a terra tudo limpinha. Isso eu descobri, o que tava limpo tinha pulgão comendo os repolhos, no meio do inço não vi pulgão, aí eu disse, mais uma lição de vida, não adianta limpar a terra, tem que trabalhar com ela, não contra ela, tu produz o próprio predador [...]. (ENTREVISTADO 5).

As práticas que aprendeu com sua família na infância, antes da modernização da agricultura, tempos em que as práticas agroecológicas eram adotadas por todos, acompanham o agricultor, que hoje produz frutas e verduras agroecológicas, além de erva mate, oriunda de ervais nativos e beneficiados artesanalmente. A observação do agroecossistema é fundamental para este agricultor que ainda está em processo de aprendizagem e ressignificação de suas práticas. Atualmente comercializa sua produção nas três feiras que participa: Arroio do Meio, Porto Alegre e na UNIVATES.

Em Travesseiro nos estamos trabalhando, uma das coisas principais, a questão da subsistência das famílias, por que a maioria tem vaca de leite, chiqueirão ou aviário, era só isso, tu ia no mercado o que os colonos traziam, moranga, repolho, compravam verduras, ovos, aipim, feijão, aí nos balizemos esse lado, eu disse :nós temos que usar estratégias e ver com o grupo, aí nos discutimos do mutirão e hoje nos já temos uma grande parte das propriedades uma diversificação, que começa pela horta, tu não via um aipim, uma batata doce, uma hora pode dar, uma crise como o leite, pra tu ter uma subsistência, ter o básico dentro da cozinha [...]. (ENTREVISTADO 5).

O trabalho a partir do Plano Camponês, fomenta a discussão em torno da produção para o autoconsumo e diversificação da produção, vem motivando agricultores a resgatar práticas abandonadas no contexto da mercantilização. Culturas que faziam parte da alimentação das famílias foram sendo abandonadas, sendo substituídos por lavouras de milho e soja, efeitos da mercantilização, que fazem agricultores aumentarem sua escala de produção para investir em máquinas e tecnologias.

O processo de mercantilização e abandono das práticas de produção para o autoconsumo, faz com que a preocupação com a soberania alimentar das famílias, encarada no passado como fundamental para a sobrevivência, seja substituída por aquisição de alimentos industrializados nos supermercados.

O resgate da produção para o autoconsumo e diversificação, bem como de práticas tradicionais, vem sendo estimulado pelos movimentos sociais e EMATER. O agricultor relata que:

[...] em cima disso nós montamos uma feira em Porto Alegre, que eu to levando o produto, vendo pra eles, pra criar o hábito, já levei alguns junto, pra conhecer, ver como funciona, tem as coisas em casa, e começar a vende, a ideia é incluir mais produtores. O secretário de agricultura de Travesseiro participa do grupo, tá nos apoiando. (ENTREVISTADO 5).

Os excedentes de cada comunidade são encaminhados para a capital, para comercialização na Feira ecológica do MPA, no Sindicato dos Petroleiros. O agricultor participa semanalmente desta feira, levando alimentos produzidos no Vale do Taquari, o objetivo é estimular a produção agroecológica e integrar mais agricultores, acessando novos mercados. O agricultor também é um dos pioneiros na construção da feira de Arroio do Meio.

A feira municipal surgiu como uma opção para os agricultores que não estão integrados a outros mercados. Ao longo dos anos a feira passou por vários momentos de reestruturação, com a participação de vários atores sociais, consumidores, Vigilância Sanitária, Sindicato Rural e Secretaria de Agricultura, atualmente ela é mista, com a participação de agricultores certificados e convencionais. Segundo o entrevistado 5:

[...] começou com 10 famílias, nós aqui, pessoal da Picada e o grupo da Forqueta, depois entraram mais novos. Hoje tem 7 bancas, mas o pessoal da Forqueta tem uma banca pras 4 famílias, então a quantidade se mantém no tempo. Aqueles persistentes se mantêm. (ENTREVISTADO 5).

A feira vem ao longo dos anos contribuindo para a formação de uma nova subjetividade. Apesar de ser mista, a feira vem despertando para a importância da agroecologia como forma de produzir alimentos, além de seu caráter pedagógico, na formação de hábitos de consumo. Ela atrai consumidores da própria cidade e de cidades vizinhas, que se deslocam até Arroio do Meio, a procura de alimentos saudáveis, reconectando agricultores e consumidores. A busca por alimentos saudáveis está ressignificando as práticas sociais e vem contribuindo para uma mudança cultural nos consumidores, que atribuem qualidade a alimentos produzidos de forma agroecológica e artesanal. Em relação a isso, o entrevistado 4 comenta:

Aqui em Arroio do Meio eu vendo schmier, aipim, batata doce, produtos coloniais. Agora to vendendo bastante feijão, tenho 8 freezers com feijão, aipim descascado. Faço doce de frutas e vendo, aproveito tudo o que dá, que nem abóbora, quando fica madura, não posso mais levar pra feira, eu cozinho faço schmier, e o pessoal gosta, eles vem na minha banca só pra buscar minha schmier. Ele planta tudo, alface, brócolis, repolho, batata, aipim. Ele planta rabanete nas fileiras da alface, planta

repolho no meio do aipim, ele se entende com as plantas [...]. (ENTREVISTADO 4).

A produção agroecológica, principalmente de frutas e verduras, produtos muito apreciados na feira, levou a família a buscar a certificação. O contato com os agricultores da Forqueta, que integram a Rede Ecovida, já certificados, o motivou a buscar parceiros para integrar um novo grupo, e surgiu o grupo Defensores da Natureza.

O grupo Defensores da Natureza surgiu a partir do interesse de um grupo de agricultores, principalmente entre os feirantes, que já adotavam práticas agroecológicas. Então, com auxílio da EMATER e Sindicato Rural surgiu o grupo Defensores da Natureza, um organismo de controle social(OCS).

A OCS é formada pelo grupo de agricultores, além de consumidores, sindicato, associação, instituição de ensino e assistência técnica. Os sete agricultores familiares que compõem a OCS produzem hortaliças e frutas agroecológicas, e organizaram-se para obter a regularização para venda direta dos seus produtos na feira da agricultura familiar do município. O grupo recebeu em 2016 o cadastro de produtor orgânico junto ao MAPA, e de forma organizada, vem aumentando a produção e as vendas. Na opinião do entrevistado 4:

Há 7 anos atrás quando começou, tu falava de agroecologia, o pessoal não acreditava, então tu tem que ter calma e mostrar que dá” [...]. (ENTREVISTADO 4).

O Sindicato sempre apoiou a agroecologia aqui [...]. No início era um grupo de agricultores que queria trabalhar diferente, eu fui chamada pra participar como representante sindical na época, a intenção era só ajudar o grupo, aí numa reunião me dei conta que já estava vendendo verduras e ovos, e que também poderia participar, já estava produzindo, meu filho já vendia em Porto Alegre [...]. (ENTREVISTADO 5).

Desde a criação, em 2016, o grupo vem trabalhando em conjunto para melhorar a qualidade dos produtos e buscar a certificação na Rede Ecovida. O grupo elaborou um regimento interno, que organiza as atividades, reúnem-se mensalmente e avaliam as propriedades, sugerindo adequações necessárias entre os pares. Nas reuniões os integrantes da OCS, visitam a propriedade e apresentam sugestões de melhorias.

Figura 10 - Feira da agricultura familiar de Arroio do Meio, 2017



Fonte: Do autor (setembro de 2017)

Os agricultores agroecologistas da Forqueta, ligados à Rede Ecovida, (OPAC), estão visitando as propriedades dos Defensores, e apontando o que precisa ser melhorado para obter a certificação na Rede Ecovida. Recentemente o grupo recebeu visita da Comissão de ética da OPAC, que avaliou todas as propriedades. A busca pela certificação e a organização dos agricultores são formas de legitimar as práticas adotadas perante os consumidores e a sociedade, conforme os atributos legalmente instituídos.

Eles visitaram todas as propriedades, isso foi uma grande coisa que aconteceu, por que as vezes a gente falava nas reuniões, mas alguns não aceitam o que precisa melhorar, então o pessoal veio apontando, fazer barreira, isso não tá certo, isso foi um ganho, aí é de fora que diz o que tem que melhorar. O agrônomo do CAPA e o pessoal da Comissão de ética, aí eles participaram da reunião, com o grupo, e eles foram apontando o que precisa adequar. Por que aqui no entorno tem veneno e transgenia, precisa fazer as barreiras [...]. (ENTREVISTADO 5).

Nos vales e encostas, as plantações de milho tomam conta da paisagem, as propriedades que buscam certificação orgânica isolam sua produção em meio a barreiras vegetais de cana, capim elefante ou florestas. As barreiras quebra-vento protegem a produção do contato com agrotóxicos e evitam o ataque de microrganismos.

O grupo dos Defensores da Natureza também se organiza para participar das chamadas públicas e vender para o PNAE e PAA, no entanto, a logística ainda continua sendo um problema, agricultores que moram em regiões mais afastadas da cidade, precisam arcar com o custo do transporte para fazer as entregas, o que acaba sendo um entrave para aumentar o volume de produção e comercialização. Dificuldades como estas poderiam ser superadas com

o associativismo e a cooperação entre os agricultores para fazer a entrega em conjunto, além de políticas públicas municipais de apoio a estes programas, que facilitem o recolhimento e a distribuição dos alimentos nas escolas.

Os movimentos sociais como o MPA, embora não tendo expressividade numérica no território, exerce papel de agência no resgate do campesinato e defesa da produção de alimentos saudáveis. Entre o movimento sindical, ligado a FETAG, que tem um protagonismo muito forte, canaliza os debates em torno da agricultura familiar no Vale do Taquari, mobilizando os agricultores, em prol dos temas de discussão mais ligados ao sistema hegemônico, como a crise do leite, políticas públicas, reforma da previdência, no entanto, temas como modo de produção, uso de agrotóxicos e soberania alimentar pouco são abordados. O tema da produção de alimentos saudáveis, por meio de sistemas sustentáveis, ainda é pouco tratado pelo movimento sindical, os debates aparecem nos municípios em que os dirigentes sindicais possuem maior afinidade com o tema.

4.6 PRÁTICAS DE RESISTÊNCIA E TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA

O crescimento do número de agricultores com certificação orgânica cresceu no território, principalmente nos últimos 5 anos. O associativismo é uma das grandes dificuldades observadas, o que é um tanto controverso, considerando que o Vale do Taquari, tem seu desenvolvimento alicerçado no cooperativismo. Em relação a este assunto o entrevistado 7 comenta que:

[...] temos algumas iniciativas em andamento, que são agricultores já com uma certa organização. Eu acho, que isso é o ponto que mais é complicador no processo de, efetivamente, passar para uma produção orgânica com ou sem certificação. Com o registro das OCEs, certificação participativa, mas bastante difícil em função deste individualismo, que a sociedade está envolvida. Esta é a parte, que é mais difícil de organização dos grupos e das famílias. (ENTREVISTADO 7).

O processo de transição é lento, muitos agricultores adotam práticas agroecológicas, porém não são certificados, ainda não atingiram todos os critérios necessários para se adequar a legislação. A transição sociotécnica pode ser definida como um processo não linear, gradativo e de longo prazo. Tal processo inclui um conjunto de mudanças estruturais, conectadas e multidimensionais em tecnologia, economia, instituições, cultura, comportamentos, ecologia e sistemas, por meio de modos de produção e consumo mais sustentável (GEELS, 2010)

A transição sociotécnica no território é fortemente estimulada pela EMATER, CAPA, UERGS e UNIVATES. Para o entrevistado 7:

Esta faixa cinza, que é entre e aí entre quem é convencional convicto e utiliza todas as tecnologias químicas e aquele, que já é certificado é um público bastante grande e que a gente mais trabalha na extensão. É difícil de trabalhar, porque a cabeça, o entendimento, dessas pessoas é de defender a sua produção. Então, no momento em que se sentem em dificuldade, lança mão daquilo que sabem. Aquilo que sabem normalmente tem uma característica, mais química, mais envolvendo as tecnologias tradicionais químicas. (ENTREVISTADO 7).

Para Caporal e Costabeber(2004), a confusão conceitual entre a agroecologia e agricultura orgânica, muitas vezes entendidas como sinônimos, comuns na sociedade, também ocorre no território. Em geral, a última é vista como o resultado da aplicação de técnicas e métodos diferenciados dos pacotes convencionais, normalmente desenvolvidas de acordo com e em função de regulamentos e regras que orientam a produção e impõem limites ao uso de certos tipos de insumos e a liberdade para o uso de outros. Na realidade, uma agricultura que trata apenas de substituir insumos químicos convencionais por insumos alternativos, ou orgânicos não necessariamente será uma agricultura ecológica, com uma visão sistêmica.

Produzir utilizando práticas convencionais, usando receituários agrônômicos, é muito mais fácil no processo de transição agroecológica, o agricultor precisa trabalhar o sistema, compreender o ambiente, reapropriar-se de práticas que ele perdeu, ou seja, uma caminhada em busca de autonomia frente aos mercados. Ser um agricultor orgânico, apenas trocando insumos, não necessariamente torna o agricultor autônomo frente aos mercados. Na visão do entrevistado 7:

O ideal é a produção orgânica. Nós aconselhamos: “para de usar químico, tanto adubos, como inseticidas e fungicidas, e as idas que tem aí, e passa a utilizar só a estratégia da agroecologia para produzir orgânicos. Mas, isso envolve muitos conhecimentos. A prática do dia a dia, se adaptar de novo, porque a maioria não tem mais essa prática, é necessário reaprender [...]”. (ENTREVISTADO 7).

Observa-se, a partir das afirmações do entrevistado, que no território existe um movimento para reduzir o uso de agrotóxicos e insumos químicos, que pode ser evidenciado pela crescente procura por controles biológicos para ácaros (morangos) e lagartas (verduras, milho), que resultam em uma agricultura familiar um pouco menos química, despertando interesse por práticas agroecológicas. Para o entrevistado 8:

Arroio do Meio já tem propriedades certificadas e OCS organizada. É um destaque, mas têm muitos outros que também estão surgindo com experiências interessantes. Acredito que o fortalecimento da Feira na Univates possa ser um alavancador da agroecologia na região. De maneira geral em todos os municípios tem iniciativas e, muitas destas são de agricultores jovens que buscam algo diferente [...] Agroecologia [...]. (ENTREVISTADO 8).

Na conjuntura atual, a produção agroecológica, certificada como orgânica, no Município de Arroio do Meio, pode ser considerada um nicho. Para Kemp, Schot e Hoogma, (1998), um nicho é caracterizado por três processos simultâneos: articulação dos processos de aprendizagem, estabelecimento de redes sociais, desenvolvimento e alinhamento de estratégias e expectativas.

A articulação dos processos de aprendizagem vem ocorrendo através da mediação social da extensão rural, das instituições de ensino e pesquisa, bem como dos próprios agricultores. Por meio do resgate e ressignificação das práticas de agricultores agroecologistas de Arroio do Meio, tornaram-se atores sociais referência no Vale do Taquari, exercendo papel de agência para outros grupos de agricultores, articulando-se em redes formadas por agricultores, consumidores e instituições, difundindo suas práticas e contribuindo para um processo de transição agroecológica. Segundo os entrevistados 7 e 8:

As pessoas começam a se organizar. O mercado sinaliza que tem uma certa potência e eu acho que é isso. Recém estamos engatinhando. (ENTREVISTADO 7).

Outro aspecto mais difícil é estabelecer outros sistemas de produção que a região não tem tradição (hortaliças, frutas...). Isto demanda muito trabalho. Uma coisa é mudar da produção convencional de uvas ou citros para orgânico. Outra é mudar do suíno ou leite para hortaliças e frutas... (ENTREVISTADO 8).

No território, frutas e verduras, mesmo as produzidas de forma convencional, não estão entre as culturas tradicionalmente produzidas para o mercado, suas práticas de produção, sempre estiveram mais ligadas ao autoconsumo, constituindo a primeira origem das práticas agroecológicas.

No momento, a produção orgânica do Vale do Taquari, ainda não atende a toda a demanda de consumo. Para atender plenamente as necessidades do mercado, é necessário aumentar o volume produzido. Em observações realizadas durante a pesquisa, percebeu-se que, em lojas e supermercados, encontram-se produtos orgânicos, oriundos de outras regiões ou estados, a preços superiores que os convencionais, o que faz com que muitos consumidores, embora tenham interesse em consumir, se afastam e acabam consumindo produtos tradicionais.

Neste sentido, considera-se relevante o avanço da produção destes alimentos no território, reduzindo a aquisição oriunda de outras regiões do Estado, reconfigurando a distribuição destes alimentos a partir de redes não convencionais dentro do sistema agroalimentar hegemônico do Vale. Diante disso, para o entrevistado 8:

Os sistemas de integração são históricos e estão muito bem estruturados. A mudança leva tempo. Fazer agroecologia demanda pensar, planejar, estudar, ser agricultor e não somente uma engrenagem dentro do sistema. Vejo também que na região é difícil de conseguir alguns insumos para a produção ecológica/orgânica (óleo de nem de qualidade, *Bacillus thuringiensis* e outros) que são necessários para alguns casos específicos. Vejo potencial na produção orgânica de leite, mas a região ainda não despertou [...]. (ENTREVISTADO 8).

A rápida urbanização dos municípios na parte baixa do território, Lajeado, Estrela, Teutônia, aumenta a demanda do mercado consumidor, que procura por alimentos saudáveis e estimula a produção. Por outro lado, momentos de crise no sistema hegemônico, principalmente no sistema de produção do leite, faz com que agricultores e instituições como sindicatos, cooperativas, CAPA e EMATER, busquem alternativas para viabilizar a permanência no campo e a sucessão rural, o que se constitui na segunda origem das práticas agroecológicas. Neste contexto, surgem iniciativas como feiras e políticas públicas para estimular a transição.

Não temos feiras orgânica no Vale temos só mista né: Arroio do Meio – são sete produtores convencionais e o número de produtores orgânicos vinculado à OCS e à rede. Mas é o grande espaço. Lajeado é a boca do Vale do Taquari. 20 % dos consumidores estão aqui. A gente visa constituir um espaço com parcerias, que possa acolher estas iniciativas. É o caminho! Interessante, o convívio aqui em Arroio do Meio. São produtores orgânicos, que fazem parte de uma feira mista. E tem tido uma boa aceitação. O crescimento da oferta e da demanda. O reconhecimento, a diferenciação. Se houvesse espaço nas feiras convencionais, como houve em Arroio do Meio, seria uma porta aberta, mas temos observado, que é difícil [...]. (ENTREVISTADO 7).

As feiras são um mercado importante em construção no território. Os municípios de Lajeado, Estrela, Arroio do Meio, Colinas, Imigrante, Teutônia, Dois Lajeados, Cruzeiro do Sul, Encantado, Taquari, possuem feira do produtor, porém ainda são feiras convencionais ou mistas, como o caso de Arroio de Meio. Muito destes municípios tem como meta, transformar a feira em orgânica.

O Município de Encantado criou a Legislação Municipal, Lei 4221/16, instituindo a aquisição de alimentos orgânicos na merenda escolar da rede municipal de ensino, estimulando a agregação de valor aos produtos, remunerando diferente a produção orgânica,

nas aquisições do PNAE, uma iniciativa construída entre poder executivo, legislativo, EMATER, que percebe a escola como um espaço de construção de novas subjetividades em relação à alimentação, contribuindo para formação de consumidores mais conscientes.

Outros Municípios, como Santa Clara do Sul e Tabaí, estão organizando grupos de agricultores para estruturar uma feira, através de políticas públicas de incentivo à produção, iniciando pelo incentivo à produção para o PNAE. Em Santa Clara do Sul, no ano de 2017, iniciou a construção social de uma política pública municipal de agroecologia, através do Programa Santa Clara Mais Saudável.

O Programa de Agroecologia do Município de Santa Clara do Sul tem por objetivo incentivar a produção e o consumo de alimentos saudáveis, diversificar a economia e possibilitar mais uma alternativa de renda aos agricultores familiares do município, além de produzir alimentos de forma sustentável, respeitando a saúde do agricultor e o meio ambiente.

O Programa Santa Clara Mais Saudável foi instituído por lei municipal que prevê incentivos a agricultores como: assistência técnica especializada, cursos de formação, visitas técnicas, isenção de taxas para licenciamento, serviços de terraplanagem, transporte de insumos, auxílio na irrigação e aquisição da produção para o PNAE. O programa atende inicialmente 25 famílias de agricultores, que estão recebendo assistência técnica, realizando cursos de produção orgânica, realizando visitas a propriedades orgânicas já certificadas.

As 25 famílias inscritas, estão organizadas em grupos de 6 famílias cada, que se apoiam entre elas, promovendo a troca de saberes e práticas, num processo de aprendizagem coletivo que vem trazendo resultados, pois 19 famílias já encaminharam pedido de certificação junto a rede ECOVIDA. O município incentivará a implantação, a ampliação e manutenção dos sistemas de produção agroecológica e orgânica no município, com o intuito de promover o desenvolvimento econômico sustentável aos agricultores e melhorar a saúde e a qualidade de vida da população, através da oferta e do consumo de alimentos saudáveis.

Nos municípios em que existem políticas públicas de incentivo a sistemas agroecológicos, como Arroio do Meio, Santa Clara do Sul, percebe-se que o processo de transição ocorre mais acentuadamente. Porém, ainda são casos isolados no território.

Lamentavelmente, as políticas públicas de apoio à agricultura familiar no território, ainda estão ligadas ao sistema hegemônico, como horas máquina para terraplanagem para construção de aviários e chiqueirões, ajuda financeira para produção de silagem, além do programa troca-troca de sementes de milho, do governo do Estado. Para o entrevistado 7:

[...] o ato de consumir um produto orgânico fortalece a região, a produção regional, o emprego regional e há controle social sobre a base de produção, que seriam os mecanismos de da OCS. A OCS é exatamente isso. Há um espaço grande de trabalho, que tem uma responsabilidade, nós temos uma responsabilidade, de costurar um pouco estas iniciativas... se nós pegássemos junto, nós iríamos convencer o Vale do Taquari a ter uma feira orgânica. Lajeado! A Universidade já tem o curso. A extensão apoiar os agricultores. O município querer enfrentar o modelo clássico, que domina, isso impõe ruídos. (ENTREVISTADO 7).

A agroecologia enquanto prática social, de caráter heterogêneo, mobilizada por agricultores, mediadores sociais, em suas atividades diárias, em busca de objetivos específicos, empreendem um esforço considerável para delimitar o conjunto de suas práticas enquanto algo que se diferencia, de fato, da agricultura “convencional”, homogeneizante, fruto do processo de modernização, promovido pelo sistema hegemônico. O entrevistado 7 comenta:

Penso que é a organização dos agricultores no sentido de trabalharem em conjunto para buscar primeiro o conhecimento suficiente, a segurança de produzir e depois em conjunto trabalhar o mercado ou concomitante buscar o mercado e trabalhar isso. A sociedade está buscando saúde nos alimentos. Mas, eu vejo, que iniciativas governamentais poderiam fazer esse processo ser mais rápido. Aproximar um desejo em ter mais saúde no seu alimento com a produção orgânica ou produção limpa se aproximando desse processo do consumidor [...]. (ENTREVISTADO 7).

A configuração em rede das relações entre agricultores e demais parceiros, através os Organismos de Controle Social, (OCS), carrega um potencial na geração de inovações, por meio da aprendizagem coletiva. Dessa forma, ao participarem e construírem suas regras de controle e funcionamento, através de fluxos de informação desencadeia um processo de aprendizagem, onde um aprende e evolui com o outro, assim, todos aprendem e evoluem.

Nessa dinâmica, a troca de experiências em torno de problemas e alternativas para os sistemas de cultivo, tomadas em conta pelas diferentes condições dos agricultores, gera ao mesmo tempo inovações e demanda por novas informações, conhecimentos e habilidades em um processo que se desenvolve de modo não-linear e contínuo, e que pode levar ao fortalecimento dos agricultores. Para o entrevistado 7:

O futuro da região é ter um conjunto de OCS, que venham a constituir um pacto, como na região Metropolitana, que possa participar de uma rede, que os lucros são no Vale do Taquari e Vale do Rio Pardo. Eu acredito, que o nosso futuro, por mais complexa, que seja esta construção vai ser através do nosso organismo participativo nascido da região, da necessidade da região [...]. (ENTREVISTADO 7).

O fortalecimento das redes integrando agricultores, consumidores, instituições e poder público, através da realocização do sistema agroalimentar através das cadeias curtas, vai

agregando novos atributos aos alimentos como saúde e preservação ambiental, impulsionando o desenvolvimento rural. Segundo Becker, Neske e Guimarães (2015), este tipo de experiência tem sido geradora de uma sólida organização social, criando e disseminando processos de confiança, alicerçados em valores como solidariedade, respeito, autonomia e sustentabilidade.

A auto-organização nos grupos sociais, bem como a criação de redes e laços de confiança na produção, mas mais fortemente na comercialização dos produtos, junto aos consumidores, tem sido citado por Becker *et al.* (2015), como o quarto nível da transição agroecológica, que é a reconexão entre agricultores e consumidores, envolve transformação ética, social e de valores.

Integrar as práticas agroecológicas dos agricultores ao turismo, como ocorre no roteiro Caminhos da Forqueta, e incentivar as práticas de agroindustrialização da produção, como forma de agregar valor e acessar novos canais de comercialização, através de novos arranjos materiais e práticas sociais, são estratégias importantes para ampliar mercados, atingindo mais consumidores. Por este motivo, as práticas agroecológicas, tanto aquelas ligadas diretamente à produção, quanto às experiências de comercialização direta e novas formas de organização social, ampliam a possibilidade de aumentar o valor gerado pelo trabalho familiar, que leva ao entendimento da agroecologia enquanto estratégia política direcionada à busca por autonomia frente aos mercados hegemônicos.

Como postulado por Warde (2005), a capacidade de inovação das práticas é validada à medida que estas dão respostas satisfatórias. A interação entre agricultores e consumidores, através das cadeias curtas, e entre os próprios agricultores, através das redes, estimula o processo de mudança no sistema agroalimentar no território. Estes novos mercados vêm surgindo à margem do sistema hegemônico, e dialogam com o mesmo, a medida que antigas práticas cotidianas, como produção para autoconsumo, resgate e troca de sementes e associativismo, vão sendo resgatadas e ressignificadas.

Resgatando os postulados elaborados por Schatzki, os conjuntos de práticas e arranjos materiais, co-evoluem e se conectam entre eles. Neste sentido, percebemos que as práticas alimentares estão sendo ressignificadas pelas práticas agroecológicas de produção, comercialização e consumo. O resgate das práticas ligadas ao autoconsumo, a busca por alternativas ao sistema hegemônico e as políticas públicas, configuram-se nas origens das práticas agroecológicas e os novos arranjos materiais no território.

A preocupação com a questão ambiental, com a saúde e a segurança alimentar, estimula o consumo de alimentos orgânicos, que passa a ser legitimado pela aceitação social,

bem como a preocupação com a origem dos mesmos. Isso aumenta a procura por feiras e mercados de venda direta, aproximando agricultores e consumidores, fazendo emergir uma nova ruralidade.

Neste contexto, o rural deixa de ser um lugar de produção de simples mercadorias, assumindo um papel mais sinérgico, multifuncional. A propriedade passa a ser um espaço de produção de alimentos saudáveis com preocupação ambiental, recebe visitas de turistas e consumidores que apreciam a paisagem e o modo de vida camponês, conferindo graus crescentes de autonomia frente aos mercados hegemônicos.

5 AGROINDUSTRIALIZAÇÃO NO TERRITÓRIO DO VALE DO TAQUARI

O Vale do Taquari caracteriza-se pelas práticas de agroindustrialização enraizadas no contexto de sua ocupação histórica e diversidade cultural, motivada no passado, pela produção para o autoconsumo. O resgate destas práticas configura no presente, uma alternativa ao sistema hegemônico, constituindo novos circuitos de comercialização, que aproximam agricultores e consumidores.

Os mercados de cadeias agroalimentares curtas são significativos, pois “possuem a capacidade de ressocializar ou reespacializar o alimento, permitindo ao consumidor fazer julgamento de valor”. (MARSDEN *et al.*, 2000). A qualidade passa a ser fator chave nesse processo e cresce a necessidade de se (re) construir a relação de confiança ente produtores e consumidores fazendo crescer a valorização dos alimentos produzidos localmente e a produção orgânica, agroecológica e artesanal das cadeias curtas, o que permite uma reconexão entre produtores e consumidores.

As agroindústrias estão amplamente distribuídas pelos municípios, o território possui 215 Agroindústrias Cadastradas no Programa Estadual de Agroindústria Familiar (PEAF). A produção vegetal destaca-se como a atividade mais desenvolvida, incluindo processamento de melado, açúcar e farinhas. Em relação à produção animal destacam-se o processamento de leite e carne.

Também se pode perceber, que a maioria legalizou sua atividade a partir dos anos 2000, resultado de políticas públicas de incentivo e valorização da produção agroindustrial. O selo Sabor Gaúcho é uma marca que identifica os produtos com origem na agricultura familiar gaúcha, que participam do Programa Estadual de Agroindústria Familiar (PEAF). As agroindústrias que estão com as questões fiscal, sanitária e ambiental em dia, podem solicitar autorização para utilizarem o Selo Sabor Gaúcho em seus produtos.

Quanto à fiscalização e enquadramento, a maioria está enquadrada no Sistema Municipal de Inspeção (SIM), que permite a comercialização apenas dentro do município, ou em casos excepcionais, como as grandes feiras, como a Expointer, cuja participação está regulada por editais. Apesar do número expressivo de estabelecimentos, a maioria dos municípios ainda não possui o Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte, (SUSAF) regulamentado pelo Decreto Estadual nº 49340 de 05 de julho de 2012(RS,2012), que permite aos estabelecimentos registrados nos Serviços de Inspeção Municipais, o comércio em todo o território do estado do Rio Grande do

Sul, o que só caberia àqueles registrados na Secretaria da Agricultura, Pecuária e Agronegócio (SEAPA), por meio do Serviço Estadual de Inspeção (CISPOA).

Com a publicação da Lei 7.889/89(BRASIL,1989), os estabelecimentos que industrializam produtos de origem animal, e que possuem registro nos Serviços de Inspeção Estaduais foram proibidos de transitar com seus produtos em outras unidades da federação. Da mesma forma, aquelas empresas registradas nos Serviços de Inspeção Municipais foram impedidas de comercializar seus produtos em outros municípios.

A implantação do SUSAF, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 49340 de 05 de julho de 2012, permite aos estabelecimentos registrados nos Serviços de Inspeção Municipais e que estejam engajados neste Sistema, o comércio em todo o território do estado do Rio Grande do Sul, o que só caberia àqueles registrados na Secretaria da Agricultura, Pecuária e Agronegócio (SEAPA) por meio do Serviço Estadual de Inspeção (CISPOA). Para que os municípios obtenham, de forma voluntária a adesão a este sistema, é necessária a comprovação da equivalência junto à SEAPA dos seus processos e procedimentos de inspeção e fiscalização.

Com o objetivo de estabelecer os requisitos para a adesão dos Municípios, a SEAPA emitiu a Instrução Normativa nº 02/2013 de 22 de fevereiro de 2013(RS,2013), que descreve as exigências para o reconhecimento da equivalência dos Serviços de Inspeção Municipais para adesão ao Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte. Os requisitos para obtenção de equivalência dos Serviços de inspeção serão definidos em relação a:

- a) Infraestrutura administrativa;
- b) Inocuidade dos Produtos de Origem Animal;
- c) Qualidade dos Produtos de Origem Animal;
- d) Prevenção e combate à fraude econômica;
- e) Controle ambiental (regularidade ambiental junto ao órgão competente).

O desafio do pequeno estabelecimento agroindustrial rural é buscar se posicionar em nichos de mercado, nos quais são valorizadas especificidades intrínsecas, físicas ou extrínsecas, símbolos e imagem do produto como os apelos de ser artesanal, de portar a cultura do lugar, um saber intergeracional. Além disso, de ser produzido junto à natureza, no caso dos produtos industriais e utilizar matérias primas, cuja produção ocorre através de processos orgânicos ou mesmo ecológicos.

Outro fator de fundamental importância para o pequeno estabelecimento rural, é a participação em arranjos horizontais e verticais de cooperação para buscar escalas de operação que viabilizem a sua capacitação técnica em termos de acessar serviços tecnológicos, treinar recursos humanos e desenvolver canais e redes de suprimento de insumos e de distribuição de produtos. A cooperação é indispensável na construção de instrumentos modernos de natureza coletiva para a diferenciação competitiva de produtos, como é o caso, por exemplo, das Indicações Geográficas, ou seja, Procedência e Origem.

5.1 MILHO CRIOULO NO RESGATE DE SEMENTES E PRODUÇÃO DE FARINHA ORGÂNICA

Originalmente cultivado pelos indígenas, mas rapidamente introduzido no cardápio dos imigrantes alemães e italianos, o cultivo do milho, para a produção de farinha ou como forragem para alimentar bovinos, suínos e aves, é uma cultura de suma importância para o Vale do Taquari, desde os tempos coloniais.

Preparar o solo com arado de bois, adubar com o esterco dos animais, selecionar e guardar as sementes, trocar sementes entre vizinhos e comunidade, são práticas coloniais antigas que foram substituídas pela modernização. Atualmente o preparo do solo é feito com mecanização, a adubação é química e a semente é transgênica.

Quanto ao milho, o cultivo para produção de farinha, é uma das principais atividades da Agroindústria, de Dois Lajeados, município situado no Alto Taquari. O interesse pela atividade vem desde a infância, as técnicas de produção aprendidas com o pai, foram ressignificadas pela família do entrevistado 9.

O milho eu aprendi com o pai, ele já guardava a semente, foi um resgate, o pai sempre tirava as pontas, observa a Lua, aprendi com ele [...]. (ENTREVISTADO 9).

[...] tem várias variedades, tem 12 variedades, esse é o cunha, ele deixa a ponta aberta e entra umidade e não dobra a espiga, aí caruncha e dá problema na farinha, aí comecei a plantar o amarelão e o bico de ouro e o pururuca, é bem duro, resistente, tenho aqui umas variedades de sementes. (ENTREVISTADO 9).

O resgate das sementes e práticas agroecológicas se intensificou após a criação da agroindústria. As 12 variedades que o agricultor resgatou, são descritas conforme características de desenvolvimento da cultura, época ideal de cultivo, características climáticas favoráveis, bem como qualidade da farinha. Segundo o agricultor:

Esse aqui tu planta cedo, e observa a lua, plante em final de agosto, quanto mais cedo melhor, o problema de ser um produtor de semente, é que vai juntando variedades, aí não consegue plantar tudo, tem que cuidar pra não cruzar [...]. Esse é o sabugo fino, esse é o dente de cão, esse é o cunha, os melhor pra produzir é o bico de ouro, mas precisa cuidar pra não cruzar, precisaria que cada um fosse plantado em épocas diferentes ou vários produtores pra depois trocar, problema é achar quem planta crioulo, só querem transgênico [...]. (ENTREVISTADO 9).

Adotando práticas agroecológicas, em todo o processo de produção, o agricultor encontra dificuldades para manter seu banco de sementes, pois o número de agricultores que plantam variedades crioulas na região é reduzido. Para administrar isso, divide a terra em vários quadrantes e isola os quadrados com cana de açúcar, capim elefante e faz rodízio no cultivo, para evitar a fecundação cruzada, pois tem consciência do seu papel de guardião de sementes. Sobre o acesso às sementes o entrevistado 9, explica: “Semente é sempre a minha, ou a que troco nos encontro de semente ou outro produtor de crioulo, tem que cuidar muito com quem troca, pra não pegar transgênico misturado. Eu guardo e cuido pra não perder nenhuma variedade [...]”.

O arado de antigamente foi substituído pela mecanização para preparar o solo, mas o plantio ainda é manual, sem uso de agrotóxicos. O controle de lagartas, comuns no milho, é feito através do controle biológico, com uso de *Tricograma*, novas práticas de manejo ressignificando as antigas práticas coloniais. Além do resgate das sementes de milho, o agricultor também resgatou sementes de soja branca e preta, sementes de trigo e arroz sequeiro, que no momento são plantados para consumo próprio, mas que o agricultor pretende futuramente cultivar para a produção comercial.

[...] soja orgânica, preta e branca, fui na Expointer, na Embrapa, ele me deu mais uma variedade de soja convencional, e preta. Vou plantar um kg, por que agora tem gente procurando, soja não transgênica pra farinha e cereal. Plantei um quadrado e uma parte no meio, onde plantei feijão, arroz do seco, plantei do trigo antigo, to mantendo estas variedades, frontan, ardito, estrelat, e outro da Embrapa, quero produzir sem veneno. (ENTREVISTADO 9).

O agricultor tem planos de futuramente produzir novas variedades de farinhas, além do milho, apostar na produção de farinha de trigo e soja, para pessoas com intolerâncias alimentares. Como todo bom empreendedor está de olho nas mudanças no mercado e percebe que o advento dos transgênicos representa um perigo para a segurança alimentar, mas também pode significar oportunidade de criar novos negócios, no momento, o beneficiamento da farinha é feito em regime de parceria com um moinho que foi reativado no município. No

Vale do Taquari, no tempo colonial, existiram muitos moinhos, atualmente só existem no Alto Taquari, com destaque para Anta Gorda, Putinga, Dois Lajeados, Arvorezinha e Ilópolis.

A agroindustrialização dos alimentos não consumidos pelas famílias sempre foi uma tradição no Vale do Taquari, uma estratégia de prover a diversidade na alimentação, garantindo a segurança alimentar. Além das sementes e farinhas, a família produz verduras que vende *in natura* na feira, faz conservas e frutas que transforma em geleias. Segundo o entrevistado:

Pêssego, laranja, morango, bergamota, caqui, dá umas 60 variedades de frutas e verduras. Negócio é plantar um pouco de tudo para ter para comer e ver o que vende, tu sabe o que tu produz. O que planto em maior quantidade é o milho, depois tem 4 mil pés de morango, os tomate, os pepinos, aí eu benefício na agroindústria. Aí pego de fora, butiá vou juntando, faço geleias, aí pego figo, uva, vejo o que tem sobrando na vizinhança, compro e benefício. (ENTREVISTADO 9).

A participação em feiras possibilitou a interação e conhecimento de práticas de produção agroecológicas, adotadas por outros agricultores, o que o motivou a vender a agroindústria de embutidos que passava por dificuldades e apostar na produção vegetal, atualmente dedica-se também a produção de conservas e geleias. Com o objetivo de se especializar na produção vegetal agroecológica, o agricultor participou de cursos, fez visitas a outros agricultores, além de ser membro da Articulação de Agroecologia do Vale do Taquari (AAVT).

Os cultivos orgânicos, eu ia na feira com os embutidos e conversava com o pessoal, principalmente o pessoal da Serra e de Pareci Novo, as geleias, aprendi com eles. A gente via que eles produziam orgânicos, pessoal da AECIA, sempre achei interessante o trabalho deles, e até desconfiava no início, aí depois um dia fui visitar e vi que era possível e quando sai da agroindústria de embutidos aí comecei a plantar o milho crioulo, isso a 7 anos atrás, em 2011, as terra que nos tinha aqui antes eu arrendava, aí comecei a plantar. (ENTREVISTADO 9).

Um dos maiores problemas enfrentados pelo agricultor na sua transição agroecológica, foi a falta de assistência técnica, uma dificuldade comum a muitos municípios, considerando que muitos técnicos extensionistas não possuem formação em agroecologia. A falta de orientações em relação à técnica de cultivo pode ser decisiva para o avanço do processo ou o abandono da atividade.

A produção de milho, cujas práticas são conhecidas desde a sua infância, foi a primeira atividade neste processo de transição, aos poucos foi ampliando a produção de verduras em sua horta e aumentando o pomar. A estufa de morangos foi construída com mão de obra familiar, pelo filho, estudante de administração, que pretende permanecer na propriedade, o qual é o responsável pela produção de morangos.

Registramos a dois anos, começamos a produzir em 2016, foi encaminhada em 2013, mas demoraram até fazer projeto, papelada, comprei as coisa usada, até montar, demorou [...]. Tem quase tudo reutilizado, comprei a caldeira de secagem de uma agroindústria de Nova Bréscia, as mesas de inox de um frigorífico que fechou, despoldadeira comprei de uma agroindústria, quase nova, pouco usada. (ENTREVISTADO 9).

Com o objetivo de reduzir os custos na implantação, o agricultor comprou boa parte dos materiais necessários, em outras agroindústrias ou agricultores. O acesso ao crédito foi fundamental para a implantação da agroindústria, pois o agricultor acessou as linhas PRONAF, FEAPER. O encaminhamento para legalização das atividades da agroindústria ocorreu em 2013, mas só em 2016, a atividade foi legalizada.

A facilidade de acesso ao crédito foi fundamental para o agricultor, que acessou diversas modalidades de crédito para investir na propriedade e estruturar sua agroindústria. Nos últimos anos, o acesso ao crédito rural como o PRONAF, cresceu em todo o país, a região Sul tem o segundo maior contingente de agricultores familiares que acessam este crédito, com 19,17%. A facilidade de acesso se deve à redução dos juros sobre os financiamentos, ampliação dos volumes de recursos disponibilizados e articulação entre políticas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), a Assistência Técnica e Extensão Rural (nova Lei de Ater) e o Seguro Rural, entre outras.

Contudo, a mudança mais expressiva foi a extinção dos grupos antigos do Programa e a criação de novos grupos (microcrédito rural, custeio e investimento para a agricultura familiar e as demais modalidades citadas anteriormente, com pequenas modificações), com a existência de faixas de valores de acesso aos recursos e juros.

Em relação aos mercados que acessa, o agricultor destaca a importância da participação em feiras como forma de divulgar o seu trabalho. Segundo o Entrevistado 9:

[...] Sempre participo da feira da economia solidária em Sta Maria, Expointer, e também já participei de uma na frente do Mercado Público, da Economia Solidária, e as regionais. [...] Vou na Turismate, encontro de sementes pelo estado todo, Suinofest. Expointer foi boa, a de Sta Maria esse ano foi mais fraca. Feiras são vitrines, tu vai numa feira e tem retorno, pessoal vê e quer saber, ligam, facebook. Venda direta, tira o atravessador, margem lucro maior. (ENTREVISTADO 9).

O agricultor aposta no potencial de divulgação das feiras e na venda direta como forma de aumentar o valor agregado da sua produção, pois se vendesse o milho em grão receberia aproximadamente 1/3 do valor que recebe pela farinha. Além das feiras maiores, a agroindústria também acessa outros mercados, como restaurantes, lojas e empórios. Estes

mercados diferenciados são acessados através da *Internet*, contato com cursos de gastronomia e *chefs* de cozinha, divulgação através das feiras e também através do APL.

O agricultor destaca que as vendas para redes de supermercados não são vantajosas, pois não se valoriza a qualidade do produto, na comparação com grandes indústrias de farinha não é possível competir em preço. A agroindústria participa da Feira Regional que ocorre dentro da UNIVATES, de forma quinzenal, seu produto vem despertando interesse, apesar de ainda não ter o selo de orgânico, a farinha de milho tem boa aceitação. Com o objetivo de agregar mais valor ao produto, o agricultor 9 explica: “[...] eu to encaminhando pela ECOVIDA, em grupo com pessoal de São Domingos de Sul. A EMATER de Guaporé tá começando um trabalho, pra ver se forma um grupo. Em Guaporé tem um agrônomo bom que tá incentivando”.

Figura 11 - Alimentos produzidos na Agroindústria Nostro Lavoro



Fonte: Do autor (setembro de 2017)

Na busca por conhecimentos e ampliar sua rede de contatos, é participante assíduo das reuniões da AAVT. As reuniões são momentos de trocas de experiências e conhecimentos, ocorrem de forma alternada, sempre em um município diferente facilitando a integração entre a parte alta e baixa do Vale. A entidade também promove um encontro bianual, sempre abordando um tema diferente, momento em que ocorrem palestras, oficinas e troca de sementes.

A articulação visa a estruturação de um trabalho coletivo, desenvolvendo condições de produção, comercialização e proporciona a troca de conhecimentos. Além disso, a socialização de ações que se referem especificamente à agroecologia, para que os agricultores em processo de transição agroecológica, sintam-se incentivados e seguros.

A agroindústria também é uma das integrantes do APL Agroindústria Familiar do Vale do Taquari. O Arranjo Produtivo Local, enquanto uma política pública estimula o associativismo entre as agroindústrias, possibilita acesso a conhecimentos sócio técnicos através de cursos de formação e viagens, o que tem contribuído para a aprendizagem de novas práticas sociais. Ainda, a organização do grupo permite reduzir seus custos, compartilhando custos com materiais e realizando parcerias. Segundo o entrevistado 9:

[...] nos reunimos mensalmente, discutimos os problemas, não é só comercio, na linha orgânica no APL só tem a nossa, tem os que tão começando, os outros são convencional, agora que estão querendo virar orgânico. Essas palestras e cursos, todos falam do orgânico, pessoal tá se motivando a aprender, teve uma equipe que foi pra Itália e conheceu como é lá, viram que lá só tem orgânico, como funcionam as agroindústrias. Acho que a tendência é crescer a produção. (ENTREVISTADO 9).

A estrutura de governança proporciona estímulos a novos circuitos de produção e comercialização, diversificando a agricultura familiar na região e gerando renda. A agroindustrialização está deixando de ser vista como uma atividade complementar às cadeias agroindustriais, passando a ser a principal fonte de renda das famílias envolvidas, constituindo assim alternativa produtiva e econômica ao *squeeze* da unidade, às baixas rendas agrícolas, a migração dos filhos para cidades maiores.

Integrar práticas agroecológicas e de agroindustrialização, constitui um desafio no território, considerando que o beneficiamento do milho agrega valor, e esta cultura ocupa muitos hectares de terra no Vale com a finalidade de mera produção para ração animal. A produção agroecológica de farinha de milho com variedades crioulas passa a ser um produto diferenciado no mercado. Neste sentido, as instituições e mediadores que formam a rede sócio técnica no território, ainda possuem um longo caminho a percorrer, buscando a viabilidade técnica, acesso à crédito, redirecionamento de políticas públicas, bem como a construção de mercados para produtos com qualidade diferenciada.

5.2 SUCESSÃO FAMILIAR ATRAVÉS DO RESGATE DA PRODUÇÃO DE AÇÚCAR MASCAVO

Considerado alimento de grande importância desde a colonização, o melado possui 300 Kcal/100 g, é rico em minerais e vitaminas. Antes do advento do açúcar, todos os alimentos eram açucarados com melado. Com o surgimento do açúcar branco ocorre a substituição do melado, associado à pureza, higiene, ele rapidamente substituiu a

agroindustrialização familiar. Entretanto, mais recentemente com o movimento cultural no sentido de consumo dos chamados produtos "naturais", volta uma demanda para aqueles que, por algum tempo, foram esquecidos. Segundo o Entrevistado 10 “[...] tá voltando tudo que nem antigamente, as famílias faziam açúcar e faziam pro ano todo, o açúcar de mercado, branco, comprava só pras visitas, usava melado.”

Assim, em algumas regiões já existe um mercado garantido para produtos como rapadura e açúcar mascavo, agora elaborados de forma mais cuidadosa do que em outros tempos. Preocupando-se além dos aspectos relacionados com a higiene na fabricação, mas também com a apresentação e com a embalagem dos produtos.

A agroindústria instalada no interior de Muçum produz açúcar mascavo, melado líquido, rapaduras e geleias. As práticas de produção e transformação da cana acompanham a família a várias gerações, a produção de melado e cachaça no Vale sempre ocupou um lugar de destaque desde o período colonial, principalmente nas partes mais altas do território devido à baixa tolerância da cana às baixas temperaturas e geadas. Durante a entrevista o agricultor relatou:

A gente começou assim, o vô tinha comércio no interior de Doutor Ricardo, aí o pai eles plantavam feijão, milho, cana pros animais e pra fazer cachaça. Em 94 eles vieram morar aqui, compraram essa terra, e lá eles só plantavam fumo e tinham uma camionete pra fazer fretes. Puxava soja, porco naquela época. Entre 93 e 94, viemos morar aqui, a gente plantou fumo, deu muito bem, além disso lá em cima a gente tinha alambique, pra comprar aqui tivemos que vender a terra lá, o pai vendeu, aqui foi uns dois anos sem o alambique, aí tivemos que vender o caminhão também. E daí aqui em Muçum tinha um senhor que tinha moinho e um alambique, aí numa negociação nos adquirimos, começamos a fazer cachaça de novo, no começo, a gente ia fazer uma indústria de cachaça, mas na época, 96, 97, custava muito caro legalizar o alambique e o pai achou inviável [...]. (ENTREVISTADO 10).

Na esperança de melhorar de vida, a família trocou a comunidade que nasceu, região muito montanhosa, por terras mais planas e férteis à margem do rio Guaporé. A cultura do fumo sempre foi a principal atividade da família, a produção de cana para melado e cachaça, práticas tradicionais da família, sempre foram vistas como culturas complementares, para o autoconsumo, a crise fez a família resgatar antigas práticas de agroindustrialização.

[...] as muda de fumo pra plantar, dívida, mas graças a Deus a gente conseguiu limpar a terra, sem dinheiro, aqui foi tudo no amor e na necessidade. Em 2001 deu aquela enchente, a gente sempre plantava uns 2 mil pé de fumo, a água veio aqui, acabou com todo o fumo, entrou uma bactéria no solo e dava um amarelão, nunca mais deu fumo bonito aqui, não tinha mais como produzir. O pai acabou até adoecendo, tempos difíceis, eu tive que sair de casa e trabalhar, fui trabalhar como agente de saúde. Daí acabamos fazendo cachaça, final de semana eu ajudava o pai, plantava um pouco de soja. Começamos a fazer eventos como a Semana Farroupilha, fazíamos o pão, a cuca, melado, cachaça, fazia batida, caipira. (ENTREVISTADO 10).

A resiliência da família de agricultores em enfrentar as dificuldades e se manter na agricultura fez com que inovassem e buscassem alternativas na diversificação de suas atividades, através do resgate de práticas artesanais de produção de alimentos, como a produção de cachaça, melado, cucas e pão. Ao participar dos primeiros eventos, motivaram-se a fazer das práticas tradicionais, uma forma permanente de renda e apostaram na produção de açúcar e melado. Para implantar a agroindústria encaminharam um projeto para o Programa Consulta Popular, em 2012, porém a liberação do dinheiro só ocorreu em 2015. A instalação da agroindústria ocorreu aos poucos, readequando uma área de garagem.

O dinheiro da consulta popular eles aprovam teu projeto, mandam comprar as coisas e só depois eles pagam. Então tu imagina, R\$ 34.000,00 fazer de compra, sem nenhum centavo, fiquei muito preocupado, vai que eles não me passam esse valor, fazer o que? Então aqui era uma garagem, aí a gente aproveitou a estrutura, demoramos um ano pra construir, juntamos um pouco aqui, outro lá, eu gastei 75 mil pra fazer, da consulta popular eu consegui 50 mil. Eu não tinha dinheiro guardado, aí deu problema na moenda, 8 mil pro conserto, aí ainda consegui arrumar pra pagar e em janeiro eles liberaram, a 16ª Coordenadoria de Saúde fez a inspeção e liberou a produção [...]. (ENTREVISTADO 10).

A instalação da agroindústria foi possível por meio de políticas públicas de acesso a crédito, fundamental para melhorar a estrutura e oficializar as atividades, um arranjo material que possibilita a emergência de novas práticas. A agroindústria integra um grupo de 70 projetos voltados às agroindústrias familiares, do território, consideradas aptas a receber recursos provenientes da Participação Popular e Cidadã (PPC), totalizando o montante de R\$ 1,4 milhão.

Após a legalização e melhorias na estrutura, os negócios começaram a andar, as vendas foram aumentando e em pouco tempo conseguiram se inserir em vários mercados. A partir de então, com vendas, principalmente, em lojas, feiras e festas de grande porte como Festa da Uva, Expointer e Expodireto, e festas e feiras regionais, como a Suinofest, de Encantando, Turismate de Ilópolis. O açúcar é comercializado em lojas especializadas, em várias cidades do RS, como Caxias, Porto Alegre e Erechim.

[...] no começo eu tinha um cara que comprava e revendia toda a produção, mas ele me pagava muito pouco. E quando vinha me pagar dava cheque pros 20, 40, 60 dias, aí a margem ficou pequena, e eu mesmo comecei a vender e entregar. Embalei 100 kg de açúcar e conseguimos uns lugares bem bacanas pra entregar, e aí foi só aumentando, comecei a circular nas feiras e fui divulgando. Lá na Expodireto, em Não- Me- Toque, um cliente veio olhar o meu açúcar, e aí ele disse, eu tinha esse açúcar na minha loja pra vender e aí o vendedor não veio mais. Aí pegou meu cartão e começamos a negociar, no início ele queria 100 kg, agora entrego 300 kg/mês pra

ele. Caxias as vendas foram aumentando, Porto Alegre também tem uma loja, Erechim, é que vendo pra uma dona de uma franquía, então tem venda garantida pros vários lugares. Estou entregando de 800 a 1000 kg por mês. (ENTREVISTADO 10).

Para atender a demanda de vendas, a família toda se envolve nas atividades, da produção das mudas às vendas, cada membro tem a sua função: o pai acompanha a lavoura, observando o crescimento e ponto certo para colheita; a mãe acompanha a produção de açúcar e melado, faz schmier e as geleias para as feiras, o filho acompanha a moagem e industrialização, gerencia as vendas e faz as entregas; a nora acompanha a industrialização e embala os produtos. As mudas de cana são produzidas na própria propriedade, assim como o adubo, reutilizando bagaço de cana. Tais tarefas são relatadas a seguir pelo entrevistado 10:

[...] a gente moe a cana lá em cima, depois trás para cá, com os canos, por fora, pra fazer o cozimento, a lenha vai por fora, temos dois caldeirões em fervura simultânea. Daí precisa cuidar, acompanhar a fervura, misturando pra não prender, não grudar no fundo, e a gente vai tirando a espuma que se forma, são impurezas, é aquele pozinho preto que a cana tem ao redor. É um processo bem simples, cada tacho cabem 180, 200 litros de caldo, agora estou cozinhando uns 360 litros. Vai fervendo e misturando, a parte final precisa mais cuidado, até ele açucarar por cima é manual, quando ele começar a açucarar aí a gente usa um batedor. O jeito que eu peguei, ninguém me ensinou a fazer, é uma coisa que eu sempre quis fazer, e fui aprendendo. (ENTREVISTADO 10).

O processo de fabricação artesanal, desenvolvido a partir da experiência, pode ser considerado conhecimento tácito, de acordo com Carbone (2009, p.82) “é produzido pela experiência da vida, incluindo elementos cognitivos e práticos”. O processo de fervura e cristalização não segue uma receita pronta, envolve observação e experimentação, ou seja, aprendizagem de uma nova prática. Segundo o agricultor:

[...] faz 9 ano que a gente faz açúcar e nunca fiz uma tachada igual a outra, sempre tem uma diferença. [...] Ajuda, toda família ajuda. Aqui a gente vai peneirando o açúcar para não deixar bolinhas, aí ele fica mais fino. Tem um público que quer a bolinha, outros preferem mais fino, então separamos, embalamos com bolinha separado. Esse com bolinhas vai para uma padaria em Caxias, ela prefere com bolinhas, um pouco de bolinhas vai diluindo. (ENTREVISTADO 10).

Antigas práticas de cozimento e preparo de melado e açúcar em tachos, realizadas pela família e muitas vezes compartilhadas entre parentes e vizinhos, são modificadas por processos agroindustriais, que mantêm suas características artesanais, porém atendem a padronização exigida pela legislação.

Tinha uma fábrica de doces que queria mas saia escuro e úmido, fui num outro produtor, pensei que ele podia me ajudar, aí o cara disse: isso é um segredo meu de produção, meu açúcar é assim por que sei fazer. Isso me deu uma gana de aprender, pensei, eu vou te mostrar, vou fazer um açúcar melhor que o teu..Daí fui procurar

pessoal da UERGS, fizemos uma tarde de campo, junto com a EMATER e a gente acabou descobrindo que o Ph estava muito ácido. Aí ele me ensinaram a corrigir com leite de cal e bicarbonato que ajuda a granular, quebra a molécula da água. Nada como o conhecimento, assim não fica úmido. Só se a cana tá muito ruim que não fica bom [...]. (ENTREVISTADO 10).

A cor e textura do açúcar são influenciadas pelo processo de produção, a agroindústria procura se adequar as exigências do mercado consumidor. Para melhorar as práticas de produção, a agroindústria conta com o apoio da EMATER e da UERGS. O jovem agricultor, busca conhecimentos científicos para mudar as práticas aprendidas com a família e produzir um produto que agrade seus consumidores, dentro de padrões de qualidade, com características organolépticas, como cor e sabor, que atendam ao consumidor.

Figura 12 - Alimentos produzidos na Agroindústria Brandão



Fonte: Do autor (setembro de 2017)

A adaptação da produção ao mercado exige um processo de ressignificação e mudança das práticas tradicionais e aprendizagem constante, o agricultor por ser jovem tem mais facilidade em encarar desafios e aperfeiçoar os processos, incorporando conhecimentos científicos ao conhecimento tácito e saberes tradicionais. A busca por produtos novos, que agreguem valor faz com que o agricultor busque parcerias na área da gestão e empreendedorismo. Diante disso, o Entrevistado ressalta:

[...] a gente pode vender em todo o RS, todo ano teve aumento de venda, a gente começou com uma tachada, duas, 50 kg, 100 kg, 300 kg, 500 kg, 1000 kg, sempre aumentando. Ano passado deu em torno de uns 12 mil kg, e esse ano já passou de 12mil kg. A gente consegue dar um giro legal de dinheiro, e aí a gente quer investir no café colonial. (ENTREVISTADO 10).

O desejo de prosperar e oferecer uma condição de vida melhor para a sua família motivou-o a instalar a agroindústria. A crise no sistema hegemônico, motivou o agricultor a resgatar antigas práticas de produção, acessar políticas públicas e aprender novas práticas. A medida que consegue colocar o açúcar no mercado, novas ideias de produtos vão surgindo, para agregar mais valor, se diferenciar no mercado e diversificar seu ramo de atuação. A busca por conhecimentos, o motiva a participar de cursos, programas de formação e estruturas de governança. Atualmente a família tem um projeto ainda mais ousado, construir um café colonial no porão antigo da casa enxaimel.

[...] os cri-cri e a rapadura sai mais por encomenda, a rapadura sai mais no inverno, mas o cri-cri é o ano todo. Se a gente faz muito fica guardado e acaba sair caro, se perder, como não tem conservante ele dura dois meses. A paçoquinha a gente desenvolveu através do APL, o SEBRAE, no programa Juntos pra Competir, nos orientou a produzir pra agregar valor. Essa será vendida mais em pontos fixos de venda. (ENTREVISTADO 10).

A decisão do jovem agricultor de permanecer e investir na propriedade, como forma de agregar valor à produção, configura-se um caso de sucessão rural. Se o jovem percebe que a produção agrícola lhe proporcionará renda suficiente para sua manutenção, e que o fato de ficar no campo não prejudicará sua formação intelectual, isto acaba por facilitar a sua permanência na área rural. (STROPASOLAS, 2011).

A sucessão rural tem sido um motivo de preocupação, na agricultura familiar brasileira, também no território do Vale do Taquari, a parte mais montanhosa ao norte, conhecida como Alto Taquari, é fortemente afetada pelo êxodo rural; enquanto a parte sul, conhecida como Baixo Taquari, além do êxodo rural, também apresenta o êxodo agrícola, visto que muitos jovens moram na propriedade dos pais, mas não exercem atividade agrícola.

Sobre a sucessão rural o entrevistado 14 comenta: “[...] temos várias situações que inclusive os jovens voltam do meio urbano para trabalhar nas Agroindústrias, a Agroindústria tem sido uma ferramenta de sucessão”.

A diversificação das práticas e ampliação de mercados, para alimentos orgânicos e agroindústrias, tem-se mostrado atraente para os jovens empreendedores que não pretendem seguir o modelo de produção dos pais.

O incentivo de permanecer na propriedade por intermédio de políticas públicas, como educação do campo, formação de jovens lideranças e acesso ao crédito, para que jovens agricultores possam investir e inovar na propriedade, é fundamental para a reprodução social da agricultura familiar.

5.3 ENTRE O ARTESANAL E O INDUSTRIAL A PRODUÇÃO FAMILIAR DE LINGÜIÇA

O saber fazer intergeracional da família de agricultores deu origem a agroindústria de processamento de carnes. A tradição na produção de linguiças artesanais, a arte de processar a carne e temperar com ervas e temperos já está na terceira geração, uma prática antiga de agroindustrialização. A agroindústria está localizada no interior do município de Estrela, na propriedade da família.

No início de suas atividades a agroindústria abatia animais criados pela própria família e transformava em linguiça, completando todas as etapas, criação, abate, beneficiamento e comercialização. A mão de obra, era essencialmente familiar, à medida que o volume de produção foi crescendo e as exigências aumentando, a agroindústria passou a contratar mão de obra auxiliar.

A agroindústria comercializa seus produtos na propriedade e na feira em Estrela. A feira é uma das mais antigas no Vale do Taquari, ocorre na praça central da cidade, aos sábados, espaço onde são comercializadas frutas, verduras, ovos, embutidos e peixe vivo.

Vendo aqui, na feira em Estrela, em alguns supermercado e lancherias, muitos pegam aqui. [...] foi por causa do aipim descascado, aí a vigilância começou a fiscalizar tudo, aí os embutidos nós éramos em 3, aí um acabou desistindo e outro também se adequou, mas outro também ficou 5 meses fora, nós ficamos 8 meses fora, nesse meio tempo a feira diminuiu, por que o que puxava era a carne, pessoal vinha comprar linguiça e aí comprava as verduras, quando ficou só verdura, o movimento caiu [...]. (ENTREVISTADO 11).

A partir de uma denúncia a vigilância sanitária começou a fiscalizar a feira e as propriedades. Devido a isso, a agroindústria foi fechada, para se adequar a legislação sanitária vigente, normas elaboradas conforme os postulados dos grandes impérios alimentares. Muitas adequações foram necessárias, uma mudança nas práticas que eram adotadas a várias gerações:

[...] meu Deus, precisa muita coisa para legalizar, a maioria das agroindústrias trabalha assim, com um ramo só, poucos fazem matança e industrializam, é muito controle que precisa ter, um investimento muito alto, que nem sempre terá retorno, por isso optamos em só processar a carne já abatida. (ENTREVISTADO 11).

Antes da autuação, a agroindústria estava enquadrada no SIM (Sistema de Inspeção Municipal). Durante o processo de adequação as normas sanitárias e enquadramento ao SUSAF, os proprietários avaliaram os custos dos investimentos necessários e resolveram

continuar apenas com o beneficiamento e qualificar os produtos, inovando na variedade de cortes e embutidos.

Para se adequar a legislação a agroindústria conta com um veterinário como responsável técnico, uma exigência da legislação, para se enquadrar no SUSAF. Além de linguiça, a agroindústria produz uma linha de cortes de carnes e defumados, totalizando 28 itens com os cortes. São 28 registros, defumados, 3 tipos de linguiça, costela, filé, bacon, kit feijoada, calabresa, aperitivo, salsichão normal e com ervas finas, lombo, salame, copa.

Conciliar práticas tradicionais, artesanais, com a legislação sanitária é um grande desafio, a receita de linguiça ensinada de geração em geração, com temperos e ervas utilizadas e suas devidas proporções, são um segredo de família. As adequações à legislação sanitária, geraram novos desafios à agroindústria, que passa a incorporar novos padrões de qualidade, associados a critérios técnicos como higiene e inocuidade, adicionados aos critérios baseados na relação entre agricultor e consumidor, pautados na reciprocidade e confiança.

Para Wilkinson (2008), o embate entre o mundo das normas e parâmetros de qualidade de produtos alimentícios padronizados e o mundo dos produtos artesanais, onde prevalecem práticas estabelecidas pela tradição, deve se resolver no terreno de valores comuns superiores, saúde pública e bem-estar do consumidor.

Isso a gente manteve, a gente procurou não mexer em nada, os temperos, mudou o fluxo, sistema de trabalho, isso mudou, tenho fiscal que vem de inspeção federal, então eles vem e primeira coisa eles passam a mão por baixo das mesas, melhoramos muito, temos muito cuidado com a higienização[...]. (ENTREVISTADO 11).

Conforme Oliveira *et al.*(2000), nas agroindústrias do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, predomina a transmissão de conhecimento familiar em relação às práticas de produção e processamento. Nessa situação, o produto da agroindústria familiar expressa atributos que refletem a história familiar e uma identidade territorial que nele se manifesta como uma herança na transmissão de práticas e conhecimento.

A gente teve uma briga principalmente a questão da temperatura, no modo artesanal, tu mistura uma massa para um salame, tem que deixar a massa fora pra pegar bem o tempero, eles não querem saber, não pode é 7°C, aí conversando com eles eu pude fazer uma divisão na câmara grande, e uma das câmaras manter até 5°C, uma câmara de cura. Pra ti ter uma ideia, na primeira semana perdi uns 50 kg de lombo recheado, por que pega as carnes e joga na salmoura gelada, não pega tempero, ai quando fomos recheiar, foi ver depois não tinha gosto de nada, então foi bem complicado pra ajustar o ponto e atender as normas. A gente vinha num sistema que não tinha frio industrial e agora é tudo 15° C lá dentro [...]. (ENTREVISTADO 11).

O ajuste das temperaturas, no processo de salga e cura da carne, prática tradicional, aprendida com a família, foi um grande desafio para atender os padrões industriais, previstos na legislação vigente, pois o frio industrial constante fez com que as práticas artesanais fossem ajustadas nas proporções dos temperos e tempo de duração do processo. A interface entre conhecimentos e práticas tradicionais e o conhecimento e práticas industriais, estimulou o proprietário a realizar testes e mudar as práticas e conhecimentos tradicionais, incorporando novas práticas, em conformidade com a legislação vigente.

Hoje nos montamos a empresa, com CNPJ, aí temos 50% do pai, 50% meu, a parte de burocracia é tudo comigo, contabilidade, por que ele tem 4º série, eles não conseguem acompanhar tanta novidade. Eu só vou repassando as coisas, aí decidimos o que é melhor. Mas ele tem as receitas, conhece tudo de carnes e cortes, olha pra carne e sabe dizer se é macia, só no olho. O tempero também, isso ainda preciso aprender muito com ele [...]. (ENTREVISTADO 11).

A gestão da agroindústria é realizada pelo pai e pelo filho, que dividem responsabilidades. O filho, formado em Administração de empresas, optou por trabalhar na propriedade, cuida da gestão do empreendimento, enquanto o pai gerencia a produção. As vendas também são realizadas pelo filho, a participação em eventos e feiras é feita de forma compartilhada.

Após a interdição a agroindústria passou por um período de adequações e reestruturou a produção, com o objetivo de ampliar a oferta de produtos e abrir novos mercados, adequaram-se as normas do SUSAF. Com o registro no SUSAF, os produtos podem ser comercializados por todo o Estado, e o proprietário pretende adotar estratégias de venda, como a contratação de vendedores externos, aumentando a sua participação no mercado regional e estadual, sua expectativa é processar mil/kg de produto por dia.

Atualmente a divulgação dos produtos é realizada pelos meios de comunicação locais e pelas redes sociais, as vendas são feitas através de venda direta, o cliente vem até a agroindústria, pois já conhecem a qualidade do produto.

[...] sim, a maioria dos clientes era boca a boca, um fazendo propaganda pro outro, por que a graça é vim aqui na interior compra, é diferente que tu tá no supermercado. Ele sabe que é um produto fresco, que não é um produto que tá rodando, rodando. (ENTREVISTADO 11).

Conforme Wilkinson (2008), a qualidade atribuída aos produtos das agroindústrias de pequeno e médio porte, onde prevalece o efeito das redes sociais, permite uma extrapolação do prestígio da organização nesse meio e pode ser ampliada para mercados regionais e

nacionais por meio da criação de redes sociais mais extensas e de formas apropriadas de reconhecimento, como o desenvolvimento de marcas e processos de certificação.

Eu trabalhei uma vez na Univates, num selo para salame e copa, chegamos até um ponto que faltou recurso e teria que tocar alguém que tivesse doutorado, aí na época não tinha ninguém que queria tocar o projeto, como tem um selo Queijo de Minas, fechando uma formulação para os produtos que seria ligado a região [...]. (ENTREVISTADO 11).

Um dos objetivos do proprietário é criar um selo para seu produto, de denominação de origem, um selo de qualidade, que agregue mais valor ao produto, diferenciando-o dos demais. Com o objetivo de qualificar a produção e a gestão, o proprietário está sempre em busca de conhecimentos e parcerias com instituições como EMATER e SEBRAE, principalmente para adequar os processos de fabricação ao fluxo de vendas, à medida que ocorre o acesso a novos mercados, maiores são as adequações necessárias, integrando as práticas de produção com a comercialização e gestão da agroindústria.

Figura 13 - Produtos da Agrosalsicharia



Fonte: Acervo Agroindústria familiar(2017)

Para integrar o SUSAF-RS, o serviço de inspeção do município deve seguir a legislação federal, estadual ou dispor de regulamentos equivalentes para inspeção de produtos de origem animal, comprovando estrutura e equipe compatíveis para a realização das atividades. A implantação do SUSAF irá beneficiar a agroindústria e também os demais estabelecimentos do município que estão em fase de adequações. Para fazer o processo de mudança no sistema de inspeção, o município criou uma comissão de agricultores/proprietários que junto com equipe da secretaria da agricultura, estão fazendo as mudanças necessárias na legislação municipal.

As práticas artesanais de produção vão dando espaço a práticas cada vez mais industriais, instituídas pelo sistema hegemônico, com o aumento do volume de vendas, a partir da mudança do sistema de inspeção, o proprietário prepara-se para industrializar uma quantidade cada vez maior, o aumento na escala de produção é um grande desafio, principalmente no que se refere à manutenção da qualidade e características de artesanidade, conforme depoimento da entrevista 11

[...] mas se eles não mexerem na legislação, isso em pouco tempo muitos vão fechar, muitos não tem como investir. Todos começaram na mesma época, por que tinha muito incentivo, mas agora nos últimos dois, três anos, se tu vai ver, não começaram novos. Ai tu pega hoje, vou começar uma agroindústria, tu pode ser familiar, pode vender até 20 mil por mês, mas sim , que negócio é esse, é muito limitado, que perspectiva vai ter. (ENTREVISTADO 11).

O desafio de produzir em pequena escala, mas adequar-se as normas sanitárias vigentes, que são as mesmas que empreendimentos de maior porte, pode fazer com que muitas das agroindústrias em atividade não resistam, o que pode ser amenizado com políticas públicas de incentivo, como apoio técnico, acesso ao crédito e revisão das normas de qualidade.

[...] com relação às Agroindústrias de origem animal, tem uma dificuldade a mais, o fato de toda a legislação que trata da produção e processamento de alimentos ser a mesma, independente do tamanho dos empreendimentos. Nesse caso, inviabilizando algumas situações dado o alto nível de exigências, que vão desde estruturas físicas e equipamentos até a frequência de análises de produtos, da necessidade de um RT de nível Superior. Em resumo, os custos fixos são muito altos. (ENTREVISTADO 14).

No Vale do Taquari, as práticas de agroindustrialização de alimentos de origem animal, como banha e produtos cárneos, foram socialmente construídas e sempre tiveram relevância econômica. No entanto, muitas agroindústrias que processam artesanalmente estes alimentos estão desaparecendo em função da legislação vigente, que adota normas industriais na produção, inacessíveis para muitos agricultores familiares, que não conseguem implementar por falta de recursos humanos, técnicos e capital de investimento.

Os impérios alimentares forçam a concentração da produção através da padronização, exercendo domínio sobre as práticas, que por meio da legislação instituída são de padrão industrial. Desta forma o sistema hegemônico detém cada vez mais o controle sobre os mercados, direcionando o modelo produtivo e de consumo, forçando o nivelamento e a padronização de hábitos e costumes alimentares. Altera-se o valor simbólico, os aspectos culturais ligados às práticas alimentares artesanais, e institui-se a preocupação com a higiene e

segurança, lembrando Canesqui e Garcia (2005, p. 11), “comemos conforme o meio e a sociedade em que vivemos”.

Nessa perspectiva, precisamos dialogar com a sociedade, com os consumidores, com meios de comunicação, com atores do cenário político, para promover a valorização da produção agroindustrial familiar, criando e adaptando as normas e a legislação para tornar viável este modelo de produção, reconhecendo e respeitando as realidades regionais, promovendo o direito à soberania e segurança alimentar e nutricional.

5.4 APL AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES DO VALE DO TAQUARI

O Estado do Rio Grande do Sul foi pioneiro em criar políticas para Arranjos Produtivos Locais (APLs) quando, no início dos anos 2000, apoiou os sistemas locais de produção (SLPs). Desde então, continua apoiando os APLs, mas foi somente em 2011, ao ser aprovada a Lei n.º 13.839, que instituiu a Política Estadual de Fomento à Economia da Cooperação, que foi criado o Programa Estadual de Fortalecimento das Cadeias e Arranjos Produtivos Locais e que começou a tomar a forma em que está estruturado atualmente.

O Projeto de Fortalecimento dos APLs iniciou, a partir de 2011, com cinco APLs pilotos. Em 2012, foi dado um importante passo no âmbito do projeto, com a publicação do primeiro Edital para seleção de propostas para enquadramento e apoio aos APLs. O Edital, divulgado em março/2012, resultou no enquadramento de mais sete APLs. No segundo edital, lançado em março de 2013, o certame recebeu a inscrição de 21 APLs, dos quais foram escolhidos mais oito, concluindo a meta geral de 20 APL no Projeto.

O APL Vale do Taquari está enquadrado no Programa Estadual de Fortalecimento das Cadeias e APLs, desde agosto de 2013. Assim sendo, contou inicialmente com 38 agroindústrias cadastradas, este número foi crescendo gradativamente e até outubro de 2017 eram 64 agroindústrias.

A agricultura familiar contribui de maneira decisiva na produção de alimentos, respondendo por ampla maioria desta atividade no país, no estado, e no APL Agroindústria Familiar Vale do Taquari. No caso do território do APL Agroindústria Familiar Vale do Taquari, nota-se uma importância ainda maior dos empreendimentos familiares, já que esses representam 93,9% dos estabelecimentos, 89,1% da área de agrícola, 85,1% do valor da produção e 92,0% do total de ocupados na agricultura.

Em 2015 foi elaborado o Plano Estratégico de Desenvolvimento do APL de Agroindústrias Familiares do Vale do Taquari - PED do APL AFVT, de forma participativa,

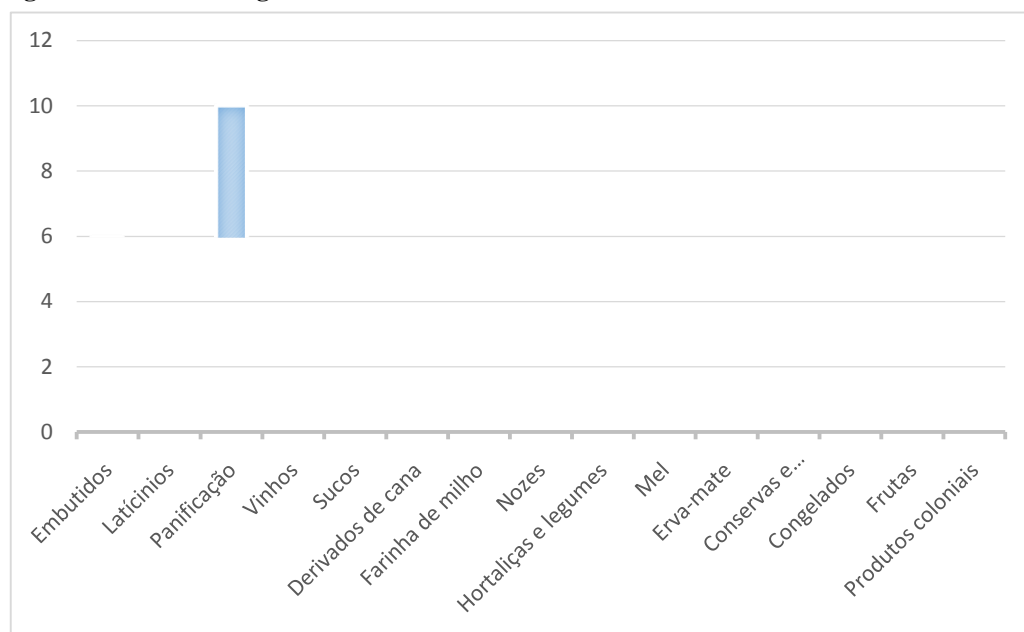
através da governança do APL, entrevistando 53 agroindústrias. Das entrevistadas, 38 (74,5%) são produtoras primárias e industriais e 13 (25,5%) apenas produtoras industriais. Dos 13 estabelecimentos que são apenas indústrias, três são rurais, dois periurbanos e oito urbanos.

O tamanho médio dos estabelecimentos rurais do APL AFVT é de 19,4 ha (34,3% dos estabelecimentos têm até 10 ha, 31,4% de 10 a 20 ha, 20,0% de 20 a 40 ha e 14,3% de 40 a 60 ha). A área média de lavoura permanente é de 7,4 ha, da temporária é de 6,4 ha e a área média de vegetação nativa é de 4,4 ha. Na região do APL AFVT o tamanho médio é de 16 ha, 15 ha na agricultura familiar e 27 ha na não familiar.

Conforme o Plano Estratégico de Desenvolvimento do APL de Agroindústrias Familiares do Vale do Taquari (2015), os 38 estabelecimentos rurais com produção primária e industrial, cadastradas na época, ocupam 180 pessoas (entre proprietários, familiares dos proprietários, empregados permanentes e trabalhadores temporários). Isto significa uma média de 4,7 pessoas ocupadas por estabelecimento agropecuário e 3,8 hectares por pessoa ocupada, analisando os dados do território, o número de pessoas ocupadas por estabelecimento é apenas 2,2 e o de hectares trabalhados por pessoa é de 7,5.

No APL como um todo (produção primária e industrial rural, urbana e periurbana), é estimado um total de 865 pessoas ocupadas (proprietários, 23,5%; familiares de proprietários remunerados, 13,3%; familiares não remunerados, 7,5%; empregados com carteira assinada, 49%; trabalhadores com outros vínculos, 3,1% e trabalhadores por períodos do ano, 3,5%). O maior número de estabelecimentos (60,7% do total) começou a produzir a partir de 2005, sendo que o ano médio de início das atividades é 2006. Apenas nove estabelecimentos, 17,6%, já existiam em 1999 e 10 estabelecimentos, 19,6%, foram criados entre 2000 e 2004.

Entre os produtos agroindustrializados tem-se: açúcar mascavo, melado, rapadura, aguardente, carne e embutidos, banha e torresmo, conservas, doces e geléias, sucos, vinho, nozes, massas congeladas, bolachas, pães,ucas, aipim descascado e congelado, queijos e erva-mate.

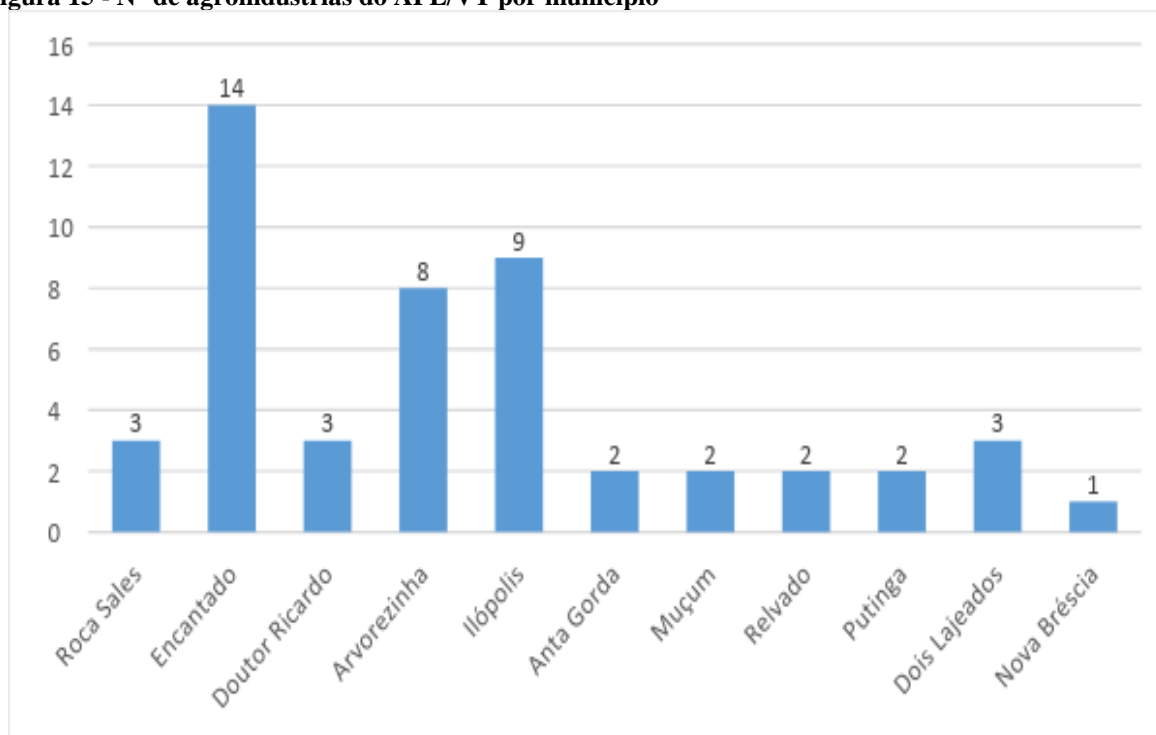
Figura 14 - Produtos agroindustrializados no APL/VT em 2017

Fonte: Do autor, adaptado a partir de APL Agroindústria Vale do Taquari (2017)

Segundo o Plano Estratégico de Desenvolvimento de Agroindústrias Familiares do Vale do Taquari, APL (2015), próprio município, onde estão localizadas, é o principal mercado para 90,2% das agroindústrias entrevistadas e este representa 48,4% de suas vendas, em média. Outros municípios do Vale do Taquari são o segundo mercado para 62,7% das agroindústrias entrevistadas e este representa, em média, 36,7% do total das vendas.

Embora o mercado local seja o majoritário para as agroindústrias do APL, existe uma diversificação nos mercados, pois muitos produtos têm um potencial de expansão muito além do consumo local, como é o caso da erva-mate, das frutas, nozes e produtos não perecíveis, como farinhas e derivados de açúcar. O aprofundamento da diversificação dos mercados também será importante para agroindústria, pois a especialização em produtos naturais, artesanais tem um potencial de crescimento da produção muito superior à capacidade de crescimento do mercado local.

Figura 15 - N° de agroindústrias do APL/VT por município



Fonte: Do autor, adaptado a partir de APL Agroindústria Vale do Taquari_(2017)

A disponibilidade de recursos naturais, o acesso aos conhecimentos sócio-técnicos, suporte da infraestrutura científica e tecnológica e as políticas públicas, aumentam as chances dos empreendimentos. Há uma grande diversidade e qualidade de recursos naturais, solo, clima, luminosidade, a qual oferece inúmeras possibilidades de produção para venda *in natura* e para industrialização no próprio estabelecimento. Neste campo as possibilidades são imensas, pois a participação da agroindústria familiar na produção da agropecuária ainda é baixa, no entanto, tem forte potencial para crescer.

Grande parte das agroindústrias do APL, já existia antes da política pública que instituiu o arranjo, porém destaca-se a capacidade de fomentar o associativismo e a governança, que possibilitou cursos de formação como os de Boas Práticas de Fabricação (BPF) e gestão da propriedade, ofertados pelo SENAR e SEBRAE, além de inúmeras visitas técnicas a diversas regiões do país e uma viagem à Itália. Neste caso, práticas antigas de agroindustrialização são conjugadas com novas práticas e arranjos, fomentando o desenvolvimento. Sobre isso, o entrevistado explica:

A viagem para a Itália foi parte do plano de desenvolvimento e marketing no APL, que ofereceu uma viagem internacional justamente para tentar identificar algumas semelhanças por causa do histórico da região. Por isso o lugar escolhido foi a região do Vêneto [...], Itália. O que eles viram lá foram as pequenas organizações. E muito forte a questão da comercialização. De um único empreendimento comercializar o

de todos. Com isso há um histórico e todos sabem a história dos produtos. Tentamos implantar isso no ano passado com a comercialização de cestas de natal. Então, em menos de um mês foram 80 cestas comercializadas. Para nós foi um número expressivo, porque não teve divulgação. Só entre os contatos daqui. Estamos dando continuidade com as gôndolas, que é um outro trabalho e serve para tentar fomentar cadeias curtas e agregar valor. (ENTREVISTADO 12).

Viagens e visitas técnicas capacitam os integrantes do APL, o contato com outras realidades, com práticas de produção, de comercialização e associativismo, aprendizagens que estimulam a formação de novas subjetividades e incentiva os integrantes a investir em qualidade e nas cadeias curtas para agregar valor.

No momento está sendo discutido entre o grupo gestor do APL, o desenvolvimento de Selo de identificação dos produtos das Agroindústrias do APL, que tem como objetivo, dar maior visibilidade aos alimentos que são produzidos na região e suas particularidades. Além disso, incentivar o turismo agroindustrial através da comercialização direta dos produtos através de um centro de comercialização.

Uma loja com todos os produtos de todas as agroindústrias participantes, também é um dos objetivos do arranjo, a proposta foi incluída na Consulta da Participação Popular do Governo do Estado na edição realizada em 2017, mas, não foi contemplada com recursos, o que evidencia o desconhecimento da importância da proposta, por parte de entidades locais e também da população em geral. Observa-se a necessidade de dar continuidade ao trabalho de fortalecimento da governança do APL, bem como buscar a ampliação com a adesão de mais agroindústrias, através da inclusão de mais 8 municípios, considerando que alguns municípios possuem mercados para comercialização e pouca oferta de produto, além da proximidade com as cidades maiores do Vale, que podem ampliar o mercado consumidor. Sobre este contexto o entrevistado 12 comenta:

[...] Nós optamos, neste primeiro momento, por casar com o turismo. Agora no segundo semestre nós vamos identificar alguns pontos que são importantes e já trabalham com o turismo no Vale do Taquari e tentar fazer uma parceria de, por exemplo, tentar inserir uma gôndola de alguns produtos, em restaurantes, postos de combustíveis, em contrapartida a gente indica um roteiro. (ENTREVISTADO 12).

O turismo é uma excelente alternativa para diversificar as fontes de renda dos estabelecimentos rurais não concorrendo com as suas atividades produtivas, agrícolas e industriais, contribuindo inclusive para a qualificação e o desempenho destas atividades. Daí a importância do APL formular um programa de Turismo Rural com foco em ações de capacitação dos agricultores em hospitalidade (receberem o turista) e de definição, qualificação e divulgação de atrativos turísticos no interior dos estabelecimentos rurais

abarcando os processos produtivos das atividades primárias e industriais em si mesmas e o consumo dos seus produtos, o turismo gastronômico e da natureza.

O grupo gestor e a AMTURVALES, estuda integrar o trabalho das agroindústrias com os roteiros turísticos existentes na região, através de um centro de atendimento ao turista, estabelecendo pontos de comercialização, integrando a gastronomia aos roteiros, através de cadeias curtas.

Estamos nos concentrando em cadeias curtas, tentar atingir consumidor final e agregar valor ao produto para que o consumidor também entenda. Então, a gente tem fomentado... o pessoal optou por duas viagens técnicas no segundo semestre. Eles optaram fazer viagens internas. Deles se conhecerem, visitarem e avaliar, sendo críticos mesmo, com se fosse um grupo turístico do vale. (ENTREVISTADO 12).

Entre as agroindústrias participantes existe um grupo gestor, composto por uma agroindústria de cada segmento: produção vegetal, produção animal, panificação. Este grupo se reúne mensalmente, as reuniões são abertas, para todos os integrantes. Além das reuniões do grupo gestor, ocorrem as reuniões da plenária, onde todas as agroindústrias podem participar.

Em 2017, o grupo realizou visitas entre as agroindústrias, com o objetivo de que se conhecessem entre elas e discutissem as práticas realizadas por cada uma, com sugestões de melhoria nos processos. Destaca-se a grande participação feminina entre as agroindústrias participantes, não apenas no processo de produção, mas também na gestão e governança.

Tem um grupo de governança, com 4 agroindústrias e mais direção, cada grupo por área: vegetal, panificação, embutidos, aí foi eleito um de cada. Esses se reúnem, essa é a governança. Mas as reuniões são abertas e todos podem participar. Eu não sou da governança, mas quando dá participo. Estamos num processo de amadurecimento, evoluindo, tem mais de 60 cadastradas, mas quem participa sempre são de 28 a 30. (ENTREVISTADO 12).

Em novembro de 2017, mais oito municípios aderiram ao arranjo produtivo, totalizando vinte municípios e oitenta e cinco agroindústrias cadastradas. Para fortalecer o trabalho destacam-se as ações: contratação de equipe técnica, sendo um gestor executivo e um auxiliar administrativo; realização de reuniões mensais com a Governança do APL; realização de visitas de mobilização e acompanhamento das agroindústrias e instituições; eventos técnicos de interesse do APL; articulação e apoio à participação das agroindústrias em feiras, como expositoras; criação de site do APL.

Figura 16 - Reunião e visita técnica do APL - Agroindústria Vale do Taquari



Fonte: Acervo do APL Agroindústria Vale do Taquari (2017)

Com o objetivo de melhorar a qualidade dos produtos, o grupo gestor trabalha em dois programas: o da Conformidade e o das Certificações Diferenciadas. Novos arranjos, cada um com práticas específicas que requerem regras e entendimentos específicos. No que diz respeito a Conformidade trata-se de orientar e capacitar os produtores para o atendimento das normas sanitárias e ambientais.

A Conformidade não será um pré-requisito para integrar o APL, mas um objetivo a ser alcançado pelos produtores ao cabo de um determinado prazo. Com relação às Certificações Diferenciadoras será a busca de reconhecimento formal de características ou atributos de produtos e/ou da região, como é o caso da Indicação Geográfica, IG - conferido a produtos ou serviços característicos do seu local de origem, o que lhes atribui reputação, valor intrínseco e identidade própria, além de distingui-los com relação aos seus similares disponíveis no mercado. São produtos que apresentam uma qualidade única em função de recursos naturais como solo, vegetação, clima e saber fazer, práticas.

O Arranjo produtivo, instituído por meio de política pública, exerce papel de agência, que fomenta o associativismo e a organização dos agricultores que estão redescobrendo práticas de produção de alimentos historicamente construídos. A estrutura de governança constitui-se em uma rede sócio-técnica que se retro-alimenta e proporciona estímulos a novos circuitos de produção e comercialização, diversificando a agricultura familiar na região, agregando valor à produção.

As práticas de agroindustrialização, alicerçadas culturalmente na produção artesanal, resistem ao tempo, e configuram o que Ploeg (2008) chama de resistência organizada contra o império, se adaptando em alguma medida aos entraves e normas, impostos pelo sistema hegemônico, através da legislação e padronização industrial da produção de alimentos. No entanto, o Vale do Taquari, que se destaque pela produção de proteína animal, em forma de laticínios e produtos cárneos, agroindústrias de processamento de leite e carne ainda são raras.

Como já previsto por Maluf (2004), o desenvolvimento dos projetos de agregação de valor às matérias-primas agrícolas e as novas formas de inserção nos mercados ocorrem de forma gradativa, sem romper, imediatamente, as relações comerciais já existentes, como as cadeias integradas de suínos, aves e leite, presentes na maioria das unidades familiares do território.

Neste contexto, as agroindústrias familiares, com práticas legitimadas pela cultura local, como produtoras de alimentos de sabor e qualidade singular, desenvolvem-se paralelamente as cadeias de integração vertical, assimilando em alguma medida os padrões e regras impostos pelo império. A procura por alimentos com características singulares por parte dos consumidores urbanos, vem mudando às práticas de agroindustrialização, agregando novos atributos, como a busca por certificação de origem, certificação orgânica, composição nutricional diferenciada. Considerando as características da agricultura familiar do território, cujas propriedades são de pequeno porte, o processamento da produção agrega valor, gerando renda, aumentando a autonomia, o que serve de estímulo a sucessão rural, constituindo-se uma alternativa à integração agroindustrial.

6 CONCLUSÃO

A presente pesquisa teve como objetivo analisar como as práticas sociais ligadas à alimentação contribuem para a construção de novos mercados de cadeias agroalimentares curtas no Vale do Taquari. Diante disso, mapeando as alternativas ao sistema hegemônico existentes, investigando como as práticas alimentares enraizadas na cultura local contribuem para a construção de novos mercados agroalimentares, identificando o papel dos atores sociais e suas práticas, mobilizadas na construção de mercados para cadeias curtas.

A agricultura familiar constitui a base do desenvolvimento econômico e social do Vale do Taquari, a diversidade cultural presente desde a ocupação do território e a heterogeneidade das práticas alimentares, contribuíram para a construção do conhecimento local acerca dos sistemas de produção, agroindustrialização de alimentos e para a construção da estrutura social que tem no associativismo sua sustentação.

A preocupação com a segurança alimentar dos imigrantes que ocuparam o Vale, fomentou a adoção de práticas sociais como a produção para o autoconsumo, garantindo o acesso a uma variedade de alimentos de origem vegetal e animal. A partir deste contexto, a comercialização dos excedentes foi dando origem a mercados fortalecidos graças ao sistema cooperativista que alavancou o desenvolvimento.

A modernização estimulou a mercantilização da agricultura, que através de práticas de poderes em escalas locais e mundiais, resultou na consolidação de um mercado agroalimentar hegemônico, orientado pela escala e distanciamento entre agricultores e consumidores, como abordado no capítulo 3. Neste modelo, o cooperativismo ocupou um lugar de destaque, pois as grandes cooperativas agropecuárias de integração vertical, enraizadas na estrutura comunitária, espalharam seu domínio pelo território através da produção de leite, aves e suínos.

A crise no modelo hegemônico, gerada pelo *squeeze* na agricultura familiar, principalmente na produção de leite, atividade de grande importância no território; a crescente urbanização; o êxodo rural e agrícola está provocando a reconfiguração da estrutura social e econômica. Assim, novos hábitos alimentares e valores culturais relacionados à alimentação surgem no contexto da urbanização, estimulando a produção e o consumo de alimentos mais saudáveis, através do resgate de saberes e práticas alimentares, como a produção agroecológica e a agroindustrialização, como abordado nos capítulos 4 e 5.

A capacidade de resistência contida na agricultura familiar possibilita aos agricultores criar espaços de manobra e reproduzir suas unidades produtivas mesmo sob a pressão do

projeto dominante da modernização. Assim, estruturas de apoio e incentivo ao resgate de conhecimentos e práticas, como a agroecologia e a agroindustrialização, podem gerar projetos de desenvolvimento locais. Neste sentido, instituições de extensão rural como EMATER e CAPA, e instituições de ensino como UERGS e UNIVATES, que estimulam e apoiam iniciativas de agricultores em transição, exercem papel de agência no território.

As práticas agroecológicas, abordadas no capítulo 4, ganham força através da mobilização dos agricultores, consumidores e técnicos, criando novos arranjos produtivos. O número crescente de agricultores que adotam a produção agroecológica indica um processo de transição, que vem ganhando visibilidade principalmente na parte baixa do Vale do Taquari, em acelerado processo de urbanização. O associativismo vem ocorrendo entre agroecologistas para facilitar o acesso a estes novos mercados, como feiras, cestas de produtos, aproximando consumidores cada vez mais conscientes e interessados em alimentos mais saudáveis.

Políticas públicas municipais de incentivo a práticas agroecológicas ainda são raras no território, quando existem aceleram o processo de transição, contribuindo para a troca do regime sócio- técnico no entorno, estimulando mais agricultores a buscarem alternativas ao sistema hegemônico. Programas municipais de apoio à produção agroecológica, criação de feiras, organização da logística de distribuição de alimentos nos programas como o PNAE e PAA, criação de legislação municipal para estímulo à produção e incorporação destes alimentos na merenda, segurança e garantia de compra da produção, assistência técnica e crédito para investimentos iniciais são fundamentais para expansão da produção agroecológica no território, ampliando mercados e aumentando a autonomia dos agricultores.

A transição sóciotécnica, ocorre através da organização em redes, como a integração à Rede Ecovida, grupos de certificação e associações de agricultores e AAVT. Instituições de ensino e assistência técnica como a UERGS, UNIVATES, EMATER e SEBRAE, mediadores sociais presentes no território, tem papel fundamental no processo, estimulando a transição sóciotécnica através de promoção de cursos, visitas técnicas e capacitações. No entanto, falta no território uma proposta de curso de formação voltada à transição, pois inexitem cursos de agronomia ou desenvolvimento rural, ou mesmo cursos de nível médio com ênfase em produção agroecológica.

Movimentos sociais como o MPA tem se organizado em alguns municípios, através do debate em torno do Plano camponês, abordando a transição agroecológica. O movimento sindical tem atuado de forma bastante heterogênea no debate em torno da produção de alimentos saudáveis, promovendo cursos em parceria com o SENAR e EMATER, apoiando a criação de feiras e incentivando a produção para mercados institucionais. Porém, em alguns

municípios, este debate não ocorre, ao contrário, muitos sindicatos possuem lojas agropecuárias e comercializam agrotóxicos.

A procura por alimentos saudáveis estimula a procura pelas feiras, motivando vários municípios e instituições a se engajarem para atender esta nova demanda vindo dos consumidores e organizar espaços de comercialização. Observa-se, também, um processo de convencionalização, pois alimentos agroecológicos também são vendidos em supermercados, competindo com orgânicos oriundos de grandes produtores localizados em regiões mais distantes, neste sentido, inexistem projetos que incentivem o consumo de alimentos locais, como campanhas publicitárias.

A agroindústria familiar, abordada no capítulo 5, é uma estratégia de reprodução social e de desenvolvimento rural importante na agricultura familiar no Vale do Taquari. Ela contribui para a fixação das famílias no campo, para a diversificação das atividades produtivas, agregação de valores, promovendo novos arranjos sociais e estruturas de governança horizontalizadas. As práticas de agroindustrialização sempre estiveram presentes na história do Vale, resistindo ao processo de modernização, com mais de 200 estabelecimentos cadastrados na Secretaria Estadual de Desenvolvimento Rural.

Políticas Públicas de incentivo foram fundamentais para a regularização e enquadramento às normas sanitárias e organização do sistema produtivo. A criação da Agroindústria Familiar e a implantação de sistemas de inspeção, APL, SIM e SUSAF, estimularam a regularização de uma rede de estabelecimentos, agregando um número crescente de municípios ao sistema de governança.

A criação de novos arranjos que facilitem o acesso a alimentos saudáveis como feiras, cestas de produtos, grupos de consumo e a integração entre as práticas agroecológicas e agroindustriais, ampliam a oferta de alimentos para o consumidor e agregam valor ao agricultor. Estas estratégias apesar de serem incentivadas por atores sociais que atuam no território, ainda carecem de apoio e políticas públicas de incentivo, pois a maioria dos agricultores agroecologistas vende alimentos *in natura* ou semi-processados, enquanto que grande parte das agroindústrias produz alimentos em sistemas convencionais, não orgânicos.

Neste contexto, tem-se como exemplo o leite, um dos principais produtos agropecuários do território, produzido de forma convencional, com uso de grande variedade de insumos, sementes transgênicas e agrotóxicos para produção de silagem, uso de rações industrializadas, entregue como matéria-prima; processado pelos grandes laticínios das cooperativas e empresas transnacionais, com alto custo de produção para agricultores e agregação de valor ao final da cadeia de produção. Ainda não se tem propriedades que

produzam leite orgânico, poucas agroindústrias familiares que produzem queijos ou outros laticínios artesanais, estes poderiam receber selo de identificação de origem, ligando o produto as paisagens e cultura do território, assim, agregando valor simbólico ao produto.

Neste sentido, é importante elencar que as normas sanitárias são um dos entraves para a instalação de agroindústrias de processamento de alimentos de origem animal, como laticínios e produtos cárneos.

A integração entre as práticas agroecológicas e de agroindustrialização com o turismo pode acelerar o processo de transição, criando novos mercados, com a criação de roteiros que valorizem a gastronomia local, associada à paisagem, ao ecoturismo. A criação de selos de origem e identificação do território, em análise, pode contribuir para a valorização da produção local e agregação de valor.

No contexto atual, a diversidade das práticas de produção e dos alimentos produzidos, ainda não possui o destaque que merece, a certificação de origem e divulgação através de feiras e mídias, pode estimular o consumo da produção local, ainda sob o domínio dos supermercados, que valorizam a escala em detrimento da qualidade. Os novos mercados que estão emergindo e sendo socialmente construídos no Vale do Taquari, a partir de novos arranjos e mudanças na estrutura social, atuam de forma paralela aos mercados hegemônicos.

A procura por alimentos saudáveis e artesanais, associados às práticas tradicionais, vem ganhando espaço. As práticas agroecológicas e de agroindustrialização enraizadas culturalmente, resistem no tempo, adaptam-se a novos arranjos materiais e estimulam a emergência de cadeias agroalimentares curtas, de forma paralela ao sistema agroalimentar hegemônico, confirmando uma das hipóteses iniciais desta pesquisa.

A construção de novos mercados não segue o padrão hegemônico, orientado para a produção em escala, desenraizado da cultura local, distanciando agricultores e consumidores. O acesso a novos mercados, a criação e o desenvolvimento de novos produtos e o processo de adaptação/mudança das práticas sociais, a formação e a consolidação de novas organizações locais, superam a mera produção de mercadorias desenvolvendo a autonomia dos agricultores familiares, possibilitando a sua reprodução social.

A procura por alimentos saudáveis cresce entre consumidores à medida que avança a urbanização do território. A valorização dos alimentos produzidos localmente, a produção orgânica, agroecológica e artesanal das cadeias curtas, como previsto na segunda hipótese desta pesquisa, aproxima agricultores e consumidores.

A heterogeneidade da agricultura familiar do território pode ser observada pela diversidade de produtos e práticas de agroindustrialização, que colaboram para a agregação de

valor e a realocação do sistema agroalimentar, reconectando agricultores e consumidores. O resgate das práticas agroecológicas e artesanais de produção de alimentos, enraizadas culturalmente, adequando-as à legislação vigente, construindo novos padrões de qualidade, que atendam ao consumidor e possibilitem a autonomia dos agricultores frente aos mercados, constitui-se em uma estratégia de desenvolvimento.

No território do Vale do Taquari, a produção agroecológica e a agroindustrialização são práticas alimentares, acessadas por agricultores familiares que atravessam uma crise e buscam alternativas ao sistema hegemônico, fortemente caracterizado pela integração vertical. Destaca-se que estas práticas, tem despertado interesse de agricultores mais jovens, que permanecem, ou retornam à propriedade, favorecendo a sucessão rural; ou novos rurais, que adquirem propriedades, com o objetivo de retornar ao campo quando se aposentam.

Evidencia-se o poder de agência das mulheres, considerando que elas são maioria entre os agricultores agroecologistas de Arroio do Meio, objeto desta pesquisa. O domínio das práticas de produção agroecológicas voltadas para o autoconsumo, serviu de estímulo para integrar novos arranjos, ressignificar e integrar práticas, participar dos grupos de certificação e acessar novos mercados para os alimentos produzidos. Observa-se também que a maioria das agroindústrias do APL Agroindústria, também objeto de pesquisa, é liderado por mulheres, destacando-se nas práticas de produção e de comercialização, inclusive na estrutura de governança

Portanto, as políticas públicas que apóiam e incentivem o processo de transição agroecológica e a instalação de agroindústrias, acesso a linhas de crédito específicas, acesso a conhecimentos que estimulem a transição sócio-técnica, a criação e integração de roteiros turísticos com características locais, com apelo eco gastronômicos, a criação de selos de identificação geográfica, o associativismo, a integração entre os sistemas de governança e mediadores sociais (APL, AAVT, AMTURVALES), campanhas publicitárias que promovam a valorização e o estímulo ao consumo de alimentos locais, podem contribuir para a construção de um modelo de desenvolvimento rural sustentável para o território do Vale do Taquari.

REFERÊNCIAS

AHLERT, L; GEDOZ, S. T. Povoamento e desenvolvimento econômico na região do Vale do Taquari, Rio Grande do Sul: 1822 a 1930. **Revista Estudo & Debate**, Lajeado, v. 8, n. 1, p. 49-91, 2001.

ALMEIDA, Jalcione. **A construção social de uma nova agricultura: tecnologia agrícola e movimentos sociais no sul do Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

ALVES, Flamarion Dutra; FERREIRA, Enéas Rente; MAIA, Adriano Corrêa (Org.). **Estudos agrários: a complexidade do rural contemporâneo**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011. (Coleção PROPG Digital - UNESP). Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/109199>>.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1998. 110 p.

_____. El “estado del arte” de la agroecología y su contribución al desarrollo rural en América Latina. In: CADENAS, Marín, A. (Ed.) **Agricultura y desarrollo sostenible**. Madrid: MAPA, p. 151-203, 1995.

_____. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.

ALTIERI, Miguel; MASERA, Omar. Desenvolvimento Rural Sustentável na América Latina: construindo de baixo para cima. In: **Reconstruindo a Agricultura**. Porto Alegre: UFRGS, v. 72-105, 1997.

ANJOS, Flávio S.; CALDAS, Nádia V. A horta agonizante: mercantilização da agricultura e transformações nas práticas de consumo entre famílias do extremo sul gaúcho. **Pensamento Plural** | Pelotas [05]: 151 - 169, julho/dezembro 2009.

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DE TURISMO DA REGIÃO DOS VALES-AMTURVALES- <http://www.amturvaes.com.br/roteiros/>, acessado em 30 de novembro de 2017.

BLAY-PALMER, Alison; **Food Fears: From Industrial to Sustainable Food Systems**, Ashgate Publishing Ltd. 185 páginas, 2008.

BÉCKER, Cláudio; NESKE, Márcio Zamboni; GUIMARÃES, Leonardo Alonso. Inovações agroalimentares na agricultura do Pampa Gaúcho: construção coletiva de um mecanismo de certificação participativa em Santana do Livramento, RS. **Cadernos de Agroecologia**, v 10, n 3, 2015.

BÉCKER, Cláudio *et al.* Os multiníveis da transição agroecológica e a construção de circuitos de produção e consumo sustentáveis. **Cadernos de Agroecologia**, v. 10, n.3, 2015.

BECKER, Dinizar F. A Economia Política do Vale do Taquari – uma análise da dinâmica do processo de desenvolvimento regional. In: **Estudo & Debate**. Vol. 10. nº 2. Univates. Lajeado, 2003.

BEROLD, Leonardo; GRISEL Pierre-Nicolas , SCHMITZ José Antônio; Evolução e diferenciação da agricultura no Vale do Taquari: um estudo comparado de dois sistemas agrários. In: MENASCHE, Renata(Org)**Agricultura familiar à mesa: Saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari**, Ed UFRGS, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **The logic of practice**. Cambridge: Polity Press, 1990.

BRASIL. **Lei nº 1083/2003**. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Palácio do Planalto. Casa civil. D.O.U. de 24/12/2003, p. 8.Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.831.htm >. Acesso em: 28 mar. 2018.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento agrário; **Referências para o desenvolvimento territorial sustentável**; Brasília, Condraf, 2003.

BRASIL. **Lei nº 7.889/1989**.Dispõe sobre inspeção sanitária e industrial dos produtos de origem animal Palácio do Planalto. Casa civil. D.O.U. 23/11/1989.Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7889.htm >. Acesso em: 28 mar. 2018

BRASIL. **Decreto nº 7.794/2012**. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Câmara dos Deputados. D.O.U. - Seção 1 - 21/8/2012, p.4.Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2012/decreto-7794-20-agosto-2012-774041-norma-pe.html> Acesso em: 28 mar. 2018

CARBONE, Pedro Paulo *et al.* **Gestão por competências e gestão do conhecimento**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

CAPORAL, Francisco R; COSTABEBER, José A, **Agroecologia e extensão rural: Contribuições para a promoção do Desenvolvimento rural sustentável**, RS, 2004.

CANESQUI, Ana Maria; GARCIA Rosa Wanda Diez (orgs.). **Antropologia e Nutrição: um diálogo possível**. Coleção Antropologia e Saúde. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. 2005.

CHRISTILLINO, Cristiano Luís. **Estranhos em seu próprio chão: o processo de apropriações e expropriações de terras na Província de São Pedro Do Rio Grande do Sul (o Vale do Taquari no período de 1840-1889)**. Dissertação de Mestrado em História, Programa de Pós Graduação em História, Centro de Ciências Humanas, Universidade do Vale do Rio dos Sinos,2004.

CODEVAT. **Plano estratégico de desenvolvimento - PED- do APL Agroindústrias Familiares do Vale do Taquari**, 2015, disponível em: <http://codevat.org.br/uploads/documento/2076/1_PLANO_PED_AFVT.pdf>. Acessado em: 12 nov. 2017.

COSTABEBER, José Antônio. **Acción colectiva y procesos de transición agroecológica en Rio Grande do Sul, Brasil**. Córdoba, 1998. 422p. (Tese de Doutorado) Programa de

Doctorado en Agroecología, Campesinado e Historia, ISEC-ETSIAN, Universidad de Córdoba, España, 1998.

CRUZ, Fabiana T.; SCHNEIDER, Sérgio. Qualidade dos alimentos, escalas de produção e valorização de produtos tradicionais. **Rev. Bras. de Agroecologia**, v. 5, n. 2, p. 22-38, 2010.

FEE. Fundação de Economia e Estatística. **FEEDADOS**. Porto Alegre, 2016. Disponível em <<http://feedados.fee.tche.br/feedados/>>. Acesso em: 10 out. 2017.

FRIEDMANN, Harriet. **The Political Economy of Food: a global crisis**. New Left Review, 1993.

FRIEDMANN, H. Uma Economia Mundial de Alimentos Sustentável. In: BELIK, W.; MALUF, R. S. (Eds.). **Abastecimento e Segurança Alimentar: Os limites da liberalização**. Campinas - SP: IE / Unicamp - Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, p.01-21, 2000.

FRIEDMANN, H. ; P. MCMICHAEL. Agriculture and the State System: the Rise and Decline of National Agricultures, 1870 to the Present. **Sociologica Ruralis**, 29 (2): p.93-117, 1989

GEELS. Frank W. Technological transitions as evolutionary reconfiguration: a multi-level analysis of the production (1850-1930); **Technology in society**, v 28, n 4, p. 445-476, 2006.

GEELS. Frank W.. Ontologies, socio-technical transitions (to sustainability), and the multi-level perspective, **Research Policy**, 39, p.495-510, 2010.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

GLIESSMAN, Stephen. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000.

GOODMAN, David. The quality 'turn' and alternative food practices: reflections and agenda. **Journal of Rural Studies**, v.19, n.1, p.1-7, 2003.

GRANOVETTER, Mark. Economic Action and Social Structure: The Problem of Embeddedness. **The American Journal of Sociology**, v. 91, n. 3, p. 481-510, 1985.

GRANOVETTER, Mark. Ação Econômica e Estrutura Social: o problema da imersão, in: MARTES, A. C. B., **Redes e Sociologia Econômica**. São Carlos: EdUFSCAR, 2009.

GRAZIANO, José da Silva, **O novo rural brasileiro: uma análise nacional e regional**. Jaguariúna, Embrapa-Meio Ambiente/IE-Unicamp, 2000.

GUZMÁN, Eduardo; MOLINA, Manuel. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA -IBGE. **Atlas do Censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE 2013, disponível em:

<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default_atlas.shtm>. Acesso em: 23 jun. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA -IBGE. **Índice de produção Agropecuária Municipal**. 2015. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 28 out. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA –IBGE- **Relatórios Metodológicos. Produto interno bruto dos municípios**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html>>. Acesso em: 23 jun. 2017.

KEMP, René; SCHOT, Johan; HOOGMA, Remco. Regime shifts to sustainability trough process formation: the approach of Strategic Niche Management. **Technology Analysis & Management**, London, v10, n 2, 175-196, 1998, p. 175-196.

KREUTZ, Marcos Rogério. **O contexto ambiental e as primeiras ocupações humanas no Vale do Taquari, Rio Grande do Sul**. 2008, 150 pág. (Dissertação de mestrado); Programa de Pós Graduação em Ambiente e Desenvolvimento) – Centro Universitário Univates, Lajeado, 2008.

KLOPPENBURG, Jack; HENDRICKSON John, STEVENSON GW. Coming into the Foodshed. **Agriculture and Human Values**, v. 13, n. 3, p. 33-42, 1996.

KOLCHINSKI, Eliane Maria; ZANETTI Cândida (Orgs.); BIONDO, Elaine *et al.* **Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável do Vale do Taquari/RS**. – Encantado: UERGS; CODETER VALE DO TAQUARI, 2017.

LANGUIRU. **Alimentado Gerações**. Site Informativo. 1981. Disponível em: <<https://www.languiru.com.br/noticias/site-da-cooperativa-languiru-possui-acessos-de-internautas-no-brasil-e-no-mundo/>>. Acesso em: 3 mar. 2018.

LONG, N.; PLOEG, Jan Van Der. Heterogeneity, actor and structure: towards a reconstitution of the concept of structure. In: BOOTH, D. (Ed.). **Rethinking Social Development: theory, research and practice**. Harlow: Longman, p. 62-90, 1994.

LONG, Norman. **Development Sociology: Actors perspectives**, London, 2001.

_____. **Sociología del desarrollo: una perspectiva centrada en el actor**. México, Centro de Investigaciones y Estudios Superiores em Antropología Social: El Colegio de San Luis. 2007.

MALUF, Renato. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 25, n. 1 p. 299-322, 2004.

MCMICHAEL, Philip, Globalisation: myths and realities. **Rural Sociology**, p. 25-55, 2009.

MARQUES, Flávia Charão, TONEZER, Cristiane; Genessini, Alex. Circulação de alimentos: dádiva, sociabilidade e identidade. In: MENASCHE, Renata. **Agricultura familiar à mesa: saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari**. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

MARSDEN, Terry. The reconstitution of locality: technology and labor in modern agriculture. In: MARSDEN, T. et al. **Labour and locality: uneven development and the rural labor process**. London: David Fulton Publishers, p. 19-43, 1992.

_____. Beyond agriculture? Regulating the new spaces. **Journal of Rural Studies**, London, v. 3, n. 11, p. 285-96, 1995.

_____. **Produccion, mercados, regulacion y tecnologias en los rubros organicos**. PROCISUR/ BID. Montevideo Uruguay. 1999.

MARSDEN, T.; BANKS, J.; BRISTOW, G. Food supply chain approaches: exploring their role in rural development. **Sociologia Ruralis**, v. 40, n. 4, p. 424-438, 2000.

MENASCHE, Renata. **Saberes e sabores da colônia: alimentação e cultura como abordagem para o estudo do rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

MIGUEL, Lovois de Andrade. Entre os campos e as florestas: origem e evolução da Agricultura no Rio Grande do Sul/ Brasil; Artigo apresentado no Séminaire franco-brésilien; **Dialogues contemporains sur la question agraire et l'agriculture familiale au Brésil et en France** Paris, 24 et 25 abril 2013. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/pgdr/publicacoes/producaotextual/lovois-de-andrade-miguel-1/miguel-l-a-entre-campos-e-florestas-origem-e-evolucao-da-agricultura-no-rio-grande-do-sul-brasil-seminaire-franco-bresilien-dialogues-contemporains-sur-la-question-agraire-et-12019agriculture-familiale-au-bresil-et-en-france-ladyss-et-agroparistech-paris>, acessado em 10 de fevereiro de 2017.

MIOR, Luis Carlos. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Chapecó/SC: Editora ARGOS, 2005.

NICOLINI, Cristiano. **Entre vales e montanha: análise das representações históricas dos imigrantes e a construção da identidade regional no Vale do Taquari**. Anais XXIV Simpósio Nacional de História, História e Multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos, São Leopoldo: Associação Nacional de História, 2007.

NICOLINI, D. **Practice theory, work, and organization: An Introduction**. Oxford: Oxford University Press, 2013

NIEDERLE, Paulo André, ALMEIDA Luciano de, VEZZANI Fabiane Machado. **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Curitiba: Kairós, 2013.

OLIVEIRA, João A. V. de, SCHMIDT, Vanice D. B.; SCHMIDT, Wilson. **Avaliação do potencial da indústria rural de pequeno porte (IRPP) em Santa Catarina**. 2ª ed. Florianópolis: CEPAGRO, 2000.

OBSERVATÓRIO BRASILEIRO DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS. **APL no Brasil**. Disponível em: <http://portalapl.ibict.br/>, acessado em junho, 2017.

PEREZ-CASSARINO, JULIAN. Agroecologia, construção social de mercados e a constituição de sistemas agroalimentares alternativos: uma leitura a partir da rede ecovida de agroecologia. In: PLOEG, J.D. van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre (RS): Editora da UFRGS, 2008.

PORTAL VALE DO TAQUARI, Caminhos da Forqueta: roteiro turístico torna-se realidade em Arroio do Meio. Disponível em: <http://www.cicvaledotaquari.com.br/caminhos-da-forqueta-roteiro-turistico-torna-se-realidade-em-arroio-do-meio/> acessado em outubro de 2017.

PORTAL REGIÃO DOS VALES; Alimentos Orgânicos nas Escolas são tema de encontro da Administração Municipal com a Emater. Disponível em: <http://www.regiaodosvales.com.br/alimentos-organicos-nas-escolas-sao-tema-de-encontro-da-administracao-municipal-com-a-emater/>, acessado em outubro de 2017.

PLOEG, J. D. Van der. **Labor, Markets, and Agricultural Production**. Boulder, San Francisco, & Oxford: Westview Press, 1990.

_____. **Camponeses e impérios alimentares**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

_____. Revitalizing agriculture: farming economically as starting ground for rural development; pag 497-511, in: **Sociologia Ruralis**, Special Issue on The Socio- Economic Impact of Rural Development: Realities and Potentials, Vol 40, no 4, 2000.

_____. Newly emerging, nested markets: a theoretical introduction. In: HEBINCK, P.; PLOEG, J.D.; SCHNEIDER, S. (Org.). **Rural Development and the Construction of New Markets**. 1ed. Londres: Routledge, 2015, p. 16 – 40.

_____. O modo de produção camponês revisitado. In: **Desenvolvimento Rural- desafios e alianças**. Disponível em: http://www.jandouwewanderploeg.com/PORT/doc/diversidade_O_mododeprod.pdf >. Acesso em 13/07/2016.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**. 2ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

RECKWITZ, Andreas. Toward a theory of social practices: a development in culturalist theorizing. **European Journal of Social Theory**, v. 5, n. 2, 2002, p. 243-263.

REICHERT, Paulo. **Portal Vale do Taquari**. Disponível em: <http://www.cicvaledotaquari.com.br/caminhos-da-forqueta-roteiro-turistico-torna-se-realidade-em-arroio-do-meio/>>. Acessado em: 05 jan. 2018.

RELATÓRIO DECENAL ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS. **APL Agroindústria Familiar Vale do Taquari**. Disponível em:

<<http://www.sdect.rs.gov.br/upload/arquivos/carga20170526/04092652-1418296733-relat-c3-b3rio-20decenal-20apl-20agroind-c3-bastria-20familiar-20do-20vale-20do-20taquari.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2018.

RENTING, Hank; SCHERMER, Markus; ROSSI, Adanella. Building Food Democracy: Exploring Civic Food Networks and Newly Emerging Forms of Food Citizenship. **International Journal of Sociology of Agriculture and Food**, v. 19, n. 3, p. 289-307, 2003.

RICHTER, Waldemar; COLLISCHONN, Wolfgang; Unsere Herkunft. **Nossas origens**. Lajeado: Cometa, 1994.

RIO GRANDE DO SUL, Lei 13839/2011; Institui a Política Estadual de Fomento à Economia da Cooperação Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/FileRepository/repLegisComp/Lei%20n%C2%BA%2013.839.pdf>. Acesso em 10 de março de 2018.

RIO GRANDE DO SUL, Instrução Normativa N° 02/2013; Aprova os Requisitos para Adesão dos Municípios ao Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte-SUSAF-RS. 2013.

RIO GRANDE DO SUL, Decreto N° 49340 DE 05/07/2012; dispõe sobre o Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte - SUSAF-RS. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=243083>. Acesso em 10 de março de 2018.

ROSSI, Adanella; BRUNORI, Gianluca. As cadeias curtas de abastecimento na inovação dos grupos solidários de aquisição solidárias (GAS): a construção social das práticas (alimentares) sustentáveis. In: GAZOLLA, M; SCHNEIDER, S(Org.) **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar** – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.

SABOURIN, Eric. Aprendizagem coletiva e construção do conhecimento local: o caso da inovação na agricultura familiar da Paraíba. In: LEITE, S. (Org.) **Políticas Públicas e Agricultura no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, p. 37-61, 2001.

SANTOS, E. C. & HELAL, D. H. Relações de trabalho e práticas: aproximações teóricas. In: **IX Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD (IX ENEO)**, Belo Horizonte. Anais do IX Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD, Belo Horizonte, 2013.

SCARABELOT, Maristela; SCHNEIDER, Sérgio. As cadeias agroalimentares curtas e desenvolvimento local – um estudo de caso no município de Nova Veneza/SC. **Revista Faz Ciência**. 15(20):101-130, 2012.

SCHATZKI, Theodore. R. Introduction. In: SCHATZKI, T. R.; KNORR, Cetina, K.; SAVIGNY, E. von (Ed.). **The practice turn in contemporary theory**. London: Routledge, 2001, p. 1-14.

_____. **The sites of organizations.** Organization Studies, v. 26, n. 3, 2005, p. 465-484.

SCHMITT, Claudia Job. Encurtando o caminho entre a produção e o consumo de alimentos. **Agriculturas**; v.8, n.3, 2011, p. 4-8.

SCHIERHOLT, José Alfredo. **Lajeado I: povoamento, colonização e história política.** Lajeado: Prefeitura Municipal, 1992.

SCHNEIDER, Patrícia. **Cozer, guardar e servir: a cultura material do cotidiano no sítio pré-colonial RS-T 101 – Marques de Souza/RS.** 2008. 75 págs. Monografia de Conclusão de Curso, Licenciatura em História. Centro Universitário Univates, Lajeado, 2008.

SCHNEIDER, Sérgio. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**; Porto Alegre, ano 6, n° 11, jan/jun,p. 88-125, 2004.

_____. **Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul.** Poro Alegre, Editora da UFRGS, 2004.

SCHNEIDER, Sérgio; ESCHER, Fabiano; A contribuição de Karl Polanyi para a sociologia do desenvolvimento rural. **Sociologias**; v13 n 27 Porto Alegre, maio/ago, 2011.

SCHNEIDER, Sergio. MENEZES, Marilda Aparecida. Inovações e atores sociais. In: **Pesquisa em desenvolvimento rural: aportes teóricos e proposições metodológicas – volume 1/Org.** 2014.

SCOTT, James C. **Domination and the Arts of Resistance: Hidden Transcripts.** New Haven, Conn.: Yale University Press, 1990.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. **Ética ambiental y Agroecología: elementos para una estrategia de sustentabilidad contra el neoliberalismo y la globalización económica.** Córdoba: ISEC-ETSIAM, Universidad de Córdoba, España, 1996.

SEYFERTH, Giralda. As contradições da liberdade: análise de representações sobre a identidade camponesa. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**; São Paulo, 18, 1992.

SHOVE, Elizabeth; CARMONA, KELLY, Chris & Michael P. **Theories of practice and public health: understanding (un)healthy practices,** Critical Public Health. 2012.

SONNINO, Renata; MARSDEN, Terry. Além da linha divisória: repensando relações entre redes alimentares alternativas e convencionais na Europa. In: GAZOLLA, M; SCHNEIDER, S(Org.) **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar –** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. Os desafios da sucessão geracional na agricultura familiar. **Agriculturas**; Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, 2011.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez **Filosofia da práxis.** Buenos Aires: Clacso; São Paulo: Expressão Popular, 2007.

WANDERLEY, Fernanda, **Avanços e desafios da nova sociologia econômica**: notas sobre os estudos sociológicos do mercado. 1999 Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v17n1/v17n1a03.pdf>>. Acessado em: 30 out. 2016.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**; Rio de Janeiro, n.21, p. 42-61. Outubro, 2003.

WARDE, Alan. Consumption and theories of practice. **Journal of Consumer Culture**; p. 131-153, 2005.

WEZEL, A. et al. Agroecology as a science, a movement and a practice: a review. **Agronomy for Sustainable Development**, 29, 4, p. 503-15, 2009.

WILKINSON, J. A agricultura familiar ante o novo padrão de competitividade do sistema alimentar na América latina. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**; Rio de Janeiro, n.21, p. 62-87, 2000.

_____. A pequena produção e sua relação com os sistemas de distribuição. In.: **Seminário Políticas de Seguridad Alimentaria y Nutrición em América Latina**; Campinas: UNICAMP, 2003.

_____. **Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

WOORTMANN, Klaas; WOORTMANN, Ellen F. **O trabalho da terra**: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: EdUnB, 1997.

ZELIZER, Viviana. **Beyond the polemics on the market**: establishing a theoretical and empirical agenda. *Sociological Fórum*, v. 3, n. 4, p. 614-634, 1988.

_____. **Pricing the priceless child**: the changing social value of children. Princeton: Princeton University Press, 1994.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS

Roteiro de entrevista EMATER/CAPA

1. Como avalia a produção agroecológica/orgânica no Vale do Taquari?
2. Quantas propriedades são certificadas (Vale e Município)?
3. Como está sendo feita a certificação? (Auditoria ou Sistema Participativo)?
4. Quais são os canais de comercialização acessados por estes produtos?
5. Quais são os atores sociais envolvidos na construção de alternativas ao sistema hegemônico?
6. Como estas alternativas se inter-relacionam e integram os circuitos mercantis já existentes?
7. Dificuldades encontradas para a produção e comercialização:
8. Qual o papel das instituições públicas e privadas, como sindicatos, EMATER, ONGS, prefeituras na construção de novos mercados?
9. Esta emergência de alternativas seria suficiente para constituir um conjunto de estratégias capazes para fazer emergir novos mercados agroalimentares, a ponto de se caracterizarem como um novo modelo de desenvolvimento rural para o Vale do Taquari?

Roteiro da entrevista para agricultores agroecologistas:

- a- Como, quando e por que começou a produzir de forma agroecológica/orgânica?
- b- Quais práticas agroecológicas utiliza? Como quem aprendeu as práticas utilizadas na produção?
- c- O que produz? Qual o volume?
- d- Onde comercializa sua produção?
- e- Como iniciou o grupo de certificação?
- f- Quais as maiores dificuldades?

Roteiro de entrevista com agroindústrias

- g- Como, quando e por que começou a agroindústria?
- h- Quais práticas utiliza? Como quem aprendeu estas práticas utilizadas na produção?
- i- O que produz? Qual o volume?
- j- Onde comercializa sua produção?
- k- Participa do APL? Qual a vantagem ?
- l- Quais as maiores dificuldades?

Roteiro de entrevista com gestora do APL/EMATER(agroindústrias)

A- História da criação do APL:

B- Número de agroindústrias ativas participantes:

C- Viabilidade econômica do projeto (recursos públicos implementados, retorno de impostos).

D- As agroindústrias participantes possuem alguma certificação? (certificação orgânica, certificação de origem).

E- Mercado e comercialização dos produtos destas agroindústrias (locais, regionais, nacionais).

F- As agroindústrias participantes recebem apoio técnico?Quais instituições?

G- Dificuldades encontradas pelas agroindústrias:

H- Existe possibilidade de ampliação do projeto?

**APÊNDICE B - PRODUÇÃO ORGÂNICA CERTIFICADA NO VALE DO
TAQUARI, RS**

Tipo de Entidade Certificadora	Entidade	Uf	Cidade	Situacao CNPO	CNPJ/CNPJ /NIF	Nome do Produtor	Escopo
C	Ecocert Brasil Certificadora	RS	Arvorezinha	Ativo	06.178.785/001-73	De Valerios Industria E Comercio De Erva Mate Ltda. - Me	Processamento De Produtos De Origem Vegetal; Produção Primária Vegetal
Opac	Associação Ecovida De Certificação Participativa	RS	Arroio Do Meio	Ativo	750.681.680-68	Adelsi Cleci Kirch	Produção Primária Vegetal
Ocs	Defensores Da Natureza	RS	Arroio Do Meio	Ativo	015.173.420-82	Cristiano Andre Scheibler	Produção Primária Vegetal
Ocs	Defensores Da Natureza	RS	Arroio Do Meio	Ativo	969.724.750-15	Gelci Marlene Beschormer	Produção Primária Vegetal
Opac	Associação Ecovida De Certificação Participativa	RS	Arroio Do Meio	Ativo	353.800.120-00	Helena Warken Weizenmann	Produção Primária Vegetal
Ocs	Defensores Da Natureza	RS	Arroio Do Meio	Ativo	415.384.980-49	Isolde Maria Hammes	Produção Primária Vegetal
Opac	Associação Ecovida De Certificação Participativa	RS	Arroio Do Meio	Ativo	479.165.240-15	Laidi Teresinha Weizenmann	Produção Primária Vegetal
Ocs	Defensores Da Natureza	RS	Arroio Do Meio	Ativo	663.847.370-00	Lucila Maria Petry	Produção Primária Vegetal
Opac	Associação Ecovida De Certificação Participativa	RS	Arroio Do Meio	Ativo	717.072.390-53	Márcia Inês Sbruzzi Ferrari	Produção Primária Vegetal
Certificadora	Ecocert Brasil Certificadora	RS	Anta Gorda	Ativo	05.336.439/002-94	Importadora E Exportadora Acrevi Ltda	Processamento De Produtos De Origem Vegetal
Certificadora	Ecocert Brasil Certificadora	RS	Cruzeiro Do Sul	Ativo	302.604.690-68	Frederico Nyland	Produção Primária Vegetal
Certificadora	Ecocert Brasil Certificadora	RS	Cruzeiro Do Sul	Ativo	07.911.328/001-09	Márcio Antônio De Borba Me	Processamento De Produtos De Origem Vegetal; Produção Primária Vegetal
Ocs	Organicos Do Vale	RS	Cruzeiro Do Sul	Ativo	760.991.640-49	Marcia Inês Hickmann Brughardt	Produção Primária Vegetal
Certificadora	Ecocert Brasil Certificadora	RS	Estrela	Ativo	24.967.132/001-55	Campo Limpo Alimentos Orgânicos Ltda - Epp	Processamento De Produtos De Origem Vegetal; Produção Primária Vegetal
Certificadora	Ecocert Brasil Certificadora	RS	Estrela	Ativo	014.574.730-11	Lívia Araujo De Andrade	Produção Primária Vegetal
Certificadora	Ecocert Brasil Certificadora	RS	Estrela	Ativo	003.316.910-19	Paulo Roberto Meinerz	Produção Primária Vegetal
Certificadora	Kiwa Bcs Brasil	RS	Estrela	Ativo	10.414.617/001-07	Victor Pablo Ducasse D'Albenas	Processamento Vegetal
Certificadora	Ecocert Brasil Certificadora	RS	Dois Lajeados	Ativo	507.376.510-91	Valmor Luiz Dos Santos	Produção Primária Vegetal

Tipo de Entidade Certificadora	Entidade	Uf	Cidade	Situacao CNPO	CNPJ/CNPJ /NIF	Nome do Produtor	Escopo
Certificadora	Ecocert Brasil Certificadora	RS	Guaporé	Ativo	020.474.090-80	Mauricio Bettanin	Produção Primária Vegetal
Certificadora	Ecocert Brasil Certificadora	RS	Imigrante	Ativo	017.731.139-84	Anacleto Ghisleri	Produção Primária Vegetal
Certificadora	Ecocert Brasil Certificadora	RS	Imigrante	Ativo	776.333.779-68	Antônio Aldair Selva	Produção Primária Vegetal
Certificadora	Ecocert Brasil Certificadora	RS	Imigrante	Ativo	041.958.760-87	Luiz Zuchi	
Certificadora	Ecocert Brasil Certificadora	RS	Ilópolis	Ativo	536.793.420-04	Arno Salva (Ind. Guadagnin)	Produção Primária Vegetal
Certificadora	Ecocert Brasil Certificadora	RS	Ilópolis	Ativo	936.785.170-72	Fabio Carlesso (Ind. Guadagnin)	Produção Primária Vegetal
Certificadora	Ecocert Brasil Certificadora	RS	Ilópolis	Ativo	007.576.350-83	Gilmar Guarda	Produção Primária Vegetal
Certificadora	Ecocert Brasil Certificadora	RS	Ilópolis	Ativo	07.624.194/001-45	Indústria De Erva Mate Lago Verde Ltda	Processamento De Produtos De Origem Vegetal
Certificadora	Ecocert Brasil Certificadora	RS	Ilópolis	Ativo	027.066.600-15	Jandir Antônio Bertuol (Ind. Guadagnin)	Produção Primária Vegetal
Certificadora	Ecocert Brasil Certificadora	RS	Ilópolis	Ativo	227.033.650-04	Joarez Campo	Produção Primária Vegetal; Processamento De Produtos De Origem Vegetal
Certificadora	Ecocert Brasil Certificadora	RS	Ilópolis	Ativo	05.686.614/001-92	Multisafra Comércio E Indústria De Derivados Do Mate Ltda Epp	Processamento De Produtos De Origem Vegetal
Certificadora	Ecocert Brasil Certificadora	RS	Ilópolis	Ativo	363.401.200-59	Sérgio Franzon	Produção Primária Vegetal; Processamento De Produtos De Origem Vegetal
Certificadora	Ecocert Brasil Certificadora	RS	Ilópolis	Ativo	267.364.030-49	Sergio Paulo Montagner	Produção Primária Vegetal; Processamento De Produtos De Origem Vegetal
Certificadora	Ecocert Brasil Certificadora	RS	Ilópolis	Ativo	240.197.980-87	Sergio Toigo	Produção Primária Vegetal
Certificadora	Ecocert Brasil Certificadora	RS	Ilópolis	Ativo	375.974.000-63	Valdemiro Carlesso	Produção Primária Vegetal
Ocs	Organicos Do Vale	RS	Lajeado	Ativo	005.015.920-83	Daniel Purper	Produção Primária Vegetal
Certificadora	Ecocert Brasil Certificadora	RS	Putinga	Ativo	943.960.000-49	Cleomar Dalberto	Produção Primária Vegetal
Certificadora	Ecocert Brasil Certificadora	RS	Putinga	Ativo	04.729.578/001-34	Indústria E Comercio De Erva Mate Guadagnin Ltda	Processamento De Produtos De Origem Vegetal
Certificadora	Ecocert Brasil Certificadora	RS	Putinga	Ativo	448.512.430-49	Luiz Francisco Guadagnin	Produção Primária Vegetal
Opac	Associação Ecovida De Certificação Participativa	RS	Roca Sales	Ativo	823.025.880-53	David Batista Franco	Produção Primária Vegetal
Certificadora	Ecocert Brasil Certificadora	RS	Roca Sales	Ativo	670.323.110-91	Jose Maria Giora	Produção Primária Vegetal
Certificadora	Ecocert Brasil Certificadora	RS	Roca Sales	Ativo	588.004.500-59	Roque Agostini	Produção Primária Vegetal

Fonte: MAPA (30.09.2017), adaptado pelo autor.

**APÊNDICE C - AGROINDÚSTRIAS INCLUSAS NO PEA DO TERRITÓRIO
VALE DO TAQUARI, RS**

Nº	Agroindústria (Inclusas)	Município	Produtos	Serviço De Inspeção	Dt. Inclusão	Nº Cadastro	Selo Sabor Gaúcho
1	Agroindústria Janete Zandonai	Anta Gorda	Frutas E Hortigranjeiros	Vigilância Sanitária	30/04/2014	21.049/12	Não
2	Agroindústria Palmas	Arroio Do Meio	Frigorífico De Frangos	Sim	05/05/2015	21.071/12	Sim
3	Agroindústria Petry	Arroio Do Meio	Ovos	Sim	14/08/2015	21.112/13	Sim
4	Agroindústria Lansing	Arroio Do Meio	Melado	Vigilância Sanitária	4/08/2015	21.070/12	Sim
5	Agroindústria Scheffer E Da Silva	Arvorezinha	Panificados	Vigilância Sanitária	10/10/2014	21.032/12	Sim
	Agroindústria Moinho Guerini	Arvorezinha	Farinha De Milho	Vigilância Sanitária	18/04/2017	21.136/14	Não
6	Agroindústria Mel Primavera	Bom Retiro Do Sul	Mel	Sim	15/06/2012	21.022/12	Sim
7	Agroindústria Doces De Alquimias	Bom Retiro Do Sul	Doces E Conservas Vegetais	Vigilância Sanitária	30/05/2014	21.085/13	Sim
8	Agroindústria Paulo Alex Faleiro	Bom Retiro Do Sul	Conservas Vegetais, Olerícolas	Vigilância Sanitária	15/09/2014	21.041/12	Sim
9	Agroindústria Maria Ceni Da Costa	Bom Retiro Do Sul	Derivados De Cana-De-Açúcar	Vigilância Sanitária	10/10/2014	21.048/12	Sim
10	Agroindústria Vera Maria De Araújo	Bom Retiro Do Sul	Massas	Vigilância Sanitária	05/03/2015	21.046/12	Sim
11	Agroindústria Della Villa	Canudos Do Vale	Massas Caseiras	Vigilância Sanitária	13/08/2014	21.045/12	Sim
12	Agroindústria Sabores Da Vovó	Colinas	Panificados	Vigilância Sanitária	23/05/2016	21.154/15	Não
13	Agroindústria Panela De Ferro Da Irene	Colinas	Panificados	Vigilância Sanitária	13/08/2015	21.160/16	Não
14	Agroindústria Airton José Petter	Colinas	Mel	Sim	13/03/2017	21.171/17	Não
15	Agroindústria Mm Embutidos	Colinas	Linguiça Mista, Salsichão, Defumados, Torresmo, Banha	Sim	10/11/2017	21.175/17	Sim
16	Agroindústria D'mattos	Cruzeiro Do Sul	Nozes	Vigilância Sanitária	09/06/2015	21.050/12	Sim
17	Claudionei Fabiano Olbermann	Cruzeiro Do Sul	Aipim Descascado E Embalado	Vigilância Sanitária	15/09/2015	21.119/13	Sim
18	Agroindústria Rudi Carlos Ziebell	Cruzeiro Do Sul	Melado	Vigilância Sanitária	26/12/2016	21.042/12	Sim
19	Granja Kronbauer	Cruzeiro Do Sul	Ovos	Sim	03/04/2017	21.164/16	Sim
20	Vinícola Baggio E Filhos	Dois Lajeados	Vinho E Suco	Mapa	09/07/2013	21.028/12	Sim
21	Vinícola Simonaggio	Dois Lajeados	Vinhos	Mapa	17/06/2013	21.029/12	Sim

Nº	Agroindústria (Inclusas)	Município	Produtos	Serviço De Inspeção	Dt. Inclusão	Nº Cadastro	Selo Sabor Gaúcho
22	Agroindústria Moinho Alto Da Serra	Dois Lajeados	Farinha De Milho	Vigilância Sanitária	09/03/2015	21.090/13	Sim
23	Agroindústria Balsa Velha	Dois Lajeados	Açúcar Mascavo, Melado, Rapadura	Vigilância Sanitária	08/04/2015	21.030/12	Sim
24	Agroindústria Nostro Trabalho	Dois Lajeados	Farinha De Milho, Hortaliças E Frutas	Vigilância Sanitária	17/06/2016	21.092/13	Sim
25	Agroindústria Novo Horizonte	Doutor Ricardo	Conservas Vegetais	Vigilância Sanitária	20/10/2015	21.107/13	Sim
26	Mz Alimentos	Encantado	Compotas E Doces	Vigilância Sanitária	11/02/2013	21.107/13	Sim
27	Lcd Alimentos Naturais	Encantado	Aipim Descascado Embalado	Vigilância Sanitária	09/07/2013	21.088/13	Sim
28	Agroindústria Ouro Branco	Encantado	Queijos	Sim	01/10/2013	21.093/13	Sim
29	Agroindústria Asaen-Associação De Apicultores De Encantado	Encantado	Mel E Derivados	Sim	03/04/2014	21.129/14	Sim
30	Agroindústria Dora	Encantado	Geléias	Vigilância Sanitária	17/07/2014	21.116/13	Sim
31	Agroindústria Sapore Divino	Encantado	Conservas De Cogumelos E Vegetais	Vigilância Sanitária	05/08/2014	21.130/14	Sim
32	Agroindústria Nsb	Encantado	Panificados	Vigilância Sanitária	23/12/2014	21.147/14	Sim
33	Agroindústria Nozes Santo Antônio	Encantado	Nozes	Vigilância Sanitária	03/07/2017	21.034/12	Sim
34	Apiário Horn	Estrela	Mel E Derivados	Sim	03/12/2013	21.100/13	Sim
35	Agroindústria Spiecker	Estrela	Rapadura, Melado, Açúcar Mascavo	Vigilância Sanitária	24/12/2013	21.094/13	Sim
36	Agroindústria Agrosalsicharia Hammes	Estrela	Embutidos E Carnes	Sim	24/04/2014	21.016/11	Sim
37	Agroindústria Schwingel	Estrela	Melado Schmier	Vigilância Sanitária	01/07/2014	21.097/13	Sim
38	Agroindústria Padaria Hammes	Estrela	Panificados	Vigilância Sanitária	13/11/2014	21.134/14	Sim
39	Agroindústria Festiva Rk	Estrela	Bolos, Tortas E Panificados	Vigilância Sanitária	10/03/2015	21.096/13	Sim
40	Agroindústria Ely Doces E Conservas	Estrela	Doces E Conservas	Vigilância Sanitária	27/03/2015	21.106/13	Sim
41	Agroindústria Estrelat	Estrela	Leite	Sim	08/04/2015	21.026/12	Sim
42	Agrosalsicharia Diehl	Estrela	Embutidos	Sim	13/08/2015	21.014/11	Sim
43	Agroindústria Maders	Estrela	Melado Schmier	Vigilância Sanitária	26/10/2016	21.099/13	Sim
44	Conservas Gringa	Fazenda Vila Nova	Conservas E Legumes Minim. Process.	Vigilância Sanitária	17/12/2012	21.031/12	Sim
45	Agroindústria	Forquetinha	Pastéis	Vigilância	03/04/2014	21.103/13	Sim

Nº	Agroindústria (Inclusas)	Município	Produtos	Serviço De Inspeção	Dt. Inclusão	Nº Cadastro	Selo Sabor Gaúcho
	Dianelle			Sanitária			
46	Agroindústria Delícias Criativas	Forquetinha	Panificados	Vigilância Sanitária	07/10/2015	21.135/14	Sim
47	Agroindústria Cativa	Forquetinha	Panificados	Vigilância Sanitária	17/10/2016	21.146/14	Sim
48	Ervateira Marsango	Ilópolis	Erva-Mate	Vigilância Sanitária	21/08/2013	21.082/13	Não
49	Erva Mate Amizade	Ilópolis	Erva-Mate	Vigilância Sanitária	21/08/2013	21.086/13	Não
50	Agroindústria De Erva-Mate Serena	Ilópolis	Erva-Mate	Vigilância Sanitária	21/08/2013	21.079/13	Sim
51	Agroindústria Erva Mate Arte Mate	Ilópolis	Erva-Mate	Vigilância Sanitária	06/10/2015	21.152/15	Sim
52	Agroindústria Wunsch	Imigrante	Embutidos	Mapa	18/12/2012	21.067/12	Não
53	Sítio Sabor Colonial	Imigrante	Panificados	Sim	13/05/2013	21.064/12	Sim
54	Agroindústria Rabaioli	Imigrante	Suco De Uva	Mapa	15/07/2015	21.141/14	Sim
55	Agroindústria Naturichter	Imigrante	Melado	Vigilância Sanitária	27/12/2016	21.068/12	Não
56	Recanto Do Vale	Lajeado	Embutidos	Sim	09/07/2013	21.008/08	Sim
57	Renita Maria Henz/Conservas Premier	Lajeado	Ovos De Codorna	Cispoa	21/08/2013	21.007/08	Não
58	Agroindústria Klahrsul	Lajeado	Doces	Vigilância Sanitária	14/02/2014	21.053/12	Sim
59	Agroindústria Embutidos São Bento	Lajeado	Carne De Suínos E Bovinos E Embutidos	Sim	03/04/2014	21.003/08	Não
60	Agroindústria Sítio Do Danni	Lajeado	Panificados	Vigilância Sanitária	13/08/2014	21.121/13	Sim
61	Agroindústria Padaria Da Ângela	Lajeado	Panificados	Vigilância Sanitária	13/08/2014	21.126/14	Sim
62	Agroindústria Vjr Alimentos	Lajeado	Panificados	Vigilância Sanitária	15/09/2014	21.128/14	Não
63	Agroindústria Lottermann	Lajeado	Aipim Descascado	Vigilância Sanitária	21/07/2017	21.159/15	Sim
64	Agroindústria Rancho Belo	Marques De Souza	Laticínios	Sim	17/12/2012	21.043/12	Sim
65	Agroindústria Gross	Marques De Souza	Abatedouro E Embutidos	Sim	09/01/2013	21.055/12	Não
66	Agroindústria Casa Prade	Marques De Souza	Derivados De Cana De Açúcar	Sim	26/09/2014	21.060/12	Sim
67	Melado Artesanal Rmf	Marques De Souza	Melado, Açúcar Mascavo, Rapadura	Vigilância Sanitária	12/02/2014	21.101/13	Sim
68	Agroindústria Vinícola Paludo	Marques De Souza	Vinhos	Mapa	13/12/2012	21.074/12	Sim
69	Agroindústria Mel Colonial Favo De Mel	Marques De Souza	Mel	Sim	05/08/2014	21.047/12	Sim
70	Agroindústria 3fortuna	Muçum	Açucar Macavo, Melado E Cachaça	Vigilância Sanitária	13/05/2014	21.078/13	Sim
71	Agroindústria Marciano Brandão	Muçum	Derivados De Cana De Açúcar	Vigilância Sanitária	05/03/2015	21.059/12	Sim

Nº	Agroindústria (Inclusas)	Município	Produtos	Serviço De Inspeção	Dt. Inclusão	Nº Cadastro	Selo Sabor Gaúcho
72	Agroindústria Mezacasa	Nova Bréscia	Carne Suína	Sim	26/10/2015	21.113/13	Sim
73	Imf Agroindústria De Conservas	Nova Bréscia	Schmier De Uva E Figo	Vigilância Sanitária	04/12/2015	21.123/14	Sim
74	Agroindústria Hasul	Paverama	Ovos De Codorna-Conservas	Sim	07/07/2014	21.065/12	Sim
75	Agroindústria Horning	Paverama	Panificados - Pão, Cuca, Biscoitos	Vigilância Sanitária	06/03/2015	21.142/14	Sim
76	Agroindústria Familiar De Embutidos E Defumados Ludwig	Poço Das Antas	Embutidos	Sim	04/02/2014	21.040/12	Sim
77	Agroindústria Familiar De Doces Heinrich	Poço Das Antas	Melado Batido	Vigilância Sanitária	30/05/2014	21.145/14	Sim
78	Agroindústria Familiar De Conservas E Doces Vale Do Paraíso	Poço Das Antas	Conservas	Sim	25/09/2014	21.145/14	Sim
79	Cachaça Wille	Poço Das Antas	Cachaça Artesanal	Mapa	02/10/2017	21.163/16	Sim
80	Agroindústria Fiori D'late	Pouso Novo	Laticínios	Sim	13/12/2012	21.036/12	Não
81	5 Agroindústria De Embutidos E Defumados Paludo	Pouso Novo	Embutidos	Sim	13/12/2012	13/12/2012	Não
82	Agroindústria De Alimentos Mariani	Pouso Novo	Panificados	Sim	03/04/2014	21.051/12	Sim
83	Agroindústria Serrana Massas E Congelados	Pouso Novo	Panificados	Vigilância Sanitária	07/07/2014	21.131/14	Não
84	Agroindústria Serrana Massas E Congelados	Pouso Novo	Panificados	Vigilância Sanitária	16/06/2015	21.027/12	Sim
85	Agroindústria Ovos Coloniais Ferrari	Pouso Novo	Ovos Coloniais	Sim	28/05/2013	14.013/13	Sim
86	Agroindústria Battisti	Progresso	Leite	Sim	09/03/2015	21.037/12	Sim
87	Sucos Putinguense-Sucos Polezi	Putinga	Suco De Uva	Mapa	03/04/2014	21.057/12	Sim
88	Agroindústria Gheno	Putinga	Doces De Frutas	Vigilância Sanitária	07/05/2013	21.084/13	Sim
89	Agroindústria Relvadense	Relvado	Embutidos E Defumados	Sim	19/11/2012	21.023/12	Sim
90	Agroindústria Granja Avícola Dentee	Roca Sales	Ovos	Sim	05/03/2015	21.111/13	Não
91	Frigorífico E Agroindústria Salvadori	Roca Sales	Frigorífico E Fábri. De Embutidos	Sim	15/07/2015	21.108/13	Não
92	Agroindústria Locatelli	Roca Sales	Melado, Açúcar Mascavo, Rapadura	Vigilância Sanitária	06/10/2015	21.102/13	Não
93	Agroindústria De Massas Tia Isaura	Roca Sales	Panificados Massas, Biscoitos, Pães	Vigilância Sanitária	07/10/2015	21.058/12	Sim
94	Santa Clara Alimentos- Vianeí	Santa Clara Do Sul	Cana De Açúcar,	Vigilância Sanitária	23/05/2012	21.021/11	Não

Nº	Agroindústria (Inclusas)	Município	Produtos	Serviço De Inspeção	Dt. Inclusão	Nº Cadastro	Selo Sabor Gaúcho
	Augusto Wille		Melado				
95	Agroindústria Kollet	Santa Clara Do Sul	Farinha De Milho E Trigo	Vigilância Sanitária	14/12/2015	21.143/14	Sim
96	Agroindústria De Conservas Thomas	Santa Clara Do Sul	Conservas Vegetais	Vigilância Sanitária	14/12/2015	21.153/15	Sim
97	Agroindústria Acélio Jacó Mallmann	Santa Clara Do Sul	Derivados De Cana De Açucar	Vigilância Sanitária	15/03/2016	21.017/11	Sim
98	Agroindústria Franz	Santa Clara Do Sul	Derivados De Aipim E Batata Doce	Vigilância Sanitária	31/10/2016	21.122/14	Sim
99	Agroindústria Wm Panificações	Sério	Panificados	Vigilância Sanitária	05/03/2015	21.001/13	Sim
100	Agroindústria Es Melados	Sério	Melado	Vigilância Sanitária	23/06/2015	21.081/13	Sim
101	Agroindústria Celso Dos Reis Borba	Tabaí	Mel	Sim	17/11/2014	21.061/12	Sim
102	Agroindustria Bmk Alimentos	Taquari	Leite Pasteurizado	Sim	14/02/2017	21.168/17	Não
103	Casa Schneider	Teutônia	Laticínios	Sim	05/08/2013	28.012/11	Não
104	Agroindústria Produtos Agro Natura	Teutônia	Vegetais Minimamente Processados	Vigilância Sanitária	21/08/2013	21.005/08	Sim
105	Agroindústria Kolonie Haus	Teutônia	Embutidos	Sim	09/03/2015	21.120/13	Sim
106	Agroindústria Granja Kocoricó	Teutônia	Ovos	Sim	09/03/2015	21.125/14	Sim
107	Agroindústria Mertz	Travesseiro	Melado, Açucar Mascavo, Rapadura	Vigilância Sanitária	10/10/2014	21.083/13	Não
108	Agroindústria Daniel E Fátima Gavineski	Vespasiano Corrêa	Morango	Vigilância Sanitária	08/05/2015	21.105/13	Sim

Fonte: Do autor, adaptado a partir de SDR/RS (dez. 2017).